

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Fernando Cesar Gomes

**Espaço público e subalternidade: considerações em torno  
da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago e de suas  
dimensões representacionais**

Belo Horizonte

2022

Fernando Cesar Gomes

**Espaço público e subalternidade: considerações em torno  
da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago e de suas  
dimensões representacionais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Escola de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação

Área de concentração: Informação, mediações e cultura

Linha de Pesquisa: Memória social, patrimônio e produção do conhecimento

Orientador: Prof. Dr. Fabrício José Nascimento da Silveira

Belo Horizonte

2022

## FICHA CATALOGRÁFICA

G633e Gomes, Fernando Cesar.

Espaço público e subalternidade [recurso eletrônico] : considerações em torno da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago e de suas dimensões representacionais / Fernando Cesar Gomes. - 2022.

1 recurso online (158 f. : il., color.) : pdf.

Orientador: Fabrício José Nascimento da Silveira  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 144-149.

Anexos: f. 150-158.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Bibliotecas públicas – Teses. 3. Bibliotecas públicas – Serviço para minorias – Teses. 4. Bibliotecas e sociedade – Teses. I. Título. II. Silveira, Fabrício José Nascimento da. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 027.4(815.1)

Ficha catalográfica: Rosimeire Silva Campos de Lima CRB: 6/3145

Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Às 09:00 horas do dia 18 de julho de 2022, na Sala 1000 da Escola de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Minas Gerais, realizou-se a sessão pública para a defesa da dissertação de FERNANDO CESAR GOMES. A presidência da sessão coube ao Prof. Fabrício José Nascimento da Silveira - orientador. Inicialmente, o presidente fez a apresentação da Comissão Examinadora assim constituída: Profa. Alcenir Soares dos Reis - aposentada (ECI/UFMG), Prof. Rubens Alves da Silva (ECI/UFMG), Profa. Maria Guiomar da Cunha Frota (ECI/UFMG) e Prof. Fabrício José Nascimento da Silveira (Orientador) - (ECI/UFMG). Em seguida, o candidato fez a apresentação do trabalho que constitui sua Dissertação de Mestrado, intitulada: "*Espaço público e subalternidade: considerações em torno da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago e de suas dimensões representacionais*". Seguiu-se a arguição pelos examinadores e, logo após, a Comissão reuniu-se sem a presença do candidato e do público e decidiu considerar **aprovada a Dissertação de Mestrado**. A banca destacou a relevância do tema e a qualidade teórico-metodológica do trabalho, enfatizando suas contribuições para a discussão do problema da subalternidade. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, depois de lida, se aprovada, será assinada pela Comissão Examinadora.

**Belo Horizonte, 18 de julho de 2022.**

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Fabrício Jose Nascimento da Silveira, Professor do Magistério Superior**, em 18/07/2022, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Alves da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 21/07/2022, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alcenir Soares dos Reis, Professora Magistério Superior - Voluntária**, em 01/08/2022, às 00:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Guiomar da Cunha Frota, Coordenador(a) de coordenadoria**, em 02/08/2022, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família, pelo apoio incondicional em minha busca pelo aperfeiçoamento pessoal e intelectual.

À UFMG, por ter sido minha segunda casa e por ter me recebido tão bem desde minha graduação.

À CAPES, por ter sido instituição fundamental para que eu conseguisse completar esta etapa de minha vida acadêmica por meio do apoio financeiro mediante concessão de bolsa de estudo na pós-graduação.

Ao Fabrício, meu orientador, pela dedicação, cuidado e paciência com que me orientou para que a realização deste trabalho fosse possível.

Por fim, agradeço às professoras Alcenir Soares dos Reis e Maria Guiomar da Cunha Frota e ao professor Rubens Alves da Silva que me acompanham desde a graduação na Escola de Ciência da Informação, tendo contribuído significativamente para minha formação, e por terem aceitado compor a banca examinadora de meu trabalho, tanto no processo de qualificação quanto na defesa da dissertação. Suas contribuições são parte essencial no resultado que aqui entrego.

*Dedico este trabalho a todos que me  
acompanharam nesta travessia.*

## RESUMO

Este trabalho confere destaque às bibliotecas públicas e busca apreender as distintas relações instituídas por determinada comunidade com seus espaços, serviços e coleções considerando-se, para tanto, as noções de subalternidade e representação conforme formuladas por autores e autoras ligados(as) aos chamados *estudos subalternos*. Em face disso, estabelece como objetivo geral analisar se e como a Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago, com sede na cidade de Divinópolis, município localizado na região centro-oeste do Estado de Minas Gerais, representa os vários grupos populacionais da cidade por meio de seus acervos e serviços. Em termos de fundamentação teórica, realiza-se revisão histórico-conceitual acerca da “biblioteca pública” a fim de evidenciar suas características, funções sociais e a natureza de suas ações, apresentando, também, um estudo sobre o contexto histórico e funcional da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago. No que se refere ao seu desenho metodológico, a pesquisa pode ser caracterizada como do tipo qualitativa, baseada em estudo de caso. Para a coleta de dados realizou-se entrevistas semiestruturadas com funcionários da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago, com o Secretário de Cultura do Município e com a Coordenadora do CRAS Nordeste, unidade de Assistência Social que recebeu a biblioteca “Cenira Manatta Soares”, sucursal da “Ataliba Lago”, além de pesquisa documental. Quanto à sistematização dos dados e análise dos resultados obtidos, foram definidos operadores interpretativos elaborados em diálogo com o referencial teórico e com os documentos coletados para a realização do trabalho. Como resultado, evidencia-se que a Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago tem privilegiado a manutenção de marcadores estruturais de subalternização e a produção de um discurso hegemônico em torno do tema “representação” e das políticas de democratização da cultura, da biblioteca e da leitura, atendendo de forma distinta diferentes grupos populacionais da cidade, o que pôde ser facilmente percebido a partir da abordagem do conceito de segregação socioespacial como fator de subalternização.

**Palavras-chave:** Biblioteca pública. Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago. Estudos subalternos. Subalternidade. Representação. Espaço público. Segregação socioespacial.

## ABSTRACT

This work highlights the public libraries and seeks to apprehend the different relationships established by a given community with its spaces, services and collections, considering, therefore, the indications of subalternity and representation as formulated by authors and authors linked to the so-called *subaltern studies*. In view of this, it establishes as a general objective to analyze whether and how the Municipal Public Library Ataliba Lago, based in the city of Divinópolis, a municipality located in the midwest region of the State of Minas Gerais, represents the various population groups of the city through its collections and services. In terms of theoretical foundation, a historical-conceptual review is carried out about the "public library" in order to highlight its characteristics, social functions and the nature of its actions, also presenting a study on the historical and functional context of the Municipal Public Library Ataliba Lago. With regard to its methodological design, the research can be characterized as qualitative, based on a case study. For data collection, semi-structured interviews were conducted with employees of the Municipal Public Library Ataliba Lago, with the Secretary of Culture of the Municipality and with the Coordinator of CRAS Nordeste, a Social Assistance unit that received the library "Cenira Manatta Soares", branch of "Ataliba Lago", in addition to documentary research. Regarding the systematization of the data and analysis of the obtained results, interpretive operators structured in dialogue with the theoretical framework and with the documents collected to perform the work were defined. As a result, it is evident that the Municipal Public Library Ataliba Lago has privileged the maintenance of structural markers of subalternization and the production of a hegemonic discourse around the theme "representation" and the policies of democratization of culture, library and reading, serving differently different population groups of the city, which could be easily perceived from the approach of the concept of sociospatial segregation as a factor of subalternization.

**Keywords:** Public library. Municipal Public Library Ataliba Lago. Subaltern studies. Subalternity. Representation. Public space. Socio-spatial segregation.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fotografia das oficinas da Rede Mineira de Viação, 1916	55
Figura 2 – Fotografia da Av. Primeiro de Junho, Centro de Divinópolis, Séc. XX	56
Figura 3 – Fotografia da vista aérea da cidade de Divinópolis	58
Figura 4 – Mapa do Estado de Minas Gerais	59
Figura 5 – Mapa do Sistema Viário Regional	60
Figura 6 – Mapa das regiões e bairros de Divinópolis	61
Figura 7 – Fotografia do casarão que abriga o Museu Histórico de Divinópolis	65
Figura 8 – Fotografia da fachada da Escola Municipal de Música Maestro Ivan Silva	66
Figura 9 – Fotografia da fachada do Teatro Municipal Usina Gravatá	67
Figura 10 – Print-screen de trecho de documento (Luís Fernandes de Souza)	72
Figura 11 – Print-screen de trecho de documento (Luís Fernandes de Souza)	72
Figura 12 – Print-screen de ordem de pagamento (material de construção)	73
Figura 13 – Print-screen de recibo de pagamento (material de construção)	74
Figura 14 – Fotografia da fachada do antigo prédio da Câmara Municipal	75
Figura 15 – Recibo de pagamento referente a aquisição de acervo	76
Figura 16 – Recibo de pagamento referente a aquisição de acervo	76
Figura 17 – Fotografia do evento de inauguração da Biblioteca Municipal	77
Figura 18 – Print-screen de fotografia do Jornalista e escritor Ataliba Lago	79
Figura 19 – Print-screen de imagem da fachada (Rua Rio de Janeiro, 128)	79
Figura 20 – Fotografia da fachada do imóvel (Av. Sete de setembro, 1160)	82
Figura 21 – Fotografia da entrada do imóvel (Av. Sete de setembro, 1160)	82
Figura 22 – Fotografia do espaço interno do imóvel (Av. Sete de setembro, 1160)	82
Figura 23 – Fotografia do espaço interno do imóvel (Av. Sete de setembro, 1160)	82
Figura 24 – Fotografia da rampa de acesso ao segundo andar da biblioteca	82
Figura 25 – Fotografia de homenagem ao patrono da Biblioteca, Ataliba Lago	83
Figura 26 – Fotografia de homenagem à Adélia Prado	83
Figura 27 – Fotografia da fachada do imóvel que abriga a nova sede da biblioteca	84
Figura 28 – Fotografia da recepção e do balcão de atendimento da biblioteca	85
Figura 29 – Fotografia de estantes da biblioteca	85
Figura 30 – Fotografia da seção de literatura infantojuvenil	85
Figura 31 – Fotografia de exposição de artes	85
Figura 32 – Fotografia do espaço interno da biblioteca, jogos de xadrez	86
Figura 33 – Extrato de documento (usuários cadastrados)	87
Figura 34 – Extrato de documento (número de empréstimos)	88
Figura 35 – Fotografia da Festa Literária de Divinópolis, ano 2019	92

Figura 36 – Mapa parcial da cidade de Divinópolis	93
Figura 37 – Mapa da região central de Divinópolis	93
Figura 38 – Fotografia da fachada do CRAS Nordeste	94
Figura 39 – Fotografia do Centro Municipal de Convivência do Idoso	94
Figura 40 – Fotografia da entrada da biblioteca “Cenira Manatta Soares”	95
Figura 41 – Fotografia do interior e acervo da biblioteca “Cenira Manatta Soares”	96
Figura 42 – Fotografia do interior e acervo da biblioteca “Cenira Manatta Soares”	96
Figura 43 – Fotografia do interior e acervo da biblioteca “Cenira Manatta Soares”	96
Figura 44 – Fotografia da fachada da Estação Ferroviária de Amadeu Lacerda	98

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMVI	Associação dos Municípios da Microrregião do Vale Do Itapecerica
CAMIG	Companhia Agrícola de Minas Gerais
CEACAD	Centro de Educação, Apoio e Convivência do Adolescente
CML	Centro Memória do Livro
COHAB/MG	Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais
COVID-19	Doença do Coronavírus
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
EFOM	Estrada de Ferro Oeste de Minas
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FLID	Feira Literária de Divinópolis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFLA	Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e Instituições
INESP	Instituto de Ensino Superior e Pesquisa
PIB	Produto Interno Bruto
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
RMV	Rede Mineira de Viação
SAB	Sociedade dos Amigos da Biblioteca Pública Ataliba Lago
SAB & AC	Sociedade Amigos da Biblioteca - Arte & Cultura
TCLE	Termos de Consentimento Livre e Esclarecido
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>2. BIBLIOTECA PÚBLICA E SUBALTERNIDADE: estabelecendo norteadores conceituais</b>	<b>20</b>
<b>2.1 A BIBLIOTECA PÚBLICA E SUA DIMENSÃO DEMOCRÁTICA</b>	<b>20</b>
<b>2.2 ANTONIO GRAMSCI E GAYATRI CHACKAVORTY SPIVAK: reflexões críticas acerca da condição subalterna</b>	<b>32</b>
<b>2.3 A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO CATEGORIA DE REPRESENTAÇÃO DA SUBALTERNIDADE: considerações sobre o uso e a apropriação do espaço público</b>	<b>43</b>
<b>2.3.1 Espaço e lugar: aproximações e distanciamentos conceituais</b>	<b>45</b>
<b>3. DIVINÓPOLIS E A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL ATALIBA LAGO: contornos sócio-históricos</b>	<b>52</b>
<b>3.1 DIVINÓPOLIS: a “princesinha do oeste”</b>	<b>53</b>
<b>3.2 ATALIBA LAGO: a Biblioteca Pública Municipal de Divinópolis</b>	<b>71</b>
<b>4. DIMENSÕES REPRESENTACIONAIS DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL ATALIBA LAGO E DE SUAS RELAÇÕES COM GRUPOS E SUJEITOS SUBALTERNIZADOS</b>	<b>100</b>
<b>4.1 A CONSTRUÇÃO DO PERCURSO METODOLÓGICO EM TEMPOS DE PANDEMIA: desafios e oportunidades</b>	<b>100</b>
<b>4.2 RELAÇÕES ENTRE BIBLIOTECA PÚBLICA E DEMOCRACIA: as escolhas políticas que subsidiam o atendimento e a prestação de serviços aos públicos que recorrem à Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago</b>	<b>102</b>
<b>4.3 O SUJEITO SUBALTERNIZADO: a percepção dos participantes da pesquisa</b>	<b>109</b>
<b>4.4 A PRESENÇA E A REPRESENTAÇÃO DE SUJEITOS E GRUPOS SUBALTERNIZADOS NO CONTEXTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA ATALIBA LAGO</b>	<b>112</b>
<b>4.5 A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO FATOR DE SUBALTERNIZAÇÃO: em foco o atendimento da população periférica pela Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago</b>	<b>116</b>
<b>4.6 AS RELAÇÕES ENTRE BIBLIOTECA PÚBLICA E SUBALTERNIDADE: a visão dos gestores</b>	<b>120</b>

<b>4.7</b>	<b><i>DIMENSÕES REPRESENTACIONAIS QUE EMERGEM DAS RELAÇÕES INSTITUÍDAS ENTRE A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL ATALIBA LAGO E GRUPOS/SUJEITOS SUBALTERNIZADOS</i></b>	<b>135</b>
<b>5.</b>	<b><i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i></b>	<b>139</b>
	<b><i>REFERÊNCIAS</i></b>	<b>142</b>
	<b><i>ANEXOS</i></b>	<b>148</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O ano era 1991. Eu tinha 13 anos e cursava a sétima série do ensino fundamental na Escola Estadual Professor Chico Dias, no Danilo Passos II, bairro que, à época, tinha menos de uma década de fundação. Ficava muito animado quando alguma professora pedia para que realizássemos “trabalho de pesquisa”, porque isso significava uma coisa específica: eu e meus amigos tínhamos que ir até à Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago, que, naquele momento, ocupava um imóvel na Avenida Sete de setembro, na região central da cidade de Divinópolis/MG.

Eu poderia romantizar esse texto acentuando que as idas à Biblioteca me levavam para um mundo mágico, repleto de possibilidades que somente a leitura é capaz de proporcionar, mas não o farei, pois o hábito de ler ainda não estava consolidado em mim. Desse modo, a razão de tanta animação não advinha apenas dos livros que aquele lugar preservava, nem da cara fechada da Dona Tânia, funcionária exemplar e atenciosa que procurava, a todo custo, manter o silêncio dos estudantes que frequentavam a instituição, ao mesmo tempo em que auxiliava a todos sem fazer muitas distinções. Essa empolgação tampouco emanava da aventura que era pegar um ônibus para se deslocar até o movimentado centro da cidade. Na realidade, era tudo isso junto, consubstanciado ali, naquele lugar cheio de livros e de pessoas, local onde, para completar a experiência, íamos para encontrar estudantes de outras escolas que também se reuniam para fazer seus trabalhos.

Ali frequentavam alunas e alunos do Dona Antônia, do Padre Matias, do Joaquim Nabuco, todas essas escolas do Centro e que atendiam majoritariamente alunos de classe média, moradores de bairros mais próximos da biblioteca – naquele tempo, as escolas públicas ainda eram muito acionadas pela população mais privilegiada economicamente. Aos 13 anos eu ainda não sabia nomear, mas a “Ataliba Lago” era, para nós moradores da periferia, um lugar de socialização, um espaço público gratuito para o qual poderíamos voltar quando quiséssemos, desde que tivéssemos dinheiro para a “passaginha”, nome peculiar que os divinopolitanos davam ao vale-transporte. E assim eu fazia, sem perceber que, aos poucos, me era apresentado esse caminho sem volta de entender que a biblioteca pública se constituiria em um referente funcional, afetivo e simbólico muito importante para o resto da minha vida.

Essa pequena descrição de uma lembrança específica que faz remissão à função escolar que a biblioteca pública pode assumir ao receber os estudantes de uma comunidade denota, de forma mais profunda, pertencimento, identificação e, em última instância, “representação”.

Talvez por isso essa dimensão representacional tenha se constituído no tema central deste trabalho, o qual confere destaque às bibliotecas públicas e busca apreender as distintas relações instituídas por determinada comunidade com seu espaço, serviços e coleções. Para tanto, evoca as noções de subalternidade e representação conforme tematizadas e estudadas por alguns autores e autoras ligados(as) aos chamados *estudos subalternos*. Contudo, antes de avançarmos na apresentação das especificidades dessa mirada interpretativa e de suas contribuições para a problemática que aqui se investiga, vale sistematizarmos alguns argumentos que dão conta da configuração dessas instituições – as bibliotecas públicas – e seu aparecimento no contexto brasileiro.

Do ponto de vista histórico, é possível se afirmar que a popularização desse tipo de unidade biblioteconômica na modernidade ocorreu, primeiramente, em dois países: na Inglaterra, no período da revolução industrial, e nos Estados Unidos da América, na transição do século XVIII para o XIX, momento de expansão das cidades industriais em ambos os contextos. Conforme pode ser constatado em obras que tratam da dimensão histórica das bibliotecas públicas<sup>1</sup>, no caso norte-americano essas instituições foram criadas com o intuito de oferecer à população mais pobre, principalmente a classe operária, possibilidades de desenvolvimento intelectual e espaço para convivência social. Por sua vez, na Inglaterra, faz-se evidente que as bibliotecas públicas nasceram como mecanismo de controle social, cujas funções e ações estavam pautadas por uma visão utilitarista da leitura, razão pela qual foram consideradas de imediato como um “bom investimento social”. Em função disso, tanto em uma realidade quanto na outra, defendeu-se política e socialmente a implementação e manutenção de bibliotecas públicas financiadas pelo Estado.

Com relação à realidade brasileira, vale dizer que as primeiras bibliotecas públicas tiveram seu funcionamento vinculado à criação de um lugar para o exercício intelectual e para a socialização das elites. Esse é o caso, por exemplo, da Biblioteca Pública da Bahia (1811), da biblioteca da Sociedade Literária de Ouro Preto (1823) e da Biblioteca Pública de São João Del Rei (1827). Característica marcante e que, em certa medida, ainda persiste posto o acesso à informação nos países em desenvolvimento, dentre os quais o Brasil pode ser incluído, ainda permanece atrelado a questões econômicas, de divisão de classes e de segregação socioespacial.

No entanto, entender a realidade das bibliotecas públicas brasileiras implica ir além dessa avaliação exclusivamente econômica, pois outras variáveis também são responsáveis pela

---

<sup>1</sup> Ver MUELLER, 1984.

manutenção de estruturas e marcadores hegemônicos de elitização do acesso à informação no país. Por conseguinte, o estudo da história das bibliotecas públicas brasileiras nos permite observar, também, que algumas delas foram criadas com a intenção de funcionarem como uma espécie de “clube de leitura” para determinada camada social da população que enxergava naquele espaço um local de cultura e de desenvolvimento pessoal. Essa demarcação de espaço contribuiu, juntamente com outros fatores – tais como a precariedade dos acervos e a localização geográfica da biblioteca, por exemplo – para o afastamento de grande parte da população desses equipamentos culturais públicos, os quais, por definição, deveriam estar abertos e focados em servir a todos os cidadãos em iguais condições.

Outro aspecto que, em ampla medida, tem se apresentado como um entrave para que as bibliotecas públicas brasileiras ampliem suas possibilidades de atendimento diz respeito às profundas transformações que as tecnologias da informação e da comunicação têm promovido nas dinâmicas de produção, preservação e disseminação dos saberes nas últimas décadas, principalmente no que tange à rede mundial de computadores, a *Internet*. Com o aprimoramento dos motores de busca e com o oferecimento massivo de documentos eletrônicos de livre acesso os acervos das instituições bibliotecárias se desatualizam de forma muito rápida e isso ressignifica o *status* de referencialidade que as bibliotecas públicas ocupam no imaginário coletivo.

Mesmo em face dessas questões, que podem dificultar o exercício de suas funções sociais básicas, defendemos que as bibliotecas públicas ainda cumprem papel fundamental no cenário cultural do país, sobretudo quando desenvolvem suas ações focadas nas pessoas e na comunidade que atendem. Afirmativa que se faz mais evidente quando a biblioteca, além de produzir respostas para demandas pontuais, consegue estabelecer conexões enraizadas na paisagem social e cultural onde está inserida<sup>2</sup>. Porém, para que isso ocorra, é fundamental que os indivíduos ou grupos se sintam “representados” por e nesse espaço público.

Caso isso não seja levado em consideração, até mesmo o discurso da democratização, amplamente difundido no senso comum como a consubstanciação da vontade da maioria, pode ser alçado como dispositivo orientador de políticas públicas equivocadas por desconsiderar o modo de vida ou minimizar as demandas e as produções culturais representativas de grupos minoritários, os quais são sistematicamente postos à margem da participação social. Dito de outra forma, por terem em vista um discurso hegemônico de valorização da cultura, sobretudo da cultura escrita, muitas bibliotecas públicas podem

---

<sup>2</sup> Ver SILVEIRA, 2014.



simplismente não viabilizar que determinados sujeitos e grupos sociais menos favorecidos se sintam “representados” em seus espaços, coleções e serviços.

Sobre essa dimensão representacional é importante pontuar que inúmeros autores e autoras têm, nas últimas décadas, dedicado esforços no sentido de entender como grupos minoritários ou marginalizados se relacionam com o todo social, sendo contemplados ou não por políticas públicas de reparação e visibilização pública. Antonio Gramsci, por exemplo, desenvolveu rica análise sobre as classes subalternas aconrado em uma matriz analítico-interpretativa que dialoga em muitos aspectos com o pensamento marxista. Outro trabalho de grande alcance sobre a condição subalterna foi realizado pela pesquisadora indiana Gayatri Chakravorty Spivak, que, ao se perguntar se “*Pode o subalterno falar?*”, acabou problematizando a questão da representação e as dinâmicas de silenciamento que certas estruturas históricas e hegemônicas de poder – inclusive discursivas e epistêmicas – impõem a pessoas e coletividades consideradas subalternizadas.

Desse modo, objetivando entender melhor a questão da representação no espaço público, notadamente no contexto das bibliotecas públicas e tendo como conceito norteador a ideia de representação formulada no âmbito dos chamados estudos subalternos, a presente pesquisa de mestrado define como objeto de estudo a Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago, com sede na cidade de Divinópolis, município localizado na região centro-oeste do Estado de Minas Gerais. Assim observado, pretendeu-se analisar se e como a Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago representa os vários grupos populacionais da cidade, seja por meio dos serviços que desenvolve, do acervo que custodia ou da presença em seus espaços da multiplicidade de públicos que compõem a comunidade local. Em decorrência disso, foi estabelecido o seguinte problema de pesquisa: *como são representados e como se dão as dinâmicas de apropriação da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago por parte dos diversos grupos que compõem a população da cidade de Divinópolis?*

A fim de responder a essa questão central traçou-se os seguintes objetivos: **objetivo geral** – analisar, a partir das discussões formuladas pelos estudos de subalternidade, como são representados e como se configuram as dinâmicas de apropriação da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago por parte dos diversos grupos que compõem a população da cidade de Divinópolis. **Objetivos específicos:** i) efetuar revisão histórico-conceitual acerca da “biblioteca pública”, tendo-se em vista evidenciar suas características, funções sociais e a natureza de suas ações; ii) sistematizar as discussões formuladas pelos estudos de subalternidade acerca do conceito de “representação” e suas potencialidades para uma melhor compreensão do que venha a ser um espaço público, notadamente aquele prefigurado

pelas bibliotecas públicas; iii) delinear o percurso histórico e os elementos constitutivos – espaços, ações, acervos, públicos e serviços – da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago; e, iv) analisar as relações mantidas pela comunidade de Divinópolis com a Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago com vistas a compreender como os diferentes grupos sociais se apropriam de e são representados em seus espaços, coleções e serviços.

Delineados os objetivos, estruturou-se uma dissertação subdividida, além da presente introdução e das considerações finais, em três capítulos, os quais podem ser sistematizados da maneira como se segue.

O primeiro capítulo, cujo título é “**Biblioteca pública e subalternidade: estabelecendo os norteadores conceituais**”, tem por centralidade o diálogo com autoras e autores que pensam a biblioteca pública, o conjunto de suas funções sociais e como se dá a relação dessas instituições com a democratização da informação, da cultura e dos saberes. Além disso, se aproxima dos “estudos subalternos” a fim de se apreender como os escritos gramscianos e a obra de Gayatri Chakravorty Spivak problematizam a condição subalterna e tensionam distintos processos de representação dos sujeitos e grupos ditos subalternizados.

O capítulo de número dois, “**Divinópolis e a Biblioteca Pública Ataliba Lago: contornos sócio-históricos**”, é dedicado à concepção tanto de um perfil sócio-histórico da cidade de Divinópolis quanto do percurso de criação e desenvolvimento da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago. Para além de apresentar aos nossos leitores o objeto de pesquisa que aqui se estudo, esse capítulo destaca algumas especificidades da comunidade na qual a Biblioteca Pública Municipal está inserida.

Por fim, o terceiro capítulo, que compõe a parte empírica da dissertação, recebeu o seguinte título: “**Dimensões representacionais da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago e suas relações com grupos e sujeitos subalternizados**”. Nele, a partir do caminho metodológico traçado pela pesquisa, são focados os processos de coleta e sistematização dos dados, bem como as análises efetuadas e os resultados obtidos. Resultados que, em linhas gerais, apontam que a Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago tem privilegiado a manutenção de marcadores estruturais de subalternização e a produção de um discurso hegemônico em torno do tema “representação” e das políticas de democratização da cultura, da biblioteca e da leitura, atendendo de forma distinta diferentes grupos populacionais da cidade.

Sobre o desenho metodológico é preciso indicar que na ocasião da qualificação do projeto de pesquisa que deu origem a esta dissertação o questionamento central que buscávamos responder tinha por referência a seguinte indagação: de que modo seriam representados e como se dariam as dinâmicas de apropriação da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago por parte dos diversos grupos que compõem a população da cidade de Divinópolis? Em face disso, foi definido que seria importante entrevistar, nos moldes de um trabalho de campo, grupos populacionais frequentadores ou não da Biblioteca Pública Municipal e de suas sucursais, de modo que as entrevistas seriam realizadas com moradores tanto das áreas mais centrais da cidade quanto dos bairros mais periféricos. Esperava-se, com isso, apreender como esses vários grupos populacionais se identificam com a instituição e se eles se sentem representados, na dupla acepção elaborada por Gayatri Chakravorty Spivak (2014), ou não pelas políticas, serviços e acervos por ela fomentados.

Contudo, em decorrência do isolamento social imposto como medida sanitária para lidar com a COVID-19<sup>3</sup> foi necessário repensar as entrevistas e o escopo do trabalho<sup>4</sup>, optando-se, nesse contexto, por realizar entrevistas com os servidores públicos que mobilizam as políticas e serviços prestados pela Ataliba Lago: funcionários e a coordenadora da Biblioteca, bem como com a direção do espaço que abriga a sucursal “Cenira Manatta Soares”<sup>5</sup> e com o Secretário de Cultura do Município. Além de representar menos riscos para o pesquisador e seus informantes, considerou-se que essa opção ainda permitiria entender como os funcionários e gestores percebem a presença de públicos subalternizados no espaço da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago e como se dá a prestação de serviços a eles destinados.

Nesse sentido, informa-se que para a realização dessa etapa da pesquisa foram entrevistados nove funcionários da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago, sendo eles bibliotecários ou auxiliares de bibliotecas, a maioria vinculados aos setores de atendimento ao público, empréstimos e de referência. A escolha desse perfil de servidores levou em consideração o fato deles estarem em contato frequente com os usuários dessa unidade de informação, tendo a possibilidade de descreverem o mais próximo da realidade o perfil das pessoas que

---

<sup>3</sup> A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca (Fonte: Ministério da Saúde).

<sup>4</sup> Conforme orientações do Ministério da Saúde, ressalta-se a necessidade de manutenção das medidas não farmacológicas na prevenção da infecção pelo vírus da Covid-19, sendo uma das principais ações o distanciamento social, ou seja, a limitação do contato próximo entre pessoas infectadas e outras pessoas [...] medida importante para reduzir as chances de transmissão do SARS-CoV-2.

<sup>5</sup> A sucursal “Cenira Manatta Soares” foi uma das unidades avançadas criadas pela Ataliba Lago no sentido de estender os serviços da Biblioteca a alguns bairros da periferia de Divinópolis, assunto que será tratado no decorrer da dissertação, de extrema importância para a abordagem que aqui se propõe.

procuram a Ataliba Lago para atendimento. Fato interessante a ser relatado é que dois desses funcionários figuravam como os mais antigos da instituição.

No grupo de bibliotecários entrevistados está inserida a responsável pela direção da instituição, que, entre outras contribuições, auxiliou na resolução de dúvidas com relação às políticas que regem o funcionamento da Biblioteca Pública, além de fornecer informações adicionais sobre a realidade das suas sucursais.

Com relação a única sucursal da “Ataliba Lago” que consta ter sido aberta ao público, foi entrevistada a assistente social responsável pela direção do CRAS – Nordeste, local onde foi implementada a unidade avançada, tendo-se em vista verificar como se deu a montagem da Biblioteca “Cenira Manatta Soares”, além da possibilidade de se observar o estado em que essa unidade avançada da Ataliba Lago se encontra na atualidade. Essa escolha se deu pelo fato de a servidora ter participado de todo o processo de implantação da biblioteca, podendo falar mais sobre seu aparente “estado de abandono”.

Por fim, informa-se que foi entrevistado, também, o Secretário de Cultura de Divinópolis, no intuito de coletar dados que possam aludir à forma como a Prefeitura Municipal enxerga a Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago, seus processos e serviços. Também foi objetivo desse depoimento compreender como as discussões sobre a subalternidade encontram eco (ou são emudecidas) no âmbito das políticas públicas levadas a cabo na cidade.

Após a realização dessas etapas do trabalho, foi possível perceber o que os funcionários e gestores envolvidos com a Ataliba Lago pensam a respeito dos temas aqui abordados, tais como democracia, subalternidade e a conexão da biblioteca pública com esses assuntos, além de apurar o envolvimento dos entrevistados no sentido do desenvolvimento de políticas que buscam a inclusão de pessoas tidas como subalternizadas no ambiente da instituição.

Assim, como forma de ampliar as discussões formuladas no capítulo três e contribuir para o alargamento dos estudos sobre as bibliotecas públicas brasileiras e o próprio campo informacional, passa-se às **Considerações Finais**, momento em que são arroladas algumas alternativas de trabalhos e/ou ações que podem ser desenvolvidas no sentido de dar voz e de atender com o máximo de respeito e da forma mais adequada possível as demandas de grupos e sujeitos historicamente subalternizados.

Dito isso, passa-se ao primeiro capítulo, convidando o leitor a seguir conosco na busca pela definição do quadro conceitual que fundamenta as discussões aqui efetuadas.

## 2. BIBLIOTECA PÚBLICA E SUBALTERNIDADE: estabelecendo norteadores conceituais

Neste capítulo nos propomos a discutir, por meio de revisão da literatura, um conjunto de temas e conceitos considerados relevantes para fundamentar nossas análises acerca de como se efetivam a interação de diversos grupos populacionais divinopolitanos com sua biblioteca pública, atentando para as ações políticas que visam garantir que essa interação ocorra.

Em virtude de o objetivo geral desta pesquisa ter em vista apreender como se dá a relação de públicos subalternizados no espaço da Biblioteca Pública Ataliba Lago e a prestação de serviços a eles destinados, julga-se necessário problematizar a natureza e as funções sociais das bibliotecas públicas, sua relação com a democracia, o conceito de subalternidade e as principais diretrizes dos estudos subalternos. Interroga-se, também, de que maneira certas modalidades de segregação espacial/social podem ser tratadas como categorias representativas dos processos de subalternização impostos a determinados sujeitos e coletividades.

Para tanto, efetuou-se pesquisa bibliográfica em fontes relacionadas às áreas de Ciências Sociais, Biblioteconomia, Ciência da Informação e também ligadas à Arquitetura e Urbanismo - com vistas a se demarcar aquilo que aproxima e distancia dois operadores analíticos identificados como relevantes a este estudo, quais sejam: *espaço* e *lugar*. Dito isso, iniciamos as discussões delineadas buscando respostas para duas questões específicas: o que é uma biblioteca pública? Qual a sua relação com a manutenção e a ampliação da democracia?

### 2.1 A BIBLIOTECA PÚBLICA E SUA DIMENSÃO DEMOCRÁTICA

A biblioteca pública é, certamente, uma instituição de grande relevância social, fato que pode ser constatado, dentre outros aspectos, por meio da sua inserção na paisagem cultural de determinada comunidade. De acordo com Gomes e Silveira (2019), essa condição pode ser apreendida, entre outros marcadores,

[...] em função das atividades que desenvolve e dos serviços que presta ao público; do reconhecimento coletivo acerca de seus atributos enquanto lugar para se buscar e acessar informações de distintas naturezas; ou, mediante sua demarcação enquanto local de leitura, lazer, memória, sociabilidade e educação. (GOMES; SILVEIRA, 2019, p. 427).

Diante do exposto, é possível se afirmar que os vínculos criados pela biblioteca pública com os sujeitos e grupos sociais estabelecidos em seu entorno outorgam a essas instituições um lugar central no cerne do sistema cultural daquela localidade. Dessa forma, ainda de acordo com os autores acima referidos:

[...] é possível assinalarmos que são as conexões estabelecidas com a comunidade que conferem às bibliotecas públicas seu reconhecimento enquanto instância responsável pela recuperação, organização, preservação e disseminação das diversas modalidades de conhecimentos e manifestações culturais. (GOMES; SILVEIRA, 2019, p. 427).

Em face disso, torna-se claro que as funções demandadas e exercidas pelas bibliotecas públicas devem ser concebidas em função do *status* que essas instituições possuem na e para a sociedade. Razão pela qual é relevante questionarmos: que acervos são formados, organizados, recuperados e preservados nessas instituições? Que conhecimentos e manifestações culturais são ou deveriam ser por elas valorizados e disseminados? Como o poder público entende essas questões e o que já foi feito no sentido de trazer para o bojo da biblioteca pública a discussão sobre processos de subalternização de certos públicos e sujeitos? Essas questões mostram-se pertinentes na medida em que são as respostas a elas conferidas que irão determinar qual o escopo de atuação da biblioteca pública em termos de atendimento às demandas de seus usuários em particular e da sociedade de forma mais ampla. Sendo assim:

[...] para que essas competências e potencialidades se efetivem é fundamental que as pessoas e os grupos sociais fixados em seu entorno se sintam representados por e nesse espaço público. Representação que pressupõe ser objetivada tanto em seus acervos e coleções, quanto nos serviços ali desenvolvidos. (GOMES; SILVEIRA, 2019, p. 427).

De forma correlata, ao discutir essa possibilidade de representação na e a partir da biblioteca pública, Jaramillo & Ríos (2000) demarcam que elas devem orientar suas ações tendo em vista a multiplicidade de sujeitos e de toda a coletividade para a qual presta algum tipo de serviço. Contudo, estabelecem a seguinte advertência:

Pensar a biblioteca pública e com ela seus usuários como um todo é fácil; prestar serviços a toda uma comunidade e igualmente a todos os seus setores: crianças, jovens e adultos, sem reconhecer em cada um deles interesses, necessidades, gostos, motivações e habilidades, também não é tão difícil. No entanto, pensar a biblioteca, sua razão social e em sua projeção em função de cada um de seus usuários como seres independentes, pertencentes a gerações diferentes, com gostos e interesses próprios de sua

idade e de seu contexto, já não é tão fácil. (JARAMILLO; RÍOS, 2000, p. 14 – tradução nossa<sup>6</sup>).

Ao fazer tal observação as autoras deixam claro que, se os sujeitos e grupos sociais que frequentam e que fazem uso de uma biblioteca pública forem vistos como um conjunto homogêneo, a tarefa de oferecer serviços pré-formatados e descontextualizados de suas realidades concretas tende a ser a via mais fácil de atuação. No entanto, ao se considerar a diversidade que compõe determinada sociedade, esse trabalho torna-se muito mais desafiador posto vincular-se diretamente à dimensão democrática que deve orientar os serviços, coleções e espaços que dão forma a uma biblioteca pública.

Entender essa dimensão democrática pressupõe, por conseguinte, considerar as particularidades da localidade na qual a instituição está vinculada. Não sem razão, Orlanda Jaramillo e Mónica Ríos defendem que apreender a importância social das bibliotecas públicas implica ter sempre em vista sua historicidade. Condição que se faz ainda mais evidente no contexto latino-americano, dado que:

O surgimento e desenvolvimento de bibliotecas públicas na América Latina se deve basicamente a fenômenos urbanos que correspondem aos processos de emigração e industrialização e, de alguma forma, às condições sociais, econômicas e políticas de cada país, concentrando sua atenção em grupos sociais com menor grau de escolaridade e baixa renda econômica (JARAMILLO; RÍOS, 2000, p. 15 – tradução nossa<sup>7</sup>).

Disso decorre que a criação e desenvolvimento das bibliotecas públicas na América Latina se deu, por longa data, centrada em atender às demandas de determinada parcela da população, privilegiando grupos e sujeitos menos favorecidos econômica e socialmente. Nesse contexto, ao se fixarem em cenários marcados pela colonização, essas instituições definiram suas atividades iniciais guiadas por um propósito específico:

[...] oferecer oportunidades de acesso à educação e ao conhecimento e são propostas como estratégia para expandir a ação do Estado em direção aos setores mais vulneráveis. Em algumas vezes, após a criação das bibliotecas,

---

<sup>6</sup> Pensar la biblioteca pública y con ella a sus usuarios, como un todo, resulta fácil, prestar servicios a toda una comunidad de igual manera a todos sus sectores: niños, jóvenes y adultos, sin reconocer en cada uno de ellos intereses, necesidades, gustos, motivaciones y habilidades, tampoco resulta ser tan dificultoso. Sin embargo, pensar la biblioteca, su quehacer y su proyección en función de cada uno de sus usuarios, como seres independientes, pertenecientes a generaciones diferentes, con gustos e intereses propios de su edad y de su contexto, ya no resulta ser tan fácil.

<sup>7</sup> El surgimiento y desarrollo de las bibliotecas públicas en América Latina se debe básicamente a fenómenos urbanos que responden los procesos de emigración y de industrialización y que, de alguna manera, corresponden a la condición es sociales, económicas y políticas de cada país y centran su atención en los grupos sociales con pocos grados de formación y con bajos ingresos económicos.

elas são assumidas por uma entidade estatal (JARAMILLO; RÍOS, 2000, p. 15 – tradução nossa<sup>8</sup>).

Assim, e guiando-se pelo que já havia acontecido na Inglaterra e nos Estados Unidos, as primeiras bibliotecas públicas latino-americanas deram seguimento ao trabalho de manutenção da ordem social existente, sobretudo por meio da difusão de um ideário positivista de “boa leitura” encampado por sistemas educacionais em pleno processo de expansão. Isso também foi pontuado por Jaramillo & Ríos (2000) ao ressaltarem que:

A expansão da educação pública é outro fator diretamente relacionado ao surgimento dessas bibliotecas, devido à requisição de material e espaços para atender às necessidades de informação e educação dos novos setores sociais que entraram no mundo da leitura e sentiam interesse em desenvolvê-las. Nesse contexto, encontram-se as bibliotecas paroquiais, consideradas predecessoras da biblioteca pública e das bibliotecas nacionais que, em alguns países, prestam serviços à comunidade em geral e são a entidade administrativa da qual dependem hierarquicamente. (JARAMILLO; RÍOS, 2000, p. 16 – tradução nossa<sup>9</sup>).

Levar em consideração essas observações é importante para este trabalho porque, no cenário atual, muitas bibliotecas públicas do país não conseguem prestar serviços personalizados ao seu público, tornando-se, em decorrência disso, local de uso e de sociabilidade quase que exclusivo das classes econômica e educacionalmente mais abastadas. Atentando para esses aspectos, Jaramillo & Ríos (2000) assinalam, ainda, que esses marcadores sócio-históricos criam uma dificuldade no sentido de se definir exatamente o que vem a ser uma biblioteca pública na América Latina. Fato que pode estar vinculado, entre outras vias explicativas, à herança colonial que marca esses países reflete diretamente no modelo de biblioteca aqui implementado, evidenciando, com isso, uma

[...] falta de consenso para formular um conceito atualizado sobre sua essência, que responda ao seu desenvolvimento histórico, às mudanças qualitativas e quantitativas pelas quais a biblioteca pública passou como instituição; isto é, um conceito que estabeleça o propósito de sua existência e justifique sua presença na sociedade com base em princípios e diretrizes operacionais. Essa ausência de consenso foi verificada ao se realizar uma revisão bibliográfica completa, que incluiu os conceitos elaborados desde 1949 até 1994, com o último Manifesto da Unesco. (JARAMILLO; RÍOS, 2000, p. 16 – tradução nossa<sup>10</sup>).

---

<sup>8</sup> Ofrecer oportunidad de acceso a la educación y al conocimiento, y se plantean como una estrategia para ampliar la acción del Estado hacia los sectores más vulnerables. En algunas ocasiones, luego de creadas las bibliotecas, pasan a ser asumidas por un ente estatal.

<sup>9</sup> La expansión de la instrucción pública es otro factor directamente relacionado con el surgimiento de estas bibliotecas, debido al requerimiento de información y de espacios para atender las necesidades informativas y educativas de los nuevos sectores sociales que ingresaban al mundo de la lectura y sentían interés por desarrollarla. Dentro de este contexto se ubican las bibliotecas parroquiales, consideradas como las antecesoras de la biblioteca pública y las bibliotecas nacionales que, en algunos países, prestan servicios a la comunidad en general y son el ente administrativo del cual dependen jerárquicamente.

<sup>10</sup> [...] falta de consenso para formular un concepto actualizado sobre su esencia, que responda al desarrollo histórico, a los cambios cualitativos y cuantitativos que ha sufrido la biblioteca pública como institución; es decir,



A saber, a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em manifesto publicado no ano de 1994, caracterizam as bibliotecas públicas como “centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros” (IFLA/UNESCO, 1994, p. 1), cujos acervos e ações “devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo, minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas” (IFLA/UNESCO, 1994, p. 1). Desse modo, o oferecimento de serviços por uma biblioteca pública deve considerar a “igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social” (IFLA/UNESCO, 1994, p. 1).

Por meio de tais formulações, o Manifesto define as linhas de atuação dessas instituições, cujos eixos centrais giram em torno da promoção da cultura, da educação, da leitura, do lazer e da informação em seus mais variados formatos e suportes, constituindo-se, assim, em ponto de referência (funcional, simbólica e afetiva) para todos os grupos e sujeitos que se inter-relacionam no cerne de determinada paisagem social. A partir desses apontamentos, podemos asseverar que são funções básicas dessas unidades biblioteconômicas:

1. Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
2. Apoiar a educação individual e a auto formação, assim como a educação formal a todos os níveis;
3. Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa;
4. Estimular a imaginação e criatividade das crianças e dos jovens;
5. Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
6. Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espetáculo;
7. Fomentar o diálogo intercultural e a diversidade cultural;
8. Apoiar a tradição oral;
9. Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local;
10. Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;
11. Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;
12. Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários. (IFLA/UNESCO, 1994, p. 2).

Para Jaramillo & Ríos (2000), a elaboração do Manifesto de 1994 contribuiu para difundir uma nova visão sobre as bibliotecas públicas, formulando, a partir dele, uma série de diretrizes destinadas a fazer com que tais instituições possam assumir mais agudamente sua condição de equipamento cultural. Isso viabilizou, nas palavras das autoras:

---

un concepto que establezca la finalidad de su existencia y justifique su presencia en la sociedad a partir de principios y directrices de funcionamiento. Esta ausencia de consenso se constató al realizar una minuciosa revisión bibliográfica que comprende los conceptos elaborados desde 1949 hasta 1994, con el último Manifiesto de la Unesco.

[...] a construção de um novo conceito de biblioteca pública, que encerra de maneira conjunta sua missão social e cultural, permite visualizar sua articulação com a realidade, contempla os componentes que lhe são próprios: ambientes, sujeitos e contextos, e percebe a biblioteca como organização sujeita a processos gerenciais que tem um fim, formula objetivos, envolve sujeitos e gera produtos. (JARAMILLO; RÍOS, 2000, p. 16 - tradução nossa<sup>11</sup>).

Partindo dessa observação, Jaramillo & Ríos (2000) propõem, então, que a biblioteca pública seja compreendida como:

[...] uma instituição de caráter social e cultural, financiada e regulamentada pelo Estado, cuja finalidade é permitir o livre acesso à informação registrada em um suporte documental e que responda aos critérios de seleção e aquisição para a satisfação das necessidades nos planos educacional, informativo, cultural e do uso do tempo livre. Busca contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas que fazem parte de uma comunidade em um contexto (município, cidade ou bairro), para a construção e articulação de relações democráticas, por meio de serviços e programas gratuitos coordenados por um bibliotecário. (JARAMILLO, 2000, p. 30 – tradução nossa<sup>12</sup>).

Como pode ser observado, além de proporem uma definição para a instituição biblioteca pública, as autoras afirmam que um dos pilares que lhe confere visibilidade é sua dimensão democrática, posto que as ações, serviços, espaços e coleções por ela dinamizados devem contemplar os desejos e necessidades de “todas as pessoas” que compõem determinada comunidade. Visando reforçar esse modo de compreensão, Jaramillo & Ríos (2000) argumentam:

Embora o conceito de biblioteca pública tenha evoluído, se aproximado e se adaptado às dinâmicas sociais, esta continua sendo essencialmente uma instituição democrática vinculada à garantia e ao desenvolvimento dos direitos de acesso à informação, ocupação do tempo livre, educação, e, particularmente, da cultura, aspectos estes, estreitamente ligados à liberdade de expressão, base da convivência democrática. (JARAMILLO; RÍOS, 2000, p. 30, tradução nossa<sup>13</sup>).

E retomando o Manifesto da IFLA/UNESCO de 1994, as autoras completam:

---

<sup>11</sup> La construcción de un nuevo concepto de biblioteca pública, que encierra de manera conjunta su misión social y cultural, permite visualizar su articulación con la realidad, contempla los componentes que le son propios: entornos, sujetos y contextos, y percibe la biblioteca como una organización sujeta a procesos gerenciales que tiene un fin, formula unos objetivos, involucra unos sujetos y genera unos productos.

<sup>12</sup> [...] es una institución de carácter social y cultural, financiada y reglamentada por el estado, cuya finalidad es posibilitar el libre acceso a la información registrada en un soporte documental y que responde a unos criterios de selección y adquisición para la satisfacción de necesidades en el plano educativo, informativo, cultural y de uso del tiempo libre. Busca contribuir al mejoramiento de la calidad de vida de todas las personas que hacen parte de una comunidad en un entorno (municipio, vereda o barrio), para la construcción y articulación de relación es democráticas, por medio de servicios y programas gratuitos y coordinados por un bibliotecario.

<sup>13</sup> Aunque el concepto de biblioteca pública ha evolucionado, perfilándose y adaptándose a las dinámicas sociales, ésta continúa siendo en esencia, una institución democrática ligada a la garantía y al desarrollo de los derechos de acceso a la información, de ocupación del tiempo libre, de educación, y particularmente de cultura; aspectos éstos, estrechamente unidos con la libertad de expresión, base de la convivencia democrática.

A biblioteca presta seus serviços com base na igualdade de acesso à informação para todas as pessoas, independentemente de sua idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, idioma ou condição social e para aqueles que, por um motivo ou outro, não podem se beneficiar dos serviços e materiais comuns, por exemplo, minorias linguísticas, deficientes físicos ou mentais, doentes ou pessoas privadas de liberdade (JARAMILLO; RÍOS, 2000, p. 32, tradução nossa<sup>14</sup>).

Com isso, tornam evidente o vínculo estrito entre bibliotecas públicas e democracia. Posição também ratificada por Felipe Meneses Tello (2008), para quem:

Pensar sobre a dimensão democrática da biblioteca pública significa analisar e estudar um aspecto relacionado à dimensão política dessa instituição bibliotecária. Aquelas que dizem respeito a uma relação biblioteconômico-política concreta, isto é, biblioteca pública e democracia em um processo que aponta para a construção de mulheres e homens ativos, sob a égide de sua condição de cidadãos. (MENESES TELLO, 2008, p. 94 – tradução nossa<sup>15</sup>).

Por meio dessa modalidade de compreensão o autor enfatiza que a análise da relação entre biblioteca pública e democracia vai além da pura dimensão política, ou seja, do livre acesso de todos aos seus acervos e serviços. Para Meneses Tello (2008), a relação concreta entre a ação bibliotecária promovida na e a partir da biblioteca pública e o campo da política deve ser considerada a partir da vivência cidadã, na medida em que pondera que homens e mulheres devem ser ativos socialmente e não somente receberem de forma passiva aquilo que lhes é oferecido pelo Estado. Objetivando delinear melhor essa conexão, o autor lança mão do seguinte conceito de democracia:

A palavra *democracia* provém do latim tardio *democracia* e do grego *demokratia*, formada pelos radicais *demos* (pessoas) e *kratein* (governo), originando-se esta última de *kratos* (força). Portanto, o termo, etimologicamente, significa força, poder ou governo do povo. O significado principal do vocabulário "democracia" é fundamentado nessa raiz literal, uma vez que os trabalhos de referência especializados em ciências sociais concordam que esta palavra indica principalmente uma forma, sistema ou regime de governo. (MENESES TELLO, 2008, p. 94-95 – tradução nossa<sup>16</sup>).

---

<sup>14</sup> La biblioteca presta sus servicios sobre la base de igualdad de acceso la información a todas las personas independientemente de su edad, raza, sexo, religión, nacionalidad, idioma o condición social y para quienes, por una u Otra razón, no pueden valerse de los servicios y materiales ordinarios, por ejemplo, minorías lingüísticas, discapacitados físicos o mentales, enfermos o personas privadas de la libertad.

<sup>15</sup> Pensar en torno de la dimensión democrática de la biblioteca pública, significa analizar y estudiar una vertiente referente a la dimensión política de esa institución bibliotecaria. As que se discierne respecto a una relación biblioteconómico-política concreta, esto es, biblioteca pública y democracia en un proceso que apunte hacia la construcción de mujeres y hombres activos, bajo la égida de su condición de ciudadanos.)

<sup>16</sup> La locución *democracia* proviene del latín tardío *democracia* y está del griego *demokratía*, formada por *demos* (pueblo) y *kratein* (governar), originándose esta última de *kratos* (fuerza). Por ende, el término etimológicamente significa fuerza, poder o gobierno del pueblo. Sobre esta raíz literal se funda el principal significado del vocábulo «democracia», pues las obras de referencia especializadas sobre ciencias sociales coinciden que esa palabra indica principalmente una forma, sistema o régimen de Gobierno.

Almejando melhor contextualizar o conceito tendo-se em vista articulá-lo no universo biblioteconômico, notadamente no contexto de atuação das bibliotecas públicas, Meneses Tello (2008) demarca a dificuldade de se chegar a uma definição operativa do termo:

[...] a democracia, entendida em uma linguagem moderna, é complexa porque se pode distinguir esse fenômeno a partir de três aspectos [...] como: 1. princípio da legitimidade, 2. sistema político utilizado para resolver os problemas de exercício do poder e [...] 3. Ideal. A legitimidade democrática baseia-se no postulado de que o poder deriva do povo, ou seja, do consenso obtido a partir do exercício dos cidadãos em fazer valer seus direitos; como sistema político, a democracia é, como foi observado, tanto forma de governo quanto de Estado; o aspecto do ideal responde ao fato de que a democracia não é o que deveria ser, por esse motivo, o problema desse fenômeno revela que a verdadeira democracia é construída sobre os fundamentos de uma democracia ideal. Essa terceira característica nos aproxima da percepção da dimensão cidadã da democracia, ou seja, como um modo de vida, pois, ao longo disso, são os cidadãos que a constroem permanentemente com suas ações, ou seja, aqueles que a defendem através de suas ações e vivem juntos. [...] como pensa Rendón<sup>17</sup>, a democracia “é apresentada como um processo contínuo e permanente, que está sempre em movimento e, como instituição, é perfeita, por isso, é preciso defender a democracia e praticá-la cotidianamente. (MENESES TELLO, 2008, p. 95-96 - tradução nossa<sup>18</sup>).

Ao sublinhar esses aspectos, o teórico mexicano evoca os conceitos de cidadão e cidadania efetuando, em seguida, uma revisão da literatura que trata do vínculo entre a biblioteca pública e a democracia no âmbito da Biblioteconomia<sup>19</sup>. Para ele, as pesquisas nessa área não ficaram atrás no que diz respeito à articulação temática do objeto em seus estudos, dado que vários pesquisadores se ocuparam, em diferentes momentos, níveis de aprofundamento e contextos, em estudar a influência da democracia nos diversos fenômenos que fazem parte do campo bibliotecário.

---

<sup>17</sup> RENDON ROJAS, M. A. Democracia: identidad y diferencia. **Metapolítica**. v. 1, n. 2, Abr-Jun, 1997, p. 277-282.

<sup>18</sup> la democracia entendida en un lenguaje moderno es compleja porque se distingue este fenómeno a partir de tres aspectos, [...] como: 1. principio de legitimidad, 2. sistema político llamado a resolver los problemas de ejercicio del poder y 3. ideal. La legitimidad democrática se basa en la postura de que el poder deriva del pueblo, es decir, del consenso que se obtiene del ejercicio de los ciudadanos para hacer efectivos sus derechos; como sistema político, la democracia es, como se ha colegido, tanto forma de Gobierno como de Estado; el aspecto de lo ideal responde a que la democracia no es como deberá ser, por esto, el problema de este fenómeno revela que la democracia real se construye sobre los cimientos de la democracia ideal. Este tercer rasgo nos acerca a percibir la dimensión ciudadana de la democracia, esto es, como forma de vida puesto que a lo largo de ésta son los ciudadanos quienes la construyen permanentemente con sus actos, o sea, quienes la defienden mediante su actuar y convivir democrático. [...] como piensa Rendón, la democracia “se presenta como un proceso continuo y permanente, que siempre está en movimiento y, como institución, es perfectible, por lo que la democracia se tiene que defender y actuar cotidianamente.

<sup>19</sup> No texto de Tello (2008), usa-se o termo Bibliotecologia, tal como a biblioteconomia é denominada nos países da América Latina.

Percorrendo a história desse campo de pesquisas, Meneses Tello (2008) afirma que a literatura em Biblioteconomia, principalmente a anglo-americana, começa a desenvolver essa tendência investigativa a partir da primeira metade do Século XX:

Uma das primeiras abordagens ao tópico em questão é o livreto de Grattan<sup>20</sup>, que desde então vislumbrou que as bibliotecas são necessárias à democracia. Nesse mesmo plano, Ditzion<sup>21</sup> valorizara as primeiras bibliotecas públicas americanas, criadas durante as primeiras décadas de formação do que viria a ser os Estados Unidos, como uma espécie de arsenal da cultura democrática, na medida em que denota que a biblioteca pública deve ser um guia democrático para os problemas políticos e sociais do século XX. (MENESES TELLO, 2008, p. 99 – tradução nossa<sup>22</sup>).

Para nosso interlocutor, a obra de Ditzion foi responsável por mudar o foco das análises instituídas até então acerca das funções das bibliotecas públicas para o terreno da interpretação histórico-social, na medida em que defende que elas funcionam como instâncias que amparam, institucional e intelectualmente, valores tais como a liberdade, a justiça e a igualdade, preceitos basilares do Estado Democrático de Direito. Nesses termos, as bibliotecas públicas são apresentadas como instituições que auxiliam no funcionamento da democracia. Visando aprofundar esse argumento, Meneses Tello (2008) recorre, ainda, a autores como Johnson (1956), Sharma (1987), Hafner (1993), Kranich (2001) e destaca as importantes coletâneas *Democracia e biblioteca pública*<sup>23</sup> e *Biblioteca e democracia: os pilares da liberdade*<sup>24</sup>, obras que também se dedicaram a investigar essa questão, especialmente a partir dos seguintes textos:

[...] *Ideais democráticos e a biblioteca pública Americana*, de A. Hafner y J. Sterling-Folker; *A biblioteca pública americana e o direito constitucional à liberdade de expressão*, dos mesmos autores; e *Bibliotecários e ativismo em apoio à democracia* de V. Camarigg e A. Hafner. [...] intitulado *Biblioteca e democracia: os pilares da liberdade*, inclui uma série de estudos agrupados em seis capítulos, a saber: I. Panorama histórico e teórico do papel das bibliotecas e da democracia; II. Bibliotecas e sociedade civil; III. Bibliotecas, tecnologia e democracia; IV. Bibliotecas que apoiam informações democráticas; V. A Biblioteca do Congresso e democracia; e VI. Biblioteca de

<sup>20</sup> GRATTAN, C. H. **Libraries: a necessity for democracy**. Sydney: Free Library Movement, 1938.

<sup>21</sup> DITZION, S. **Arsenals of a Democratic Culture: A Social History of the American Public Library Movement in New England and the Middle States from 1850 to 1900**. Chicago: American Library Association, 1947.

<sup>22</sup> Uno de los primeros acercamientos al tópico que nos ocupa es el folleto de Grattan, quien vislumbró desde entonces que las bibliotecas son una necesidad para la democracia. En este mismo plano, Ditzion valorara a las primeras bibliotecas públicas estadounidenses, creadas durante las primeras décadas de formación de lo que serían los Estados Unidos, como una especie de arsenales de la cultura democrática, a tal grado que denotara que la biblioteca pública debe ser una guía democrática de los problemas políticos y sociales del siglo veinte.

<sup>23</sup> Tradução nossa de *Democracy and the public Library*.

<sup>24</sup> Tradução nossa de *Library & democracy: the cornerstones of liberty*.

advocacia para a democracia. (MENESES TELLO, 2008, p. 99 – tradução nossa<sup>25</sup>).

Em um cenário mais contemporâneo o autor cita a obra de D'Angelo (2006) – *Bárbaros nos portões da biblioteca pública*<sup>26</sup> –, que aborda questões como a crise da democracia na biblioteca pública bem como o papel do profissional bibliotecário na defesa democrática e na gestão do que ele chama de “bem público”. No contexto latino-americana, Meneses Tello (2008) evoca as discussões estabelecidas por Bettancour (1997), que, em vários pontos de sua obra:

[...] identifica esse centro bibliotecário como componente básico de um sistema de serviços públicos para atender às necessidades de informação trazidas pelos cidadãos e que é parte integrante das políticas do Estado; conseqüentemente, como instituição com forte nuance política na contribuição para a democracia, capaz de ser incluída no exercício da participação cidadã. (MENESES TELLO, 2008, p. 100 – tradução nossa<sup>27</sup>).

A partir dessa vasta revisão de literatura, Felipe Meneses Tello (2008) conclui que os estudos produzidos sobre o assunto legitimam o nível de profundidade e amplitude de conhecimentos que estão sendo produzidos em torno da conexão estabelecida entre bibliotecas públicas e democracia, fazendo, ainda, um último apontamento:

A democracia, como forma de estado, governo e vida, penetra em todas as esferas da vida social, política e cultural do cidadão. Assim, a biblioteca pública é uma instituição social criada pelo Estado, administrada pelo governo em seus diferentes níveis, financiada pelos contribuintes e disponibilizada a toda a população como um dos serviços públicos culturais essenciais. Nessa perspectiva, a biblioteca é um espaço que deve gozar de liberdade para ajudar as pessoas, como cidadãos, a complementar sua educação por meio do acesso livre e gratuito a informações e conhecimentos; é uma instituição que desempenha um papel axial na construção da cidadania democrática, que podemos definir neste momento como circunscrita na esfera pública com conhecimentos, princípios e habilidades que lhe permitem atuar com um alto senso cívico de responsabilidade social em relação à comunidade a que pertence; é uma agência que fornece coleções e serviços para apoiar a aprendizagem ao longo da vida de diversas pessoas; é um fator e objeto de

---

<sup>25</sup> Democratic ideals and the American public library de A. Hafner y J. Sterling-Folker; The American public library and the constitutional right to freedom of expression de los mismos autores; y «Librarians and activism in support of democracy» de V. Camarigg y A. Hafner. Mientras que la segunda obra, intitulada Library & democracy: the cornerstones of liberty, incluye una serie de estudios agrupados en seis capítulos, a saber: I. Historic and theoretical overview of the role of libraries and democracy; II. Libraries and civil society; III Libraries, Technology, and democracy; IV. Libraries supporting democratic information; V. The Library of Congress and democracy; y VI. Library advocacy for democracy.

<sup>26</sup> Tradução nossa de Barbarians at the gates of the public library.

<sup>27</sup> [...] identifica a este centro bibliotecario como un componente básico de un sistema de servicio público para satisfacer las necesidades de Información que presenta la ciudadanía, y el cual sea parte integral de las políticas de Estado; en consecuencia, como una institución con un fuerte matiz político en el aporte a la democracia, capaz de figurar en el ejercicio de la participación ciudadana.

mudança, transformação ou desenvolvimento social. (MENESES TELLO, 2008, p. 120 – tradução nossa<sup>28</sup>).

Silvia Castrillón (2011) também ressalta, a partir de outros referentes teórico-práticos, a dimensão democrática das bibliotecas públicas, discutindo o papel ético e político dos profissionais da informação. Em seus estudos, essa bibliotecária colombiana faz uma crítica à designação “pública” a elas atribuída ao constatar que, em muitos casos, tais instituições ocupam suas instalações e empregam parte de suas verbas para atender uma parcela restrita da população,

[...] dando prioridade, em seus serviços, a um setor da sociedade, abrindo suas portas somente aos que de maneira espontânea – ou por vezes, obrigada – chegam a ela, privilegiando algumas de suas funções, limitando seus recursos e coleções, programando atividades de um só tipo ou destacando algumas, como a da circulação e do consumo passivo da informação, entre outras. (CASTRILLÓN, 2011, p. 35).

Alerta, ainda, que na medida em que se aceita que uma biblioteca pública se limita a apoiar o sistema escolar, oferecer lazer por meio de atividades recreativas e dar acesso à informação somente a quem solicita, essas instituições “perdem de vista outras possibilidades que a tornaria mais necessária e vital para a sociedade.” (CASTRILLÓN, 2011, p. 36).

No caso brasileiro, é possível afirmar que o atendimento a setores privilegiados da sociedade por parte de certos serviços públicos é um problema estrutural que se explicita de várias maneiras. No que concerne às bibliotecas públicas, Gomes e Silveira (2019) discutem essa questão abordando as funções sociais e os processos representacionais que estão intrinsecamente vinculados a essas instituições:

[...] por se constituírem em dispositivos culturais que refletem as relações de força que pautam a vida social, essas unidades biblioteconômicas podem, também, privilegiar certos discursos de representação, conferindo evidência a histórias e narrativas de determinados grupos, enquanto silencia ou negligencia a presença em seus ambientes de manifestações que expressariam os anseios, conhecimentos e memórias de outras coletividades. (GOMES; SILVEIRA, 2019, p. 428).

---

<sup>28</sup> [...] la democracia, como forma de Estado, gobierno y vida, penetra todas las esferas de la vida social, política y cultural de la ciudadana. Así, la biblioteca pública es una institución social creada por el Estado, administrada por el gobierno en sus diferentes niveles, financiada por los contribuyentes y disponible para ser puesta a disposición de toda la población como uno de los servicios públicos culturales esenciales. En esta perspectiva, esa biblioteca es un espacio que debe gozar de libertad para ayudar a que las personas, en su condición de ciudadanos, complementen su educación mediante el acceso libre y gratuito a la información y el conocimiento; es una institución que desempeña un papel axial en la construcción de ciudadanía democrática, la cual podemos definir a estas alturas como aquella que se involucra en la esfera pública con conocimientos, principios y destrezas que le permiten actuar con un elevado sentido cívico de responsabilidad social hacia la comunidad a la que pertenece; es una agencia que proporciona colecciones y servicios para apoyar el aprendizaje permanente de las diversas personas a lo largo de sus vidas; es factor y objeto de cambio, transformación o desarrollo social.

As limitações pontuadas pelos autores, além de alocarem as bibliotecas públicas em um lugar que contraria o Manifesto da IFLA/UNESCO, acaba por corroborar para “a manutenção da disparidade de oportunidades que instauram e sustentam relações assimétricas de acesso à informação, ao conhecimento, à memória e a manifestações culturais de forma geral”. (GOMES; SILVEIRA, 2019, p. 439). Condição que, ainda de acordo com Gomes e Silveira (2019):

[...] promove, em última instância, a invisibilização de determinados saberes e referências simbólicas, bem como a subalternização de certos sujeitos e grupos sociais que não participam diretamente das esferas hegemônicas de legitimação dessa realidade. (GOMES; SILVEIRA, 2019, p. 439).

A partir de tal afirmativa, os autores argumentam que, por serem instituições incluídas no tecido social, as bibliotecas públicas configuram-se, também, como espaços de representação da vida social. Nesse sentido, mobilizam em seu interior o mesmo jogo de forças que define a realidade cotidiana das comunidades onde se inserem. Com isso,

[...] seus espaços, acervos, coleções e serviços podem ser usados tanto para conferir visibilidade a certos discursos, quanto para invisibilizar, de forma hegemônica, narrativas, histórias e memórias que dizem de públicos e sujeitos subalternizados publicamente. (GOMES; SILVEIRA, 2019, p. 452).

Devido a essas constatações, os autores concluem que muitas bibliotecas públicas reproduzem, a partir do modo como executam seu trabalho,

[...] estruturas hegemônicas de colonização do saber; em função disso, acabam por subverter os fundamentos democráticos e multiculturais que, historicamente, foram e são evocados para definir suas funções básicas; com isso, nem sempre essas unidades biblioteconômicas conseguem responder e representar a multiplicidade de sujeitos e públicos que a elas recorrem; contudo, e essa talvez seja a evidência mais importante de nosso trabalho, existem sim bibliotecas e bibliotecários que se preocupam com a imensa diversidade de narrativas, memórias e manifestações culturais que dão forma ao tecido social onde estão inseridos. (GOMES; SILVEIRA, 2019, p. 452).

Ao final dessa discussão, os autores demarcam a urgência das bibliotecas públicas se indagarem:

[...] acerca das representações que têm ajudado a agenciar e a propagar. De forma complementar, faz-se necessário que elas enfrentem a questão da subalternização de saberes e da invisibilização de certos públicos e sujeitos em seus espaços, serviços e coleções. (GOMES; SILVEIRA, 2019, p. 452).

Em virtude desta pesquisa investigar justamente a relação entre bibliotecas públicas, práticas e contextos de subalternização, na próxima seção abordaremos de forma mais detida o que estamos chamando de “condição subalterna” e como essa condição subverte a lógica



democrática que confere sentido e amparam às ações das bibliotecas públicas, tomadas aqui como instituições sociais.

## 2.2. ANTONIO GRAMSCI E GAYATRI CHACKAVORTY SPIVAK: reflexões críticas acerca da condição subalterna

Com relação à sua acepção dicionarizada, subalterno pode ser qualificado como: 1. *Subordinado*; 2. *Inferior*; 3. *Dependente de outrem*; 4. *Secundário*<sup>29</sup>. Nesse sentido, a subalternidade compreende um conjunto de características, condições ou situações de quem é subalterno ou subalternizado e, por extensão, o estado ou sensação de dependência, de inferioridade; subalternação, subserviência, subordinação.

Julgando ser pertinente problematizarmos a condição subalterna com vistas a aproximar essa discussão do universo das bibliotecas públicas, recorreremos a Antonio Gramsci<sup>30</sup> e a Gayatri Chakravorty Spivak<sup>31</sup> tanto para entendermos o que esses autores definem como subalternidade quanto para verificarmos como a condição subalterna interfere no modo a partir do qual as pessoas se relacionam com o ambiente à sua volta, seja na escala da micropolítica, seja na dimensão macro das relações econômicas, sociais e culturais.

Caminhando nessa direção e de acordo com Silva (2016), citando Guido Liguori<sup>32</sup>, o emprego da categoria “subalternos” aparece na segunda metade do século XV, vinculado ao âmbito militar para designar oficiais de grau menos elevado. Posteriormente, no século XIX, o termo passou a nominar empregados menos qualificados. Para a autora, “ainda hoje, a utilização no âmbito militar se mantém, e esse foi o primeiro sentido utilizado por Gramsci em seus escritos”. (SILVA, 2016, p. 191). A essa observação, Simionatto (2009) acrescenta que no contexto da obra de Gramsci as primeiras noções do conceito de subalterno

[...] aparecem nos escritos pré-carcerários, empregadas para designar a submissão de uma pessoa a outras, mais especificamente no contexto da hierarquia militar. É, no entanto, nos *Cadernos do Cárcere* que Gramsci amplia largamente o significado desse conceito, demarcando seus nexos

<sup>29</sup> Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/subalterno>. Acesso em: 15 out 2019.

<sup>30</sup> Antonio Gramsci foi um dos fundadores do Partido Comunista Italiano, referência essencial do pensamento de esquerda no século 20.

<sup>31</sup> Gayatri Chakravorty Spivak (24 de fevereiro de 1942, Calcutá) é socióloga de formação e professora do Departamento de Inglês e Literatura Comparada da Universidade de Columbia, sua produção crítica mostra-se amplamente influenciada pelo marxismo, o pós-estruturalismo e a teoria da desconstrução.

<sup>32</sup> Professor de História do Pensamento Político na Universidade da Calábria, Itália, e presidente da International Gramsci Society Itália (IGS-Itália).

dialéticos com o Estado, a sociedade civil, a hegemonia, a ideologia, a cultura e a filosofia da práxis. Sugere, no estudo das classes subalternas, a observação de uma série de mediações, tais como suas relações com o "desenvolvimento das transformações econômicas"; sua "adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes." (SIMIONATTO, 2009, p. 42).

Embora dispersa em sua obra, a análise da condição subalterna é abordada de forma específica por Gramsci em seu caderno número 25, de 1934, no qual problematiza a história dos grupos sociais que se enquadram nessa categoria. Assim, para ele, os subalternos são, em primeiro lugar, pessoas excluídas do processo histórico, afirmativa já evidenciada pelo autor no título do caderno: "Às margens da história (história dos grupos sociais subalternos)". Nesse texto, Gramsci pontua que uma das características marcantes das classes subalternas é o fato delas terem sua história contada de forma "desagregada e episódica" (GRAMSCI, 2002, p. 135), e que, quando há uma tendência à unificação dessa história, "mesmo em termos provisórios, [...] esta tendência é continuamente interrompida pela iniciativa dos grupos dominantes, e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado [...]" (GRAMSCI, 2002, p. 135).

Para o pensador italiano, portanto, os grupos subalternos são alvos da opressão das classes majoritárias, mesmo nos momentos em que se rebelam ou se insurgem. Tal afirmativa demonstra extrema atualidade se levarmos em consideração a forma como a repressão policial estatal atua sobre os movimentos sociais ou sobre as populações pobres no Brasil, mesmo em momentos quando não estão se rebelando ou insurgindo, como no caso de uma comemoração comunitária, por exemplo (carnaval, bailes funks, práticas esportivas, entre outras).

Aprofundando sua teorização, Gramsci ressalta a importância do "olhar da História" para o tratamento das múltiplas questões relacionadas às classes subalternas, defendendo que:

"[...] todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deve ser de valor inestimável para o historiador integral, daí decorre que uma tal história só pode ser tratada através de monografias e que cada monografia demanda um acúmulo muito grande de materiais difíceis de recolher". (GRAMSCI, 2002, p. 136).

A despeito dessas dificuldades, Gramsci alerta para o fato de que o conceito de subalternidade que ele buscava operacionalizar já havia sido contextualizado séculos antes da elaboração de seus textos:

É preciso levar em conta um [...] critério de investigação para tornar evidentes os perigos inerentes ao método da analogia histórica como critério de interpretação: no Estado antigo e no medieval, a centralização, seja político-

territorial, seja social [...] era mínima. Num certo sentido, o Estado era um bloco mecânico de grupos sociais e, muitas vezes, de raças diversas: dentro do círculo da pressão político-militar, que se exercia em forma aguda só em certos momentos, os grupos subalternos tinham uma vida própria, à parte, instituições próprias, etc., e estas instituições, às vezes, tinham funções estatais, que faziam do Estado uma federação de grupos sociais com funções diversas não subordinadas, fato que, nos períodos de crise, dava uma evidência extrema do fenômeno do “duplo governo”. (GRAMSCI, 2002, p. 139).

Tais afirmativas ainda hoje qualificam o trabalho filosófico de Gramsci como muito atuais. No contexto brasileiro, por exemplo, é possível identificarmos organizações (criminosas, como no caso das milícias do Rio de Janeiro) atuando como um “estado paralelo” dentro de comunidades onde habitam milhares de indivíduos subalternizados social, política, cultural e economicamente. Entretanto, apesar dessa proximidade com a realidade brasileira, devemos nos atentar para aquilo que esse teórico de tradição marxista julga ser perigoso: a analogia histórica sem o devido cuidado de interpretação.

Sobre os grupos majoritariamente excluídos da vida pública nos contextos apontados pelo autor estavam o dos “escravos (e dos proletários não-escravos), no mundo clássico, e dos proletários, dos servos da gleba e dos colonos, no mundo medieval”. (GRAMSCI, 2002, p. 139). Mesmo em face dessa constatação, o filósofo reforça que, apesar de em muitos aspectos, escravos antigos e proletários medievais encontrarem-se em condições análogas, sua situação real não era idêntica, razão pela qual se tornaria possível falarmos em “subalternidades”, ao invés de subalternidade.

Outra questão pertinente ressaltada por Gramsci diz respeito à inclusão das classes subalternas no âmbito da vida pública. Para ele:

As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar “Estado”: sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil, é uma função “desagregada” e descontínua da história da sociedade civil e, por este caminho, da história dos Estados ou grupos de Estados. (GRAMSCI, 2002, p. 139-140).

Colocado nesses termos, torna-se possível inferirmos que se as classes subalternas são compostas por indivíduos que foram mantidos à margem da sociedade civil, logo, foram, também, aliados do processo histórico e, por isso, devem ter sua História resgatada, tarefa demasiado complexa uma vez que os registros encontrar-se-ão desagregadas e arranjos de modo descontínuo. Mesmo em face dessa constatação, Gramsci aponta caminhos de análise histórica que respondam as necessidades e respeitem as classes subalternas. Para tanto, o autor afirma que investigar esses grupos pressupõe, sempre, levar em consideração:

1) A formação objetiva dos grupos [...], através do desenvolvimento e das transformações que se verificam no mundo da produção econômica [...]; 2) sua adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas destas formações para impor reivindicações próprias [...]; 3) o nascimento dos novos partidos dos grupos dominantes, para manter o [...] controle dos grupos sociais subalternos; 4) as formações próprias dos grupos subalternos para reivindicações [...]; 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas nos velhos quadros; 6) as formações que afirmam autonomia integral [...]. (GRAMSCI, 2002, p. 140).

Dialogando com essas proposições, Silva (2016) avalia que o termo “subalterno”:

[...] não é empregado como um conceito, desde o início da produção carcerária de Gramsci, mas é desenvolvido conceitualmente durante o percurso de suas reflexões. Entretanto, não é possível considerar que ele tenha finalizado o seu propósito de pesquisa na temática, dadas as circunstâncias em que a obra foi realizada, como lembra Marcus Green (2007), o próprio Gramsci desenvolve sua obra em condição de subalternidade, devido à privação de liberdade, à censura carcerária e à autoridade do governo fascista. (SILVA, 2016, p. 191).

Apesar das restrições impostas ao filósofo, é possível constatarmos que os estudos de Gramsci acerca da condição subalterna são de grande valia para a produção do conhecimento sobre o espectro social, na medida em que subsidiam, de acordo com Del Roio (2007), desde o seu surgimento discussões concernentes aos estudos sobre as sociedades, as culturas e a relação dos indivíduos com ambas.

Nesses termos, Del Roio (2007) considera que:

[...] grande número de conceitos (re)elaborados por Gramsci em seus *Cadernos do cárcere*, de uma ou outra maneira, nos últimos decênios, caiu no uso comum dentro e fora da academia, ainda que com significados muito diferentes daqueles usados pelo intelectual revolucionário originário da Sardenha. (DEL ROIO, 2007, p. 63).

Dentre esse conjunto de conceitos o de “classes subalternas” certamente ganhou, nas últimas décadas, acentuado relevo em termos de sua apropriação dentro e fora dos muros da academia, é o que também indica Del Roio (2007, p. 63) ao destacar que:

Outra expressão de cunho gramsciano que caiu em uso nas Ciências Políticas e Sociais é indicada por classes subalternas ou grupos sociais subalternos, cujo estudo tornou-se uma tendência bastante influente na literatura científica. Desde os anos 1950, quando da primeira publicação dos *Cadernos do cárcere*, a Antropologia ou Ciência do Folclore, como se denominava, fez uso de Gramsci para avançar nos estudos e na interpretação da cultura popular. (DEL ROIO, 2007, p. 63).

Embora a condição subalterna seja definida e apreendida no cerne dos sistemas dominantes e, por isso, difícil de ser modificada, Silva (2016) aponta que, ainda assim, podem surgir “movimentos ativos em prol da emancipação” que contestem a subalternidade desses grupos e sujeitos e que reivindiquem a não aceitação de tal condição. Para ela, “Gramsci ressalta o valor das iniciativas” sem perder de vista a dificuldade desses grupos de projetarem intelectuais orgânicos<sup>33</sup> próprios, o que geraria uma incapacidade em termos de sua autorrepresentação. Esse fator culminaria na seguinte conjuntura: não tendo poder para interpretação de sua própria história, as classes subalternas não poderiam ser consideradas autônomas, o que geraria a necessidade de uma “direção consciente, papel dos intelectuais, do partido” (SILVA, 2016, p. 194). Essa seria a razão da impossibilidade de se pensar a superação das condicionantes dos processos de subalternização dissociada da ação dos intelectuais.

Além de Gramsci, Del Roio (2007) cita outros estudiosos que também contribuíram para a ampliação dos estudos sobre a subalternidade, o que culmina na consolidação de uma corrente mais contemporânea de estudos dedicados especificamente aos grupos sociais subalternos:

Outros autores de grande importância que ampliaram o campo de estudos sobre os grupos sociais subalternos são Raymond Williams e Edward Thompson, e mais recentemente Edward Said e Stuart Hall. Importante assinalar a formação do grupo dos *subaltern studies* formado por intelectuais indianos como Ranajit Guha e Gayatri Spivak. [...] mais do que discutir a diferença entre esses autores ou avaliar a contribuição de cada um, cabe assinalar como o uso do conceito de “subalterno” se amplia enormemente. (DEL ROIO, 2007, p. 64).

Sobre o uso da categoria “subalterno” e do conceito “subalternidade” no contexto dos estudos culturais, Buttigieg (1999), citado por Simionatto (2009), afirma que eles:

[...] têm sido utilizados, contemporaneamente, na análise de fenômenos sociopolíticos e culturais, normalmente para descrever as condições de vida de grupos e camadas de classe em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna. No pensamento gramsciano, contudo, tratar das classes subalternas exige, em síntese, mais do que isso. Trata-se de recuperar os processos de dominação presentes na sociedade, desvendando “as operações político-culturais da hegemonia que escondem, suprimem, cancelam ou marginalizam a história dos subalternos.” (BUTTIGIEG, 1999, apud SIMIONATTO, 2009, p. 42).

---

<sup>33</sup> Intelectual orgânico é um conceito formulado por Gramsci que pode ser definido como um tipo de pensador que atua em sua própria classe social, sendo, assim, uma espécie de porta-voz desse grupo.

Já Miglievich-Ribeiro e Dos Prazeres (2015) problematizam, em uma escala macroestrutural, as dinâmicas e estruturas de subalternização a partir de outros conceitos, a saber: neocolonialismo ou neocolonidade, decolonialismo e pós-colonialismo. Sendo assim, para essas pesquisadoras:

Podemos falar, no século XXI, de neocolonialismos ou neocolonialidades, assim como podemos nos referir a um certo tipo de imperialismo que mescla o poderio de alguns Estados à força de um capitalismo financeiro global e à dominância de gigantescas corporações empresariais, de modo que podemos aproximá-lo da ideia de internacionalismo, sem se recair em contradição. A geopolítica mundial tem efeitos práticos na divisão do trabalho mundial e na emancipação dos povos. Os críticos pós-coloniais e decoloniais descobrem como a ciência é partícipe desse projeto de dominação, ou melhor, como os discursos criam e recriam realidades na mesma proporção que são, nestas, enunciados ou silenciados. (MIGLIEVICH-RIBEIRO; DOS PRAZERES, 2015, p. 28).

Ao explicarem esses termos relacionando-os ao capitalismo pós-moderno, as autoras apontam para a ciência como cúmplice do processo de silenciamento das classes subalternas na medida em que criam e recriam discursos que possibilitam ou mesmo intensificam certos processos de dominação.

Outro ponto importante a ser levado em consideração diz respeito ao impulso dado pelos estudos subalternos de tradição sul-asiática à crítica ao pós-colonialismo a partir dos anos de 1980. Impulso que trouxe à lume um importante conjunto de textos que aprofundam o que Gramsci começara a discutir décadas antes. Dentre os críticos vinculados a essa tradição, talvez a que tenha ganhado maior projeção internacional, inclusive no Brasil, seja a socióloga indiana Gayatri Chakravorty Spivak, estudiosa que também exerceu e exerce importante papel de liderança no grupo dos *subaltern studies*, ganhando fama após a publicação do texto “Pode o subalterno falar?” (*Can the Subaltern Speak?*), cuja discussão central gira em torno do lugar ocupado pelas mulheres no contexto pós-colonial.

Essa obra de Chakravorty Spivak foi publicada no ano de 1985, no periódico estadunidense *Wedge*, com o subtítulo “especulações sobre o sacrifício das viúvas”. Apresenta reflexões sobre a história das mulheres indianas, principalmente no que tange à prática da imolação das viúvas, ou sacrifício das viúvas, ato nomeado pelos britânicos como *suttee*, ritual em que a viúva se atira no fogo da pira funerária de seu marido recém falecido.

São muitas as questões discutidas por Spivak (2014) em “Pode o subalterno falar?”, a começar por seu título. De acordo com a autora, o título original do artigo era “Poder, desejo, interesse”. Essa remissão é feita pela autora com o objetivo de alertar para o fato de que por

mais que queira manter sua posição (de mulher indiana, ou seja, também ela uma “subalterna”) o mínimo possível em evidência, “isso nunca será o bastante”. Ainda sobre o título, Cruz (2011) efetua interessante observação. Para ela, a pergunta que ali se apresenta carrega em si algumas ambiguidades, possivelmente lançadas pela autora de forma proposital:

Ao analisarmos o título original em inglês – *Can the Subaltern Speak?* – observamos que a autora, ao usar *can* e não *may*, deixa ao leitor a livre inferência sobre o sentido do verbo modal *can*: queria ela perguntar se o subalterno pode (no sentido de permissão) falar? Ou se esse subalterno pode no sentido de saber, ser capaz de falar? E mais, estaria ela surpresa ante a possibilidade de um subalterno falar? (CRUZ, 2011, p. 1).

Retornando aos escritos de Spivak (2014), fica explícito que a discussão proposta por ela se estende necessariamente pela busca do entendimento sobre como o sujeito subalterno é representado pelo discurso ocidental. Para isso, propõe uma descentralização radical da figura do sujeito, denunciando, em certa medida, uma cumplicidade da produção intelectual nas mais diversas áreas do saber que atenderia aos interesses econômicos do ocidente. Essa descentralização influenciaria na crítica a um “sujeito soberano” europeu e esse movimento, para a autora, é que inauguraria de fato “um Sujeito”. Em outras palavras, o que Spivak (2014) advoga é a necessidade de se olhar para os sujeitos que vivem na periferia do capitalismo com uma visão menos ocidental (leia-se das metrópoles), pois essa abordagem, largamente difundida pelos intelectuais ocidentais, tende a calar a voz daqueles que não figuram no centro do capitalismo mundial. Como exemplo desses intelectuais, Spivak (2014) evoca obras publicadas por Deleuze<sup>34</sup>, Guattari<sup>35</sup>, Foucault<sup>36</sup> e Derrida<sup>37</sup>, problematizando seus escritos sobre a luta dos trabalhadores. Ao fazer isso, indica que esses autores, apesar de terem produzido importantes análises para o pensamento ocidental, ignoram em muitos aspectos a divisão internacional do trabalho, demonstrando-se ineficazes ao lidarem com o capitalismo global.

---

<sup>34</sup> Gilles Deleuze (1925-1995), filósofo francês, [...] foi um estudioso de Kant, mas tem em Bergson, Nietzsche e Espinosa poderosas intersecções. Atuou como professor da Universidade de Paris VIII [...]. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/corpoarteclinica/?page\\_id=62](https://www.ufrgs.br/corpoarteclinica/?page_id=62). Acesso em: 12 nov. 2019.

<sup>35</sup> Félix Guattari é pensador, homem de movimentos sociais e analista [...]. Como analista, no início da década de 1960, ainda muito marcado pelo pensamento lacaniano (chegou a ser membro da Escola Freudiana) ele inventa a “análise institucional”. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/corpoarteclinica/?page\\_id=72](https://www.ufrgs.br/corpoarteclinica/?page_id=72). Acesso em: 12 nov. 2019.

<sup>36</sup> Paul-Michel Foucault nasceu em 15 de outubro de 1926. [...] Licenciado em filosofia pela Sorbone em 1948, em 1949 licenciou-se em psicologia [...]. publicou, dentre outras obras: “Doença mental e Psicologia” (1954); “História da Loucura” (1961); “Raymond Roussel” (1963); “O nascimento da clínica” (1963); “As palavras e as coisas” (1966); “A Arqueologia do saber” (1969); “Vigiar e Punir” (1977). Disponível em: [https://www.ufrgs.br/corpoarteclinica/?page\\_id=70](https://www.ufrgs.br/corpoarteclinica/?page_id=70). Acesso em: 12 nov. 2019.

<sup>37</sup> Fortemente influenciado por Sigmund Freud e Martin Heidegger, Jacques Derrida (1930-2004), foi um dos mais importantes filósofos do pós-estruturalismo e pós-modernismo. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/biografias/jacques-derrida.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 12 nov. 2019.

No caso de Foucault, Deleuze e Guatari, a socióloga indiana encontra problemas no modo como eles invocam em suas obras as relações entre o desejo, o poder e a subjetividade. Percebe-se, com isso, que Spivak (2014) associa a construção de um sujeito ocidental com uma forma de manifestação de uma violência epistêmica que representaria um projeto orquestrado, segundo ela, para:

[...] se constituir o sujeito colonial como Outro. Esse projeto é também a obliteração assimétrica do rastro desse Outro em sua precária subjetividade. É bem conhecido que Foucault localiza a violência epistêmica – uma completa revisão da episteme – na redefinição da sanidade mental do século 18 europeu. Mas, e se essa redefinição específica tiver sido apenas uma parte da narrativa da história da Europa, assim como nas colônias? (SPIVAK, 2014, p. 60).

Para desvencilhar-se desse caminho de análise considerado por ela mesma como sendo “no mínimo equivocado”, Spivak (2014) lança mão, então, do conceito de subalterno formulado por Gramsci com vistas a olhar para o sujeito colonizado, consubstanciado como o *Outro* pelo pensamento consolidado na metrópole. Esse sujeito, ou seja, o subalterno, é visto pela autora como o indivíduo que não pertence social, política ou geograficamente às estruturas hegemônicas de poder. São os excluídos, os violentados pela dinâmica da discriminação, os marginalizados. Dessa forma, o sujeito subalterno, na concepção de Spivak (2014), é aquele que pertence “às camadas mais baixas da sociedade, constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante.” (SPIVAK, 2014, p. 13).

A partir dessa referência, Spivak (2014) desenvolve uma reflexão crítica na qual desloca o conceito de subalterno da esfera social e econômica gramsciana para uma esfera geopolítica marxista que considera a divisão internacional do trabalho como fator que expõe a subalternidade dos países da periferia do capitalismo, outrora chamados de países do “Terceiro Mundo”. Dessa maneira, estabelece-se uma espécie de hierarquia dentro da noção de subalternidade na qual, no topo, encontrar-se-iam os países desenvolvidos, que ditam econômica e politicamente as regras do capitalismo mundial a serem seguidas, principalmente, pelos países em desenvolvimento, que se localizariam em um ponto abaixo dessa cadeia.

No entanto, para promover tal adensamento conceitual, Spivak (2014) defende ser necessário desenvolver uma crítica ao projeto marxista e ao que expressam Deleuze e Guatari quando tratam da questão das classes dominantes e das classes dominadas, revisando criticamente



temas como a exploração dos trabalhadores e a exploração entre os países. Sendo assim, para ela:

[...] a relação entre o capitalismo global (exploração econômica) e a aliança dos Estados-nação (dominação geopolítica) é tão macrológica que não pode ser responsável pela textura micrológica do poder. Para se compreender tal responsabilidade, deve-se procurar entender as teorias da ideologia – de formações de sujeito, que, micrológica e, muitas vezes, erraticamente, operam interesses que solidificam as macrologias (SPIVAK, 2014, p. 54).

É preciso dizer que não se trata, então, de considerar simploriamente a questão da exploração dos trabalhadores – característica do sistema capitalista – e nem a discussão sobre exploração geopolítica como dois grandes eixos de investigação acerca da subalternidade no interior de um Estado-Nação, por exemplo. Mais que isso, objetivando operacionalizar os objetivos do seu texto, Spivak (2014) promove o adensamento do conceito de subalternidade, desenvolvendo-o dentro do contexto dos países que já assumem uma condição de subalternos frente a outros quando trata da questão das viúvas indianas e sua posição numa sociedade governada por valores ligados ao patriarcalismo.

Em decorrência disso, Spivak (2014) desloca sua discussão para a questão da representatividade, chamando a atenção dos leitores para a dupla significação do termo “representação” – uma ligada à abordagem artística e filosófica – que pode ser entendida como *Vretretung* (falar por alguém) e outra no sentido de *Darstellung* (falar sobre alguém). Por meio dessa proposição a autora utiliza as viúvas como exemplo para falar sobre a condição subalterna, chamando a atenção de que elas se encontrarem numa condição agudizada de impedimento no que diz respeito à autorrepresentação (no sentido do *Vretretung*): em primeiro lugar, elas são mulheres numa sociedade patriarcal e, somado a isso, apresentam uma condição de viuvez. Razão pela qual não lhes restaria outra opção senão a autoimolação na ocasião do funeral de seus maridos.

Buscando aprofundar essa argumentação, Spivak (2014) enfatiza que esta situação de marginalidade do subalterno é mais arduamente imposta ao gênero feminino, posto que, naquela sociedade, a “mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir.” (SPIVAK, 2014, p. 17-18).

Em face disso, não é possível se negligenciar o fato de que o *sati* ou *suttee* foi proibido pelos colonizadores britânicos no séc. XIX devido ao estranhamento que tal ato causava aos olhares ocidentais vitorianos.

Mesmo a abolição da prática, ação política do estado colonial que poderia, à primeira vista, configurar-se como um ato admirável, é preciso, segundo Spivak (2014), problematizar a questão. A socióloga o faz trazendo à luz o que alguns autores coloniais escreveram sobre tal prática. Cita o livro de Edward Thompson, publicado em 1928, como um “espécime perfeito de justificativa do imperialismo como uma missão civilizadora” (SPIVAK, 2014, p. 152). Para Spivak, o problema da publicação está no fato de seu autor, assim como outros, representar a construção do sujeito colonial como “contínua e homogênea em termos de chefes de Estado e administradores britânicos (SPIVAK, 2014, p. 153). Em outras palavras, a construção do sujeito colonial se dá pelo olhar do colonizador, que representaria uma espécie de “humanidade razoável”.

Outro ponto levantado por Spivak (2014) diz respeito ao fato de que a mulher, aqui, é tomada como objeto de proteção, aos moldes da sociedade britânica da época, o que culmina no desaparecimento da figura da mulher do Terceiro Mundo, que tem sua noção de sujeito delineada entre o patriarcado e o imperialismo, “encurralada entre a tradição e a modernização” (SPIVAK, 2014, p. 157). Essa mulher não tem voz, continua silenciada. Se antes respeitava as regras hindus de subordinação, agora segue sob a proteção do colonizador como objeto imaculado, belo e fiel, que deve ser protegido da tirania.

Utilizando o exemplo de uma jovem que comete suicídio diante de uma posição de dificuldade, a autora trata da questão da consciência da voz que algumas mulheres podem ter diante de um contexto de silenciamento. Spivak (2014) narra a história da seguinte maneira:

Uma jovem de 16 ou 17 anos, Bhuaneswari Bhaduri, enforcou-se no modesto apartamento de seu pai no norte de Calcutá, em 1926. O suicídio se tornou um enigma, já que, como Bhuaneswari estava menstruada na época, claramente não se tratava de um caso de gravidez ilícita. Quase uma década depois, foi descoberto que ela era membro de um dos muitos grupos envolvidos na luta armada pela independência da Índia. Ela tinha finalmente sido incumbida de realizar um assassinato político. Incapaz de realizar a tarefa e, não obstante, consciente da necessidade prática de confiança, ela se matou. (SPIVAK, 2014, p. 161).

A autora recupera essa narrativa para chamar a atenção para o fato de que a jovem, tendo consciência de que a explicação para seu ato se daria numa abordagem patriarcal, ou seja, relacionada a um envolvimento ilícito com um homem, o qual poderia ter ocasionado uma gravidez inesperada, aguarda o período menstrual para modificar a situação, ou seja, reescreve a história sobre sua morte para além de um marcador fisiológico. Pode-se considerar esse ato como uma manifestação de consciência de sua voz subalterna, que seria, a todo custo, calada pelo sistema.

Em decorrência disso, as discussões levadas a cabo pelos estudos subalternos evidenciam que as principais consequências da subalternização são o silenciamento, a segregação e a invisibilidade social. Colocado nesses termos, ao lançarmos mão do conceito de subalternidade estamos interessados em apreender como se dá a problemática da representação pública no contexto da Biblioteca Pública Ataliba Lago. Sendo mais precisos, estamos preocupados em entender se e *como* o poder público trata dessa discussão, especialmente no que diz respeito aos serviços oferecidos pela instituição aos diversos grupos populacionais de Divinópolis – MG.

Considerando esses apontamentos e relacionando-os com os objetivos geral e específico da pesquisa, vale recuperarmos os questionamentos formulados por Gomes e Silveira (2019), ao tratarem das funções sociais das bibliotecas públicas e sua relação com a subalternidade:

[...] as bibliotecas públicas se constituem em espaços que representam e que respondem às necessidades de públicos tidos como subalternos e/ou invisibilizados socialmente? Como essa representação ganha contornos específicos em seus acervos, ambientes e serviços? (GOMES; SILVEIRA, 2019, p. 435).

Sem pretender conferir respostas definitivas a essas indagações, os autores demarcam que refletir sobre elas pressupõe:

[...] transpor para o cenário das bibliotecas públicas a dupla acepção do conceito de representação formulada do Spivak (falar por alguém e falar sobre alguém) e discutir se essas instituições bibliotecárias conseguem, em maior ou em menor medida, colocar no mesmo plano de ação os discursos, narrativas, conhecimentos, histórias e memórias tanto de grupos tidos como hegemônicos, quanto daqueles que se encontram em condição de marginalização sócio-histórica. (GOMES; SILVEIRA, 2019, p. 435).

Ao aproximarem as diferentes formas de tratar a *representação* propostas por Spivak (2014) à realidade concreta das bibliotecas públicas, os autores defendem que é preciso investigar se essas instituições atuam para dar voz a todos os grupos sociais que a elas recorrem e em que condições isso acontece, da mesma forma que se faz necessário avaliar em que medida elas podem auxiliar no combate à marginalização e à invisibilidade social por meio de seus serviços e acervos.

Assim observado, cabe aqui nos indagarmos: como a Biblioteca Pública Ataliba Lago se insere nessa discussão? Qual a relação instituída por essa Biblioteca com os diversos grupos populacionais que se dão a ver na cidade? Ela se insere no grupo de bibliotecas que reproduzem discursos hegemônicos ou daquelas que desenvolvem um trabalho voltado ao combate à subalternização dos mais variados sujeitos e grupos sociais que a ela recorre?

Essas questões, embora não possam ser plenamente respondidas por nossa pesquisa, nos auxiliam a investigar como as pessoas se ligam aos espaços e serviços que lhes são disponibilizados pela Biblioteca Pública Ataliba Lago, bem como apreender até que ponto essa instituição pode reforçar ou combater injustiças ligas a práticas econômicas, sociais e culturais de subalternização.

Contudo, antes de avançarmos nessas análises, vale discutirmos mais um fator que julgamos importante para o trabalho investigativo que aqui se propõe: tomando-se a condição subalterna como característica que divide grupos sociais, que coloca pessoas e certos coletivos em situação de inferioridade frente a outrem, faz-se necessário contextualizarmos o fenômeno no interior de uma comunidade, especialmente em termos do uso e da apropriação do espaço público. Sendo assim, o que vislumbramos em nossas análises é a possibilidade de se considerar a segregação socioespacial como fator representativo da subalternidade, analisando, para isso, o uso do espaço público em Divinópolis, notadamente o espaço público configurado pela Biblioteca Pública Ataliba Lago. Formulamos melhor os contornos dessa proposição analítica na seção abaixo.

### 2.3. A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO CATEGORIA DE REPRESENTAÇÃO DA SUBALTERNIDADE: considerações sobre o uso e a apropriação do espaço público

Investigando sobre o processo de urbanização de cidades de médio porte como Divinópolis pudemos observar que, a exemplo das grandes cidades – São Paulo, Belo Horizonte ou Rio de Janeiro –, sua realidade habitacional é, em ampla medida, definida pela distribuição de renda. Em outras palavras, tornou-se evidente que os locais mais valorizados em termos de área geográfica, nas quais os imóveis são mais caros e os serviços e espaços públicos se fazem mais presentes, são definidos por uma elite econômica e social que, para se manter nessas áreas, cria um efeito segregacionista quanto ao uso de seus espaços, sobretudo os públicos. Ao observar essa lógica operacional, Caldeira (2000) afirma que:

As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade. (CALDEIRA, 2000, p. 211).

Objetivando fundamentar sua argumentação a autora apresenta um estudo sobre a cidade de São Paulo no qual analisa os processos de segregação em três momentos diferentes de sua história:

Ao longo do século XX, a segregação social teve pelo menos três formas diferentes de expressão no espaço urbano de São Paulo. A primeira estendeu-se do final do século XIX até os anos 1940 e produziu uma cidade concentrada em que os diferentes grupos sociais se comprimiam numa área urbana pequena e estavam segregados por tipos de moradia. A segunda forma urbana, a centro-periferia, dominou o desenvolvimento da cidade dos anos 40 até os anos 80. Nela, diferentes grupos sociais estão separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentram-se nos bairros centrais com boa infraestrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias. Uma terceira forma vem se configurando desde os anos 80 e mudando consideravelmente a cidade e sua região metropolitana. Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. (CALDEIRA, 2000, p. 211).

Mesmo que o exemplo evocado por Caldeira (2000) tenha por referência uma cidade de grande porte, uma megalópole para sermos mais precisos, ele nos ajuda a clarear o modo como essa mesma situação se dá em cidades de médio porte como Divinópolis. Condição demonstrada por Esteves e Nogueira (2013) ao assinalarem que Divinópolis teve, durante algumas décadas do Séc. XX, uma concentração de moradias de elite na região central da cidade, o que afastou as populações mais pobres para zonas periféricas, longe dos locais onde eram oferecidos a maioria dos serviços públicos. Ao estudarem a proliferação de condomínios fechados no município, fato que ocorre também em consonância com o que foi relatado por Caldeira (2000), as autoras demonstram que tais empreendimentos promoveram mudanças expressivas nos modos de ocupação do espaço urbano da cidade, gerando novos arranjos espaciais, os quais são, majoritariamente, segregacionistas. Sobre o desenvolvimento do perímetro urbano de Divinópolis elas demarcam que:

[...] apresenta uma estrutura verticalizada, principalmente no centro da cidade, onde estão localizados, em grande maioria, os prédios comerciais e residenciais. Durante muito tempo o centro da cidade atraiu as classes de maior poder econômico, que preferiam morar em apartamentos, fato que impulsionou a verticalização dessa área, a partir da década de 1980. Porém, nos últimos anos, o centro da cidade vem, gradativamente, perdendo o interesse de parte das elites, que, por sua vez, estão aderindo à tendência dos condomínios fechados, reestruturando as periferias e aquecendo o mercado imobiliário em áreas que antes eram pouco valorizadas. (ESTEVES; NOGUEIRA, 2013, p. 31).

Apesar dessa mudança, é preciso dizer que a cidade ainda apresenta uma estrutura urbana na qual os serviços e espaços públicos concentram-se na região central do município e que isso reflete muito claramente a presença maciça de pessoas pertencentes à elite econômica

morando durante décadas nessa região. Cabe então questionar: quais os efeitos desse movimento no que diz respeito à relação dos grupos populacionais de Divinópolis com a Biblioteca Pública Ataliba Lago, considerando que ela manteve todas as suas sedes no centro da cidade? Discutir mais esse aspecto é importante em razão do pressuposto que aqui se defende segundo o qual a segregação socioespacial e social são categorias expressivas da subalternidade. Tendo isso em vista, buscamos clarificar na próxima subseção certos marcadores de sentido que aproximam e que distanciam os conceitos de espaço e lugar.

### 2.3.1 Espaço e lugar: aproximações e distanciamentos conceituais

Conforme discutimos acima a partir do diálogo estabelecido com Spivak, a representação da subalternidade pode ocorrer de duas formas: quando se *fala de* ou quando se *fala por* alguém. No contexto de uma instituição como a biblioteca pública, por exemplo, questionar os modos como ela “representa” seu público em seus acervos e serviços implica indagar se essa unidade biblioteconômica em questão tem priorizado falar *de* alguém ou falar *por* alguém no desenvolvimento de seus trabalhos e ações.

Contudo, tensionar essa relação de representatividade pressupõe, em paralelo, clarificarmos os status de *espaço* e/ou *lugar* que são acionados para se remeter às bibliotecas públicas. Isso porque, as denominações “lugar ou espaço de memória”, “de convivência”, “de informação”, “de educação”, “de enraizamento” são acepções exemplificadoras de como os usuários se reportam à(s) biblioteca(s) com a(s) qual(is) interação.

Caminhando nessa direção é importante frisarmos que “*espaço*” e “*lugar*” são conceitos trabalhados por várias áreas do conhecimento e em diferentes perspectivas. Concernente às proposições do nosso trabalho podemos citar a obra de Yi Fu Tuan que investiga a relação entre os dois conceitos na perspectiva da vivência da diferença. Para ele,

[...] espaço e lugar são termos familiares que indicam experiências comuns. O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. O lugar pode ser desde a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria. Animais não humanos também têm um sentido de território e lugar. Os espaços são demarcados e defendidos contra invasores. Os lugares são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação. (TUAN, 2013, p. 1).

Para Tuan (2013), portanto, apesar de haver uma proximidade conceitual evidente entre esses dois termos, é preciso não perdermos de vista aquilo que os diferencia. No caso de “*lugar*”

afirma-se que a ele se atribui valor cultural, onde são guardados, armazenados elementos que são caros à sociedade. Nesse caso o conceito está ligado mais à questão do construto social. Em um museu, por exemplo, depositam-se materiais, objetos (patrimônio) que representam a memória de determinada comunidade. Numa biblioteca, o patrimônio bibliográfico é mantido e preservado. Com relação ao conceito de “*espaço*” acentua-se que ele aponta para uma experiência mais vinculada à natureza, à “uma necessidade: biológica (como para todos os animais [...])” (TUAN, 2013, p. 9), sendo muito importante para o imaginário ocidental na medida em que é tratado como:

[...] um símbolo comum de liberdade [...]. O espaço permanece aberto; sugere futuro e convida à ação. Do lado negativo, espaço e liberdade são uma ameaça. Ser aberto e livre é estar exposto e vulnerável. O espaço aberto não tem caminhos trilhados nem sinalização. Não tem padrões estabelecidos que revelem algo, é como uma folha em branco na qual se pode imprimir qualquer significado. O espaço fechado e humanizado é lugar. (TUAN, 2013, p. 8).

O autor afirma, ainda, que se comparado ao espaço, o lugar se configura como um “centro calmo de valores estabelecidos” e que “os seres humanos necessitam de espaço e de lugar”. Tal afirmativa acena, pois, para a importância do espaço e do lugar como instâncias de vivência de processos e de interações essenciais ao desenvolvimento humano. No entanto, é preciso cuidado ao endossarmos afirmativas como “*o lugar é um centro calmo de valores estabelecidos*”, sobretudo por estarmos lidando aqui com dinâmicas de subalternização de certos grupos e sujeitos ligadas ao uso e à apropriação de espaços e/ou lugares públicos.

Nesse sentido, podemos tomar a biblioteca pública tanto como um “lugar” (de memória, por exemplo na acepção de Pierre Nora), na medida em que ela é uma construção social que atua na manutenção e preservação da memória e do conhecimento da comunidade à qual se vincula, mas podemos entendê-la, também, como um espaço (de disputa, por exemplo) posto se constituir em palco de antagonismos e dissociações. Afirmativa corroborada por Esteves e Nogueira (2013), que, sobre a configuração das cidades, afirmam:

[...] no decorrer da história da humanidade, as cidades sempre constituíram espaços de convivência, muito embora estivessem repletas de conflitos. A concentração demográfica sempre favoreceu o encontro, mesmo que, paradoxalmente, entre os cidadãos também ocorressem o isolamento e os desencontros. (ESTEVES; NOGUEIRA, 2013, p. 27).

Em paralelo a isso e tomando o conflito como fator marcante do desenvolvimento das sociedades, Gupta e Ferguson (2000) apresentam uma interessante problemática para se aprofundar na discussão sobre “espaço” e “lugar” na atualidade. Para esses autores:

[...] as representações do espaço nas ciências sociais dependem muito das imagens de rompimento, ruptura e disjunção. A distinção entre sociedades, nações e culturas baseia-se numa divisão do espaço aparentemente não problemática, no fato de que ocupam espaços "naturalmente" descontínuos. A premissa da descontinuidade configura o ponto a partir do qual são teorizados o contato, o conflito e a contradição entre culturas e sociedades (GUPTA; FERGUSON, 2000, p. 32).

Percebemos, pois, que os autores ao invés de ratificarem um olhar comunitário sobre os espaços e lugares, demarcam que eles se formam a partir da contradição, do choque, em suma, da diferença. Para justificar essa escolha recorrem e questionam a existência de um suposto "isomorfismo" entre espaços, lugares e culturas para atacar a visão de que determinado local possa abrigar aquilo que eles chamam de "cultura" da população que ali reside ou frequenta. Em face disso sinalizam como exemplos desse equívoco o que normalmente é aceito "quando um turista visita à Índia para entender a 'cultura indiana' e a 'sociedade indiana', ou vai à Tailândia para experimentar a 'cultura tailandesa', ou visita os Estados Unidos para respirar um pouco de 'cultura americana'" (GUPTA, FERGUSON, 2000, p. 32). Discutem, ainda, alguns problemas que podem advir dessa tentativa de criar um imaginário único sobre determinada cultura:

[...] um segundo conjunto de problemas levantados pelo mapeamento implícito de culturas por sobre os lugares é conseguir dar conta das diferenças culturais no interior de uma localidade. O "multiculturalismo" é, ao mesmo tempo, um débil reconhecimento do fato de que as culturas perderam suas amarras a lugares definidos, e uma tentativa de subsumir essa pluralidade de culturas na moldura de uma identidade nacional (GUPTA, FERGUSON, 2000, p.32).

Notamos, assim, que uma das preocupações de Gupta e Ferguson (2000) é o uso de termos genéricos e homogeneizadores que podem desviar o olhar sobre uma questão que se aparenta incontornável: a de que as pessoas são diferentes e dentro de uma mesma estrutura social existem diferentes modos de pensar e que, em detrimento de se considerar tão somente a diferença como característica, é preciso investigar sobre as contradições que demarcam essas dicotomias. É por essa razão que trazemos para nossa discussão a noção de pós-colonialismo – conforme abordada anteriormente – no sentido de localizar esses sujeitos que são parte de um processo histórico de colonização e que interagem nos espaços da diferença:

[...] há a questão importante da situação pós-colonial: a que lugares pertencem as culturas híbridas do pós-colonialismo? Será que o encontro colonial cria uma "cultura nova" nos países colonizados e colonizadores, ou será que ele desestabiliza a noção de que nações e culturas são isomórficas? (GUPTA; FERGUSON, 2000, p.32).



Atentando para esses pontos de tensão e tomando o conceito de espaço tal como abordado pelos autores acima citados, considera-se nesta pesquisa que o espaço público é muito mais do que um local configurado para que diferentes pessoas vinculadas a diferentes manifestações culturais possam se sentir representadas por uma ou mais iniciativas representacionais. Nele se exibem dicotomias e contradições, cujos antagonismos se fazem presentes de diversas formas e por meio de diferentes estratégias representacionais, inclusive aquelas que promovem o silenciamento e a ausência de certos sujeitos ou grupos sociais específicos.

Desse modo, pode-se afirmar que por meio dessas estratégias de silenciamento muitas pessoas são alijadas do direito de frequentar certos espaços públicos. Inúmeros argumentos e exemplos podem ser levantados para se explicitar essa condição, sendo a questão da concentração demográfica um dos mais recorrentes. Ao tomar-se como exemplos cidades do porte de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Divinópolis nota-se facilmente que parte da população não desfruta de alguns serviços e equipamentos públicos tão somente por estar distante das áreas mais centrais, o que acaba por potencializar alguns marcadores de desigualdade social.

Essa constatação serve de gancho para retomarmos os sentidos de representação tal como foram tratados por Spivak (2014): *falar de e falar por*. Retorna-se a essa discussão por entendermos que a biblioteca pública assume essas configurações representacionais na medida em que estabelece uma conexão com a comunidade na qual está inserida e em decorrência das pessoas se identificarem ou não com elas. Marcadores que, entre outros, encontram-se ancorados nos serviços prestados por essas instituições, nos acervos que disponibilizam ao público e na forma como agregam – democraticamente ou não – os diferentes sujeitos e grupos sociais que a elas recorrem.

Nesse sentido, vale apresentarmos aqui alguns exemplos de estudos citados por Gomes e Silveira (2019) que abordam experiências de bibliotecas que possuem (ou não) uma política de atendimento a grupos subalternizados, as quais, a nosso ver, contribuem para o entendimento da biblioteca pública como instituição de extrema importância social, “cujos modos de atuação podem amenizar e até combater práticas históricas e arraigadas de subalternização [...]”. (GOMES, SILVEIRA, 2019, p. 441).

O primeiro estudo mencionado pelos autores investiga o atendimento prestado por bibliotecas públicas de Porto Alegre<sup>38</sup>, do Pará<sup>39</sup> e da cidade de São Francisco<sup>40</sup> (nos Estados Unidos) a moradores em situação de rua e em condições de vulnerabilidade social. Desenvolvida como um trabalho de conclusão de curso, a pesquisa<sup>41</sup> em questão, que foi realizada por Deuzenise Maria da Silva, efetuou um levantamento de dados que se deu por meio de análise documental referentes às políticas de informação que pautam as atividades das bibliotecas investigadas, e, também, mediante entrevistas realizadas com moradores em situação de rua e vulnerabilidade social das respectivas cidades, bem como com bibliotecários e/ou servidores das instituições responsáveis pelo atendimento direto a esse público.

De acordo com Gomes e Silveira (2019), após a realização do trabalho de pesquisa, mesmo constatando que as bibliotecas estudadas padecem com a ausência de uma política de representação para o referido público-alvo, a autora do trabalho faz questão de ressaltar que “esses espaços são bastante frequentados pela população em situação de rua, nesse caso a biblioteca deve aproveitar essa oportunidade para cumprir um de seus papéis como formadora de leitores possuindo iniciativas de atividades de inclusão social para essa população” (SILVA, 2017, p. 112 *apud* GOMES, SILVEIRA, 2019, p. 443).

Outro estudo apresentado por Gomes e Silveira (2019), que também se dedica a problematizar o processo de representação de sujeitos subalternizados em bibliotecas públicas, foi desenvolvido por Bárbara Kelly, bibliotecária da Biblioteca Pública de Regina, Canadá. Em seu artigo<sup>42</sup>, Kelly argumenta a favor do desenvolvimento de uma coleção para e sobre as mulheres aborígenes<sup>43</sup> no Canadá, buscando explorar e celebrar a diversidade e a complexidade de sua cultura e modos de vida. Na defesa dessa proposta, a bibliotecária focaliza o aumento da produção de literatura sobre esse grupo étnico e apresenta estatísticas específicas sobre as mulheres aborígenes, sublinhando que entre 1996 e 2006 esse contingente populacional cresceu cerca de 45% em terras canadenses.

---

<sup>38</sup> Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul e Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães.

<sup>39</sup> Biblioteca Pública Municipal Avertano Rocha.

<sup>40</sup> Biblioteca Pública da cidade de São Francisco.

<sup>41</sup> Essa pesquisa tem por título: “A biblioteca pública no contexto de vida de moradores em situação de rua e vulnerabilidade social: estudo de caso em Porto Alegre-RS” e sua referência completa, a exemplo do que ocorre no texto de Gomes e Silveira (2019), encontra-se citada na bibliografia deste texto.

<sup>42</sup> O título do trabalho de Kelly é: “Refletindo as vidas de mulheres aborígenes no desenvolvimento de coleções de bibliotecas públicas canadenses” (tradução nossa) e sua referência completa também encontra-se disponível na bibliografia deste trabalho.

<sup>43</sup> Kelly considera como mulher aborígene ou indígena qualquer mulher que se identifique ou tenha sido identificada como tal.

Nesse sentido, a bibliotecária estabelece uma listagem de fontes de informação sobre as mulheres aborígenes e de autores que trabalham com temas relacionados àquele grupo. Além disso, referencia uma pequena, mas importante bibliografia contendo livros de ficção, não ficcionais, jornais, revistas, bases de dados, obras cinematográficas e musicais que tratam de assuntos pertinentes às demandas daquelas mulheres. Complementar a esse trabalho, Kelly (2010) aponta para uma série de outras atividades que podem ser concretizadas no âmbito de uma biblioteca pública, cujo propósito central gira em torno da promoção da visibilidade de grupos e sujeitos que foram historicamente subjugados por forças hegemônicas.

Também citados por Gomes e Silveira (2019), Cardoso e Nóbrega (2013) realizaram o estudo intitulado “A biblioteca pública na (re)construção da identidade negra”, elaborado a partir de pesquisa realizada junto à Biblioteca Pública do Estado do Maranhão. Objetivando demarcar que a parca presença de materiais informacionais referentes à memória histórica das pessoas afrodescendentes nas coleções dessa instituição acaba por promover o silenciamento e a deslegitimação da herança e da tradição negra em todo o estado, as autoras propõem uma série de diretivas para que a Biblioteca não apenas passe a dar visibilidade a narrativas e manifestações expressivas da cultura afro-brasileira, como, também, seja capaz de conceber ações e serviços específicos para atender às necessidades desse grupo populacional.

Além de medidas relacionadas ao acervo da instituição, os autores sugerem que o desenvolvimento de coleções e as práticas de mediação – da leitura e da informação – promovidas pela Biblioteca Pública maranhense incorporem em seus horizontes de ação o trabalho com narrativas orais, para que se converta em um espaço capaz de potencializar a voz desses sujeitos, tornando-os, eles mesmos enunciadores de suas histórias, memórias e representações.

O presente capítulo procurou discutir, a partir da análise das obras dos autores elencados, temas que se configuraram como muito importantes para o entendimento do que se propõe estudar nesta pesquisa. Discutiu-se, aqui, a dimensão democrática da biblioteca pública, demonstrando como esse tipo de instituição possui sua gênese ligada ao acesso, sem distinção, de todos, aos seus acervos e serviços, bem como as contribuições dos autores dos chamados “estudos subalternos” para o desenvolvimento da teoria que tem por escopo a o processo de subalternização dos indivíduos que não se encontram nas camadas mais abastadas da sociedade.

Foi objetivo também, do capítulo que se encerra, discutir a questão da segregação socioespacial como categoria de representação da subalternidade, tendo como referentes o

oferecimento e uso dos equipamentos públicos pelas populações periféricas e as noções de espaço e lugar, no sentido de aprofundar o estudo da relação das comunidades com a coisa pública.

Dito isto, avança-se ao próximo capítulo, no qual pretendemos reconstituir a trajetória histórica da Biblioteca Pública Ataliba Lago, buscando-se apreender marcadores de sentido que reforçam sua inserção e importância, em termos representacionais, na paisagem cultural da cidade e para a população. Buscar-se-á apreender mais à frente, também, o modo como a biblioteca e, conseqüentemente, o poder público, trata a questão da subalternização de certos sujeitos e públicos específicos em relação às dinâmicas de apropriação e interação com a Ataliba Lago.

### **3. DIVINÓPOLIS E A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL ATALIBA LAGO: contornos sócio-históricos**

Este segundo capítulo busca delinear tanto um perfil sócio-histórico da cidade de Divinópolis quanto o percurso de criação e desenvolvimento da Biblioteca Pública Ataliba Lago. Optamos por seguir nessa direção por entender que estudar um equipamento cultural pressupõe, antes, compreender as especificidades da comunidade na qual ele se insere, tais como: as características de seus grupos populacionais, as demandas que os mobilizam e que fatores podem contribuir para a subalternização de certos sujeitos e coletividades, sendo esse último referente uma das principais inquietações desta dissertação.

Em função disso, começamos por apresentar informações gerais sobre o município de Divinópolis, Minas Gerais, arrolando dados estatísticos, geográficos e históricos que possam contribuir para o entendimento acerca do contexto social, político e cultural no qual se dá a criação da Biblioteca Pública Ataliba Lago e seu desenvolvimento enquanto um dos principais equipamentos culturais da cidade.

Para tanto, recorre-se à pesquisa documental em fontes como teses e dissertações, publicações periódicas da cidade de Divinópolis como *A Estrela do Oeste*, órgão informativo dos poderes municipais, publicado entre os anos de 1922 a 1930 e *A semana*, publicado entre os anos de 1943 a 2000, informativo produzido pela Diocese de Divinópolis, que apresenta notícias, reportagens, artigos sobre a doutrina católica e sobre a história do município, em notícias e/ou artigos de opinião publicados no *Jornal Agora*, no *Jornal Magazine* e na *Gazeta do Oeste*, diários locais dedicados à cobertura de notícias diversas, e, também, nas páginas eletrônicas da Prefeitura, da Câmara Municipal da Cidade, da própria Biblioteca, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e no Portal da Memória do Centro Oeste Mineiro – EmRedes<sup>44</sup>, iniciativa de profissionais e estudantes da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Divinópolis, que disponibiliza vasto acervo de fotografias e documentos relacionados à história de Divinópolis.

Com relação ao recorte temporal, dado a grande massa documental recolhida, optou-se por circunscrever a reconstituição desse contexto sócio-histórico aos principais períodos

---

<sup>44</sup> Disponível em <http://www.emredes.org.br/sobre-o-projeto.php>. Acesso em: 26 nov. 2019.

arrolados pela “cronologia da biblioteca”, que se encontra disponível no sítio da instituição na *Internet*<sup>45</sup>, acrescida pela pesquisa quais sejam:

- 1949 - Autorização da instalação da Biblioteca Pública *Ataliba Lago* (Lei n. 087 de 30 de junho de 1949);
- 1957 - Data de Criação/inauguração da Biblioteca Pública *Ataliba Lago* (Lei n. 406 de 09 de fevereiro de 1957);
- 1973 - Firmado convênio com Instituto Nacional do Livro;
- 1974 - Criação da Associação SAB (Sociedade Amigos da Biblioteca);
- 1975 - Cadastro na Coordenadoria de Cultura do Estado;
- 1976 - Denominação como Biblioteca Pública *Ataliba Lago*;
- 1985 - Torna-se Biblioteca Polo Regional do Sistema Estadual de Bibliotecas;
- 2003 - Criação da unidade "Cenira Manatta Soares";
- 2004 - Criação da unidade Biblioteca “Tito Soares Ferreira”.

Vale ressaltar que as datas das mudanças de endereço da Biblioteca não foram arroladas na listagem anterior, uma vez que elas serão detalhadas posteriormente, quando serão apresentados todos os locais e datas de instalação da instituição.

Dito isto, passa-se a próxima seção, onde serão abordados os aspectos sociais e históricos acerca da cidade de Divinópolis, município com 112 anos de emancipação, localizado no Estado de Minas Gerais, que abriga a Biblioteca Ataliba Lago.

### 3.1 DIVINÓPOLIS: a “princesinha do oeste”

No que diz respeito ao nome do Município, é possível se afirmar que, etimologicamente, “Divinópolis” deriva do latim *divinus* e do grego *polis*, sendo, pois, conhecido como a “cidade do divino”, denominação que expressa as tradições locais, especialmente as de matriz católica, associadas ao rio Itapecerica, que corta a cidade, e à cosmologia que faz referência ao Divino Espírito Santo. Com relação às origens do município, de acordo com texto publicado no sítio da Câmara Municipal de Divinópolis<sup>46</sup>, a cidade

[...] foi fundada em 13 de janeiro de 1767, por cinquenta famílias moradoras do sertão dos rios Itapecerica e Pará, lideradas pelo fazendeiro João Pimenta

---

<sup>45</sup> Na ocasião da fase de levantamento de dados deste trabalho, a biblioteca possuía uma página na *Internet*, que foi desativada no início do ano de 2021, quando a Gestão Gleidson Azevedo assumiu a Prefeitura Municipal de Divinópolis.

<sup>46</sup> Disponível em: <https://www.divinopolis.mg.leg.br/institucional/historia>. Acesso em: 04 fev. 2020.

Ferreira, com o nome de Paragem da Itapecerica, para superar "o rigoroso trabalho de os selvagens pagãos". Transformou-se no arraial do Espírito Santo da Itapecerica, em 24 de março de 1770, quando o sertanista Manoel Fernandes Teixeira fez uma doação de terras à igreja, destinadas à povoação. (CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS, 2019).

Esse excerto deixa claro traços de motivação religiosa para a fundação do vilarejo, uma vez que se apregoa “uma superação dos selvagens pagãos”, no caso, os indígenas. Para além da luta contra os nativos, consta ainda em outro trecho do supracitado texto que a localidade foi palco de lutas e violentas disputas entre autoridades das Câmaras coloniais de Pitangui, São José Del-Rey e Tamanduá (atualmente Itapecerica), quando da divisão das terras do Oeste mineiro (região conhecida como Campo Grande). A “Paragem” era então considerada um lugar estratégico e, da sua fundação até o ano de 1841, pertenceu ao Município de Pitangui (Comarca de Sabará), sendo um de seus principais distritos.

A partir de 1841 foi anexada ao município de Tamanduá até sua emancipação em 1911. No final do período imperial o então presidente da Província de Minas, Teófilo Otoni, incluiu na Lei Provincial 2.995, § 2º, de 19 de outubro de 1882, um dispositivo que mudava o nome de Tamanduá para Itapecerica, ficando Divinópolis identificada apenas com o nome de Espírito Santo.

Nesse contexto de fundação e emancipação, um acontecimento se tornou marcante: trata-se da chegada da malha ferroviária ao município, o que trouxe notório desenvolvimento econômico e social para a cidade. Sobre esse fato, informa-se no sítio da Câmara Municipal que:

Em 30 de abril de 1890, sob a administração do presidente estadual João Pinheiro da Silva, Divinópolis teve inaugurada a Estação de Henrique Galvão (Estrada de Ferro Oeste de Minas/ EFOM), que lhe deu grande impulso civilizatório, criando condições para a emancipação. (CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS, 2019).

Esse fato é descrito por Barreto (2010), que, entre outros aspectos, ressalta a importância da ferrovia para a cidade ao enfatizar que:

[...] os trilhos da ferrovia que passam pela cidade, seguindo a política de governo nacional do período imperial favoreceram o desenvolvimento e a emancipação do local. Ainda Arraial do Espírito Santo, em 1889, começa a circular em seu território os trens da Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM), para atender o ramal da ferrovia que ligava a cidade de Oliveira até Barra do Paraopeba. Em 1890 foi construída a estação ferroviária Henrique Galvão. Primeiro foi a bitolinha, estrada de ferro construída com bitola estreita de 76 cm, rumo ao sertão e depois a bitola de metro com largura de 1 metro entre os trilhos, que fazia a ligação com Belo Horizonte. Com elas, dá-se início

a um tempo, marcado pelo dinamismo sócio- econômico-cultural e pelo crescimento demográfico, diferente do que tinha tido até então. Com o intuito de povoar o interior do Brasil a EFOM foi construída por volta da década de 1880, sendo parte de uma política do Imperador D. Pedro II. (BARRETO, 2010, p. 27).

Em decorrência desse fato, ocorreu a instalação das oficinas da Rede Mineira de Viação (RMV), que também impulsionou o crescimento da cidade, o que figura registrado em algumas fotografias, conforme se pode observar na imagem abaixo.

**Figura 1 – Fotografia das oficinas da Rede Mineira de Viação, 1916**



Fonte: Blog Viagem, turismo e aventura<sup>47</sup>

Posterior a isso, no ano de 1911, o Distrito do Espírito Santo teve o nome modificado para Vila Henrique Galvão, sendo o município emancipado pela Lei Provincial 556, de 30 de agosto do mesmo ano. Dessa forma, no primeiro dia de junho do ano de 1912, o município foi instalado oficialmente, e, em 3 de setembro do mesmo ano (Lei 590, do Presidente Municipal Antônio Olímpio de Moraes) mudou de nome para Vila Divinópolis, retomando a história e restabelecendo relação com a antiga denominação de Espírito Santo da Itapecerica.

Em 18 de setembro de 1915 foi elevada à condição de cidade e, em 7 de setembro de 1923, por meio da Lei Estadual nº. 843, decretada pelo presidente estadual Raul Soares de Moura, foi-lhe anexado o território do distrito de Ermida de Campos (atualmente Santo Antônio dos Campos), configurando seu atual contorno territorial.

---

<sup>47</sup> Disponível em: <https://viagemturismoaventura.blogspot.com/2017/11/divinopolis-minas-gerais-cem-anos-atras.html>. Acesso em: 21 nov. 2019.



Figura 2 – Fotografia da Av. Primeiro de Junho, Centro de Divinópolis, Séc. XX



Fonte: Blog Viagem, turismo e aventura<sup>48</sup>

Ainda sobre a importância da chegada da ferrovia à cidade, Nogueira (2016) faz as seguintes observações:

Divinópolis foi considerada, em seus primórdios, uma cidade passagem-pousada-paragem. Mesmo não tendo semelhanças físicas entre o antigo arraial e a cidade de hoje, sua história de desenvolvimento e crescimento sempre esteve atrelada aos transportes, à terra, aos caminhos da água, ao ferro e ao asfalto. O desenvolvimento do sistema ferroviário favoreceu as perspectivas de crescimento socioeconômico da cidade através das oportunidades de instalação de indústrias siderúrgicas, de metalurgia e aciaria, colaborando assim para um nível de emprego e qualidade de vida razoável, elevando o índice de desenvolvimento social. (NOGUEIRA, 2016, p. 34).

Esse desenvolvimento, em ampla medida ancorado nas atividades da indústria metalúrgica, impulsionou o crescimento da cidade. Desenvolvimento que só encontrou obstáculos no fim da década de 1970, quando a indústria desse segmento vivenciou uma grave crise econômica, exatamente na “fase em que era considerada a principal fonte de renda da cidade

<sup>48</sup> Disponível em: <https://viagemturismoaventura.blogspot.com/2017/11/divinopolis-minas-gerais-cem-anos-atras.html>. Acesso em: 21 nov. 2019.

e região, acarretando a demissão e o fechamento de várias empresas do setor.” (NOGUEIRA, 2016, p. 34). Tais dificuldades, ainda segundo Nogueira (2016), favoreceram o surgimento e o crescimento da indústria de confecção do vestuário, na medida em que:

[...] muitas pessoas se agruparam com o mesmo propósito de substituir as antigas rendas provenientes dos empregos do setor siderúrgico pela renda agora proporcionada pelo desenvolvimento das atividades relacionadas ao setor confeccionista têxtil. (NOGUEIRA, 2016, p. 35).

Para Marques (2012, p. 132 *apud* Nogueira, 2016, p. 35), “o desenvolvimento desse segmento de confecção possibilitou o enfrentamento da crise e o crescimento do emprego industrial em Divinópolis nos anos de 1980 e 1990”. A partir da consolidação desse cenário socioeconômico, o pesquisador ainda afirma que:

O espaço urbano da cidade de Divinópolis traz a marca de seus diferentes momentos socioeconômicos: um primeiro momento, no qual a ferrovia e os bairros destinados aos trabalhadores desta formaram o espaço urbano inicial; um segundo momento, com a consolidação das atividades siderúrgicas que se instalaram em vasto espaço municipal, incluindo a área urbana, com a predominância da instalação de atividades terciárias, ligadas ao comércio e serviços. (MARQUES, 2012, p. 80 *apud* NOGUEIRA, 2016, p. 36).

Atrelado a isso, Nogueira (2016, p. 36) observa, no que se relaciona a dados do ano de 2013, que a partir do “incremento da construção civil e dos transportes rodoviários e uma moderada redução dos problemas sociais, hoje, cerca de 14 mil pessoas estão diretamente empregadas nesse setor, mantendo aceitável o nível de desemprego<sup>49</sup>”.

Em 2014, segundo levantamento feito pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)<sup>50</sup>, regional Centro-Oeste, Divinópolis já possuía 786 empresas ligadas ao setor confeccionista, contando com 26.501 funcionários registrados. Desse modo, pode-se considerar que Divinópolis configura-se, já há algum tempo, como um dos principais polos confeccionistas do Estado de Minas Gerais, com grande destaque no plano nacional no que se refere à produção de roupas e calçados.

Apelidada de “princesinha do oeste”, devido ao seu desenvolvimento econômico e à sua localização, Divinópolis é considerada, então, uma cidade essencialmente industrial e se tornou referência nas áreas de indústrias siderúrgicas, metalúrgicas e de confecções, o que

---

<sup>49</sup> Disponível em: <http://www.camaradiv.mg.gov.br/index.php/sobre-divinopolis/economia>. Acesso em: 17 jun. 2013.

<sup>50</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2014/09/terceirizacao-se-torna-tendencia-no-setor-confeccionista-em-divinopolis.html>. Acesso em: 17 ago. 2021.

possibilitou a criação de inúmeras oportunidades de emprego a diversos segmentos da sociedade no decorrer da história.

**Figura 3 – Fotografia da vista aérea da cidade de Divinópolis**



Fonte: Blog Traçando Linhas<sup>51</sup>

De acordo com informações recolhidas na base de dados virtual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021)<sup>52</sup>, o município ocupa área territorial de 708,115 km<sup>2</sup>, com população estimada de 240.408 pessoas, sendo 5.500 residentes em zona rural. De acordo com informações do censo de 2010, sua densidade demográfica é de 300,82 hab./km<sup>2</sup>, a escolaridade média dos moradores com faixa etária de 6 a 14 anos é de 98,6 % e o Índice de desenvolvimento humano municipal é de 0,764.

Divinópolis, conforme verificado na página oficial da Prefeitura Municipal, situa-se entre as coordenadas geográficas 20° 8' 21" de latitude sul e 44° 53' 17" de longitude oeste. O Município limita-se ao Norte com Nova Serrana e Perdigoão; ao Sul com Cláudio; a Leste com São Gonçalo do Pará e Carmo do Cajuru; a Oeste com São Sebastião do Oeste e Santo Antônio do Monte.

---

<sup>51</sup> Disponível em: <http://tracandolinhasmg.blogspot.com/2015/09/o-blogueiro.html>. Acesso em 21 nov. 2019.

<sup>52</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/divinopolis>. Acesso em 05/10/2021

Figura 4 – Mapa do Estado de Minas Gerais, com destaque na localização de Divinópolis



Fonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2020<sup>53</sup>

No mapa apresentado, é possível visualizarmos a localização de Divinópolis no contexto do Estado de Minas Gerais e de suas respectivas regiões geográficas. Destaca-se a proximidade com a capital do estado, característica estratégica para o desenvolvimento econômico e social do município.

Em face de seu desenvolvimento, podemos afirmar que, na atualidade, Divinópolis caracteriza-se como uma cidade-polo – é o maior município da Mesorregião Oeste de Minas e da microrregião de mesmo nome – estando localizada próxima à região metropolitana de Belo Horizonte, distante aproximadamente 120 quilômetros da capital do Estado. Além disso, Divinópolis localiza-se em pontos de interseção de algumas das principais rodovias do Estado,

<sup>53</sup> Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/suprams-regionais/localizacao> . Acesso em 20 jun 2022.

o que a aproxima dos principais centros urbanos do país, conforme se pode perceber no mapa abaixo:

**Figura 5 – Mapa do Sistema Viário Regional**

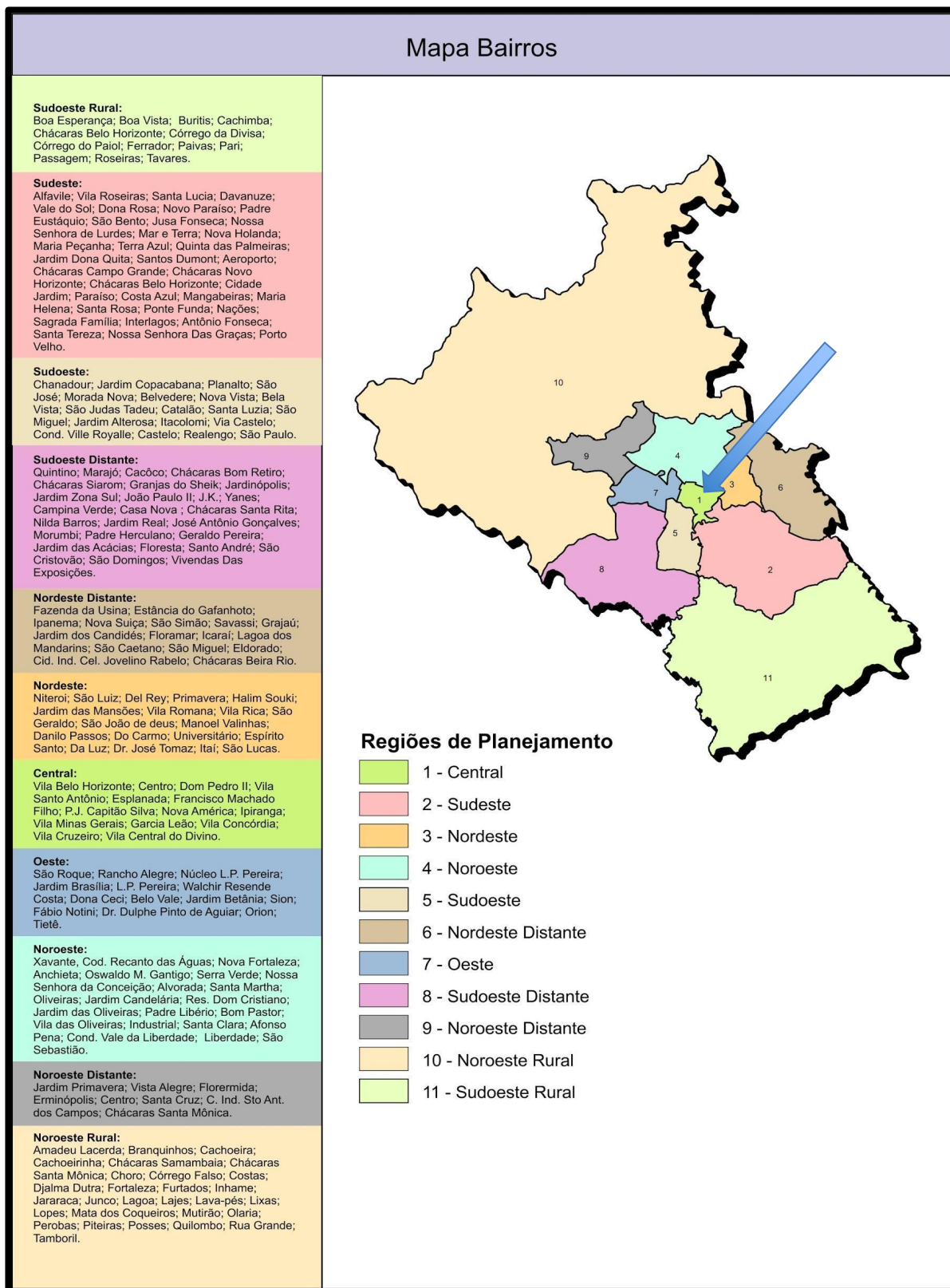


Fonte: Anuário Estatístico de Divinópolis, 2008

Com relação ao perímetro urbano, de acordo com o Anuário Estatístico de Divinópolis 2008/2009<sup>54</sup>, a cidade é formada por 218 bairros, distritos e localidades, divididos em 11 regiões, que possuem grandes diferenças no que tange à infraestrutura urbana e oferecimento de serviços públicos. Na imagem a seguir destacamos o centro da cidade, indicando com a seta azul a localização da Biblioteca Pública Ataliba Lago, ressaltando-se que todas as suas sedes foram instaladas na mesma região:

<sup>54</sup> Disponível em: <https://www.divinopolis.mg.gov.br/portal/servicos/1003/geografia/>. Acesso em 05 fev. 2020.

Figura 6 – Mapa das regiões e bairros de Divinópolis, com destaque na região central



Fonte: Plano Diretor de Divinópolis<sup>55</sup>

<sup>55</sup> Disponível em: <https://planodiretordedivinopolis.wordpress.com/2013/03/21/mapa-das-regioes-de-divinopolis/>. Acesso em 05 fev. 2020.

Como pode ser observado, além de regiões distantes do centro, existem duas localidades rurais (sudoeste e noroeste) bastante extensas se comparado às outras regiões da cidade, o que nos permite criar inferências a cerca de um processo notório de segregação socioespacial e social de parte da população, tema que será explorado mais adiante neste trabalho de pesquisa.

Anterior a essa reflexão, entretanto, em uma abordagem mais estatística a respeito das características econômicas e sociais relativas a Divinópolis, Barreto (2010) afirma que:

A cidade de Divinópolis é considerada o principal centro urbano da região Centro-Oeste e com uma participação no Produto Interno Bruto do estado de Minas Gerais da ordem de 1,07%. Nos últimos anos, tornou-se sede de órgãos da administração federal e estadual, bem como da administração regional do Alto São Francisco composta por 11 municípios e da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Itapecerica (AMVI) que abrange 24 municípios. (BARRETO, 2010, p. 23).

No entanto, apesar dessa importância regional, vale dizer que Divinópolis possui um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de R\$ 24.191,34, sendo o 1596º município com maior PIB *per capita* no país, o 148º no Estado de Minas Gerais e apenas o 5º Na microrregião. Com relação a informações sobre trabalho e renda, de acordo com dados do IBGE:

Em 2017, o salário médio mensal era de 2.1 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 28.6%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 101 de 853 e 47 de 853, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1475 de 5570 e 555 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 28.1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 819 de 853 dentre as cidades do estado e na posição 5019 de 5570 dentre as cidades do Brasil. (IBGE, 2019).

Sobre o desenvolvimento educacional, afere-se que o município conta com 74 escolas de Ensino infantil, 86 escolas de Ensino fundamental e 28 escolas de Ensino médio, com um total, em 2018, de 7.808 matrículas no Ensino infantil, 24.774 matrículas no Ensino fundamental e 8.497 matrículas no Ensino médio (IBGE, 2019).

Os meios de comunicação de massa possuem notório desenvolvimento, posto existir na cidade vários canais de televisão e emissoras de rádio<sup>56</sup>, bem como observa-se a publicação e a circulação de várias revistas, jornais e outros impressos.

---

<sup>56</sup> A cidade possui empresas de televisão afiliadas a Rede Globo de Televisão e ao Sistema Brasileiro de Televisão, além da TV Candidés (canal local) - todas com programas jornalísticos locais; e emissoras de rádio tais como a Rádio Minas e a Rádio Divinópolis, ambas empresas com décadas de atuação na cidade.

No que diz respeito à cultura, notadamente em relação aos equipamentos e manifestações culturais, de acordo com Nogueira (2016):

A cidade possui [...] uma riqueza cultural muito expressiva nas diversas áreas como música, teatro, dança, festas populares e folclóricas, exposições, rodeios, entre outros. Possui vários espaços culturais como o Museu histórico de Divinópolis, a Biblioteca Pública Ataliba Lago, a Escola Municipal de música e o Teatro Usina Gravatá. (NOGUEIRA, 2016, p. 41).

Conforme se pode notar, Divinópolis concentra uma grande variedade de manifestações culturais e possui diversos locais onde o trabalho com a cultura é a atividade principal. No que diz respeito às manifestações culturais, destaca-se a forte presença da tradição do Congado, que, de acordo com Leonel (2008), teria sua origem a partir do Séc. XVIII, no seguinte contexto:

Os primeiros registros destas festas em Minas foram deixados pelo jesuíta Antonil, quando deu notícia em 1711 do costume dos negros das Minas de elegerem seus reis, rainhas, juízes e juízas, nas ocasiões dos festejos em favor de São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário. (LEONEL, 2008, p. 208).

Ao que consta, o costume se espalhou pelo Estado de Minas Gerais e encontrou algumas variantes, que se manifestam, dentre outras características, na diversidade de nomes que se relacionam com os festejos:

Em Minas Gerais, os termos Reinado, Congos, Congado, Congadas são utilizados para descrever basicamente a mesma manifestação, salvaguardadas suas peculiaridades regionais. [...] Em Divinópolis, tais formas de festejo consagraram-se com o nome de Reinado de Nossa Senhora do Rosário [...]. (LEONEL, 2008, p. 208).

Para Leonel (2008), essas festas são o produto de um processo de imposição cultural e de censura à população escrava, e passaram a acontecer nas comunidades com a anuência da Igreja Católica, uma vez que os africanos adotavam, como santos protetores, divindades da mitologia católica:

O que é imprescindível deixar claro aqui, é que se não se pode dizer que estas festas derivam de matrizes genuinamente africanas pois, desenvolveram-se no interior do sistema escravista brasileiro, como resultado de um processo de imposição de um arbitrário cultural aos escravos provenientes da África, principalmente os vinculados às culturas bantu, que prevaleceram no Sudeste. (LEONEL, 2008, p. 208).

Sobre essa imposição cultural no contexto da tradição do congado, Akinruli e Akinruli (2017) também tecem algumas considerações:



Ao longo do século XX, as Congadas passaram por diversas mudanças e adaptações que expressam as polivalentes dimensões das relações de negociação, em suas diversas instâncias, estabelecidas entre os congadeiros, organizadores e agentes administrativos responsáveis pela expressão pública da manifestação congadeira – as festas. Contudo, o agenciamento dos espaços destinados à manifestação do Congado demonstra grandes tensões e resistências dos congadeiros em relação às forças hegemônicas dominantes que visavam enquadrar a cultura afrodescendente a determinados lugares. (AKINRULI; AKINRULI, 2017, p. 5).

Essas afirmações agregam a esta discussão uma problemática interessante, posto reforçar o aspecto de tensão subjacente no âmbito dos espaços públicos. Sendo assim e não perdendo de vista que a tradição do congado sofreu processos de imposição cultural e perdurou por séculos a partir de negociações com o poder hegemônico, é pertinente que investiguemos como essas relações no âmbito das manifestações e equipamentos culturais se desenrolaram até os dias de hoje em Divinópolis. Para tanto, recorreremos mais uma vez a Akinruli e Akinruli (2017), que em suas pesquisas sobre a tradição congadeira na cidade identificaram:

[...] 17 (dezessete) Irmandades que juntas englobam 32 (trinta e duas) Guardas de Congado todas em plena atividade, realizando juntas anualmente pelo menos 17 festividades distintas, com um calendário festivo intenso que vai de abril a outubro. As formas de festejo do Congado consagraram-se com o nome de Reinado de Nossa Senhora do Rosário. Destaca-se a Congregação das Irmandades Congadeiras de Divinópolis (Congadiv) que foi fundada em 2014 com o intuito de organizar burocraticamente as Irmandades de Divinópolis. (AKINRULI; AKINRULI, 2017, p. 6).

As festas de congado ocorrem em vários bairros da cidade e ocupam lugar de destaque na programação oficial da Paróquia de Santo Antônio, localizada no centro da cidade, na qual é realizada anualmente a “Missa Conga”, evento que ocorre desde 1977 e que abre oficialmente o calendário da religiosidade popular em Divinópolis. De acordo com o Portal Minas Gerais (2020)<sup>57</sup>:

A missa marca o início das celebrações da festa dedicada aos santos negros de devoção. A festividade inclui as celebrações de Reinado, Santa Cruz e São Benedito, que seguem até outubro. Após a celebração do evento, o Café de São Benedito é oferecido para todos os congadeiros presentes. Tradicionalmente, a missa é celebrada por Frei Leonardo Lucas Pereira e conta com a participação de guardas e ternos de toda a Região Centro Oeste. (PORTAL MINAS GERAIS, 2020).

Outra manifestação cultural muito importante para a cidade, devido à sua forte ligação com as comunidades rurais do seu entorno, é a realização do evento denominado “Divinaexpo”, nome comercial dado à principal festa de rodeio do Município. Realizada pelo Sindicato Rural

---

<sup>57</sup> Disponível em: <http://www.minasgerais.com.br/pt/eventos/divinopolis/missa-conga-2019>. Acesso em: 05 fev. 2020.

de Divinópolis desde o ano de 1970, o evento representa a forte tradição rural presente no município, concentrando um público médio de 200 mil pessoas por ano, segundo seis organizadores. A importância do rodeio para Divinópolis, conforme dito, pode ser explicada pela extensão e população da área rural da cidade, o que pôde ser constatado na observação da figura 3, a qual permite visualizarmos as duas regiões rurais de Divinópolis como as maiores do Município.

No que diz respeito aos espaços culturais da cidade, além da Biblioteca Pública, objeto de estudo deste trabalho, podemos destacar o Museu Histórico, localizado no Largo da Matriz (atual Praça Dom Cristiano), funcionando em casarão construído no ano de 1830 pelo Capitão Domingos e que se configurando, atualmente, como uma das peças arquitetônicas mais interessantes do município.

De acordo com o portal Guia das Artes<sup>58</sup> (2020), “o casarão foi tombado como patrimônio histórico da cidade, em virtude dos valores histórico e arquitetônico [...]. (GUIA DAS ARTES, 2020)”. No entanto, vale dizer que o Museu permanece fechado desde o início do ano de 2017, tendo sido interditado sob alegação do comprometimento das estruturas do edifício.

**Figura 7 – Fotografia do casarão que abriga o Museu Histórico de Divinópolis**



Fonte: Portal de Notícias G37<sup>59</sup>

<sup>58</sup> Disponível em: <https://www.guiadasartes.com.br/minas-gerais/divinopolis/museus/museu-historico-de-divinopolis>. Acesso em: 05 fev. 2020.

<sup>59</sup> Disponível em: <https://g37.com.br/c/divinopolis/museu-de-divinopolis-continua-interditado>. Acesso em 05 fev. 2020).

Outro espaço considerado representativo para a cultura de Divinópolis é a Escola Municipal de Música Maestro Ivan Silva. Localizada no complexo Usina do Gravatá, passou a funcionar somente a partir do ano de 1985, apesar de ter sido criada legalmente em 1949. Sua atual sede foi inaugurada no dia 9 de junho de 1991, possuindo atualmente, de acordo com o portal Descubra Minas<sup>60</sup>, mais de 230 alunos do Curso Básico de Música (acima de 10 anos) e cerca de 70 alunos da Musicalização Infantil (para crianças acima de 7 anos). No âmbito do Curso Básico de Música, são oferecidas aulas dos seguintes instrumentos: violão, flauta transversal, flauta doce, clarinete, saxofone, trompete, trombone, percussão, violino, piano, teclado e trompa.

**Figura 8 – Fotografia da fachada da Escola Municipal de Música Maestro Ivan Silva**



Fonte: Prefeitura Municipal de Divinópolis; Divulgação<sup>61</sup>

O Teatro Municipal Usina Gravatá, instalado no histórico prédio da Usina Gravatá – construído originalmente em 1932, é outro equipamento cultural relevante para Divinópolis. Segundo

---

<sup>60</sup> Disponível em:

[http://www.descubraminas.com.br/Turismo/DestinoAtrativoDetalhe.aspx?cod\\_destino=25&cod\\_atrativo=1209](http://www.descubraminas.com.br/Turismo/DestinoAtrativoDetalhe.aspx?cod_destino=25&cod_atrativo=1209). Acesso em: 05 fev. 2020.

<sup>61</sup> Disponível em: <https://www.divinopolis.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/2400/escola-de-musica-abre-215-vagas-em-processo-seletivo>. Acesso em: 05 fev. 2020.

registros históricos, na década de 1930 foi inaugurada a Usina de Álcool Motor de Mandioca do Estado de Minas Gerais, a primeira do gênero na América Latina. Nos anos 50 a usina passou a pertencer à Companhia Agrícola de Minas Gerais (CAMIG), sendo utilizada como um depósito.

O prédio, que foi tombado como patrimônio histórico, passou por uma restauração e foi incorporado pela SAB (Sociedade dos Amigos da Biblioteca Pública Ataliba Lago), vinculando-se municipalmente à Secretaria Municipal de Cultura. Possui programação frequente e, anualmente, abriga a Feira Literária de Divinópolis (FLID).

**Figura 9 – Fotografia da fachada do Teatro Municipal Usina Gravatá**



Fonte: Prefeitura Municipal de Divinópolis; Divulgação<sup>62</sup>

Vale dizer que a relação entre o Teatro Municipal e a Biblioteca Pública é, de certa forma, estreita, uma vez que a inauguração do Teatro somente se deu pela ação da SAB, fato que iremos abordar mais adiante com maior profundidade.

---

<sup>62</sup> Disponível em: <https://divinopolis.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/4806/Prefeitura-adquiriu-espaco-para-Teatro-Usina-Gravat%C3%A1-em-89>. Acesso em: 05 fev. 2020.

Com relação ao oferecimento de outros serviços bibliotecários em Divinópolis, apesar de existirem no município várias unidades de informação<sup>63</sup>, é possível afirmarmos que não há nenhuma outra instituição que possa ser caracterizada como biblioteca pública além daquela definida como objeto deste estudo.

Dentre essas outras unidades bibliotecárias que também exercem atividades em Divinópolis, vale destacar a Biblioteca Provincial dos Franciscanos<sup>64</sup>, que foi fundada no início da década de 1930 por professores do Instituto de Teologia. Ela conta com mais de 26.000 livros que variam entre Teologia, Filosofia, Antropologia, Sociologia, Psicologia, Pedagogia, História, Geografia, Bioética, Economia, Direito, Política, Ética, Moral, Arte, Literatura, Biografia, Liturgia, Sagradas Escrituras, Espiritualidade, Franciscanismo, Catequese e Documentos Eclesiásticos, escritos em vários idiomas como Latim, Hebraico, Grego, Alemão, Holandês, Francês, Italiano, Espanhol, Inglês e Português, além de um considerável número de Jornais e Revistas.

Segundo consta nos registros da página da instituição na *Internet*, até a década de 1980 o acervo dessa biblioteca religiosa era acessado apenas pelos professores e alunos do Instituto de Ensino Superior e Pesquisa (INESP), no entanto, a partir de um convênio firmado com o Instituto, hoje campus da UEMG/Divinópolis, foi permitido, além do acesso aos estudantes da universidade, a utilização da biblioteca pelo público em geral.

Como pode ser aferido, essa quantidade de equipamentos e manifestações culturais confere a Divinópolis status semelhantes a outras cidades de médio e grande porte<sup>65</sup>. Cidades que, de acordo com Esteves e Nogueira (2013):

[...] têm aumentado seu prestígio no contexto nacional, diante dos indicadores econômicos e sociais do Brasil, pois demonstram nitidamente sua relevância como pontos de atração e influência decorrentes de atividades econômicas complexas, que articulam atividades agrícolas, industriais e de serviços diversos (ESTEVES; NOGUEIRA, 2013, p. 24).

No entanto, outra característica comum a municípios como Divinópolis refere-se à questão do crescimento não planejado. Condição que requer uma discussão acerca do atendimento do poder público a populações periféricas, posto que se com relação à infraestrutura básica o

---

<sup>63</sup> A cidade conta com bibliotecas escolares espalhadas por aproximadamente 180 unidades educacionais e com bibliotecas universitárias localizadas em três universidades públicas (CEFET, UEMG, UFSJ), além de algumas universidades particulares (PITÁGORAS, UNA, FACED).

<sup>64</sup> Para maiores informações conferir: [www.franciscanossantacruz.org.br](http://www.franciscanossantacruz.org.br), acessado em 10/04/2019.

<sup>65</sup> Cidades com população estimada entre 100.000 e 500.000 habitantes, de acordo com classificação do IBGE.

atendimento tende a ser deficitário, a implantação de equipamentos culturais nessas regiões também segue o mesmo caminho. Para Nogueira (2016), esse quadro constitui-se em característica do sistema econômico e social vigente, posto que:

O crescimento desorganizado pode ser compreendido, de certa forma, pelas teorias que explicam o sistema capitalista e suas mazelas e cujas práticas, provavelmente, nos reconduzem às antigas, porém, nunca antes tão utilizadas, formas de exploração do homem pelo próprio homem. (NOGUEIRA, 2016, p. 36).

No que diz respeito à realidade de Divinópolis, Nogueira cita a questão do crescimento desordenado do município como principal causa instituidora dessa realidade, cujos efeitos são potencializados em decorrência da má gestão do território e dos recursos por alguns representantes do poder público. Razão pela qual pontua:

Sem planejamento estratégico, Divinópolis cresceu desordenadamente. Sua expansão urbana acelerada nos últimos anos e os loteamentos aprovados indevidamente no passado acabam por dificultar ainda mais as obras de infraestrutura básica. (NOGUEIRA, 2016, p. 36).

Isso nos leva a conjecturar que o progresso a qualquer custo e a industrialização apartada de uma reflexão sobre o seu impacto na estrutura da cidade e na vida das pessoas acabaram por condicionar um desenvolvimento que cria classes sociais menos e mais favorecidas, além de um tecido urbano que não atende a todos da mesma forma. Corroborando com isso, nossa interlocutora acrescenta:

[...] a cidade anteriormente organizada e estruturada para um determinado número de habitantes, com o advento das indústrias de tecelagem e confecções passa, agora, a agregar uma grande massa de assalariados, muitas vezes vindos de outras cidades e regiões. Para manter esse novo segmento econômico geraram-se, conseqüentemente, vários problemas sociais como falta ou insuficiência de habitação, saúde, segurança, dentre outras necessidades humanas básicas. [...] Nesse contexto, as moradias melhor localizadas têm seu valor majorado. Os novos moradores se veem segregados e obrigados, por se constituírem no chamado exército de reserva – trabalhadores com baixa qualificação –, a residirem em locais distantes, na periferia da cidade, originando vilas e favelas, cujas moradias têm valor mais acessível e onde o estado tem sua participação anulada ou reduzida. (NOGUEIRA, 2016, p. 37).

A esses marcadores devemos somar outro ponto importante correlacionado ao surgimento dos bairros periféricos de Divinópolis, qual seja: a concentração de moradores na zona rural e o conseqüente êxodo para as áreas urbanas do município.

De acordo com Aguiar, Vertelo e Azevedo (2019), essa questão figurou como preocupação de alguns representantes do poder público ao longo de algumas décadas, conforme se pode verificar já a partir da III Conferência Interamericana de Educação Comunitária, realizada em 1958, em que o então Prefeito Municipal Luiz Fernandes de Souza (1955-1959) expressou, de acordo com esses autores:

[...] sua grande preocupação com a educação no campo [a qual, segundo ele] parte de diversos problemas neste setor que, em confluência com outras situações, geravam consequências graves no meio urbano. Ele explicita essa situação, principalmente, na Conferência, no qual diz que o crescimento industrial e econômico de Divinópolis ocorreu de forma muito rápida, gerando uma maciça onda migratória das cidades vizinhas e das regiões rurais para a área urbana divinopolitana que, apesar da industrialização crescente, não conseguia oferecer um mercado de trabalho suficiente para atender essa demanda. Desta forma, Luiz acreditava que era importante controlar o êxodo do campo para o centro urbano, já que o controle migratório entre cidades estaria muito distante de sua alçada. (AGUIAR; VERTELO; AZEVEDO, 2019 p. 13).

Para o referido político, também de acordo com Aguiar, Vertelo e Azevedo (2019), esse êxodo rural teria duas grandes consequências: a ocorrência de condições socioeconômicas precárias, o que, conseqüentemente, provocaria a marginalização de considerável parcela da população e “a perda dos valores culturais construídos e compartilhados nas diversas comunidades que circunscreviam a cidade”. (AGUIAR; VERTELO; AZEVEDO, 2019, p. 13).

Essas colocações retomam discussão que Gupta e Ferguson (2000) apresentam, ao tratar do regime fordista de produção e o conseqüente aparecimento de periferias no entorno dos grandes centros industriais. Para os autores, na medida em que se constituíam lugares caracterizados como centro e periferia do capitalismo, “políticas nacionais de imigração garantiam que não houvesse um fluxo livre (isto é, anárquico, perturbador) de mão-de-obra para as ilhas de altos salários do centro capitalista”. (GUPTA; FERGUSON, 2000, p.32).

Desse modo, é possível afirmar, guardadas as devidas proporções, que a preocupação dos governantes das metrópoles capitalistas figura também no discurso do mandatário divinopolitano Luiz Fernandes de Souza (1955-1959), ao expressar sua preocupação com o êxodo rural para os limites da cidade de Divinópolis.

Mesmo diante desse contexto, afirma-se que o êxodo decorrente da industrialização de Divinópolis mostrou-se importante para a configuração atual da cidade, sendo hoje conformada, em termos espaciais, por uma região central com grande concentração de serviços e produtos, e várias regiões periféricas, incluídas as zonas rurais, de onde as

pessoas precisam se deslocar para usufruir da maioria dos serviços públicos e do comércio das regiões mais centrais.

É exatamente nessa zona mais central que opera a Biblioteca Pública Ataliba Lago. Instituição convertida em nosso objeto de pesquisa e para a qual procuraremos estabelecer, na seção seguinte, uma linha histórico-temporal com vistas a analisarmos, posteriormente, as relações que ela mantém com seus usuários. Conforme explicitado anteriormente, essas análises serão fundamentadas pelo aparato conceitual formulado pelos estudos subalternos.

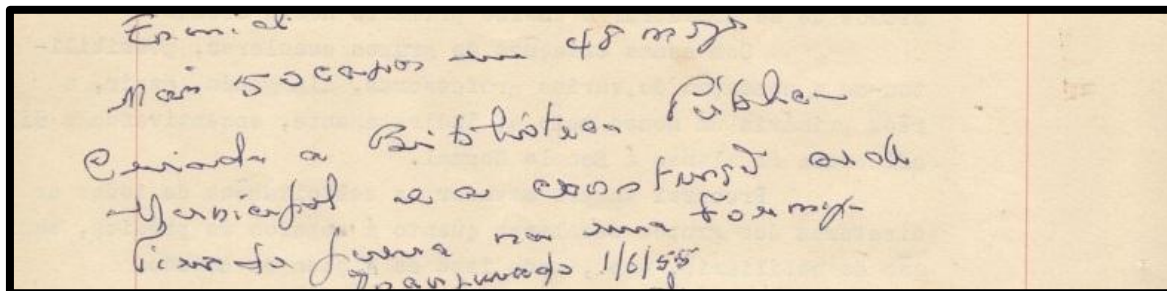
### 3.2 ATALIBA LAGO: a Biblioteca Pública Municipal de Divinópolis

Consta em nossas fontes que a autorização para se criar uma biblioteca pública em Divinópolis partiu, primeiramente, do Governo do Estado de Minas Gerais, que criou lei orientando a implementação de instituições do tipo em todo o Estado, tendo sido oficializada, posteriormente, por ato administrativo do Prefeito Municipal Jovelino Rabelo que, por meio da Lei Ordinária nº. 87, de 30 de junho de 1949, publicada no periódico “A Semana” em sua edição de 14 de agosto desse mesmo ano, decretou: *“O povo de Divinópolis por seus representantes decreta e eu sanciono a seguinte lei: Art. 1º -- Fica o Prefeito Municipal de Divinópolis autorizado a instalar a Biblioteca Pública Municipal nesta cidade”* (SEMANA, A - n.156-14.08.1949).

No entanto, apesar da autorização ter sido publicada no ano de 1949, a criação da Biblioteca Pública Municipal só se deu, efetivamente, em 08 de fevereiro de 1957, por meio da publicação da Lei Ordinária nº 406 que criou a instituição e estabeleceu a destinação da taxa de expediente para o seu funcionamento. Ainda em relação a esse movimento de criação da Biblioteca Pública Municipal, vale expor documento que contém um provável rascunho da prestação de contas da Prefeitura Municipal de Divinópolis:



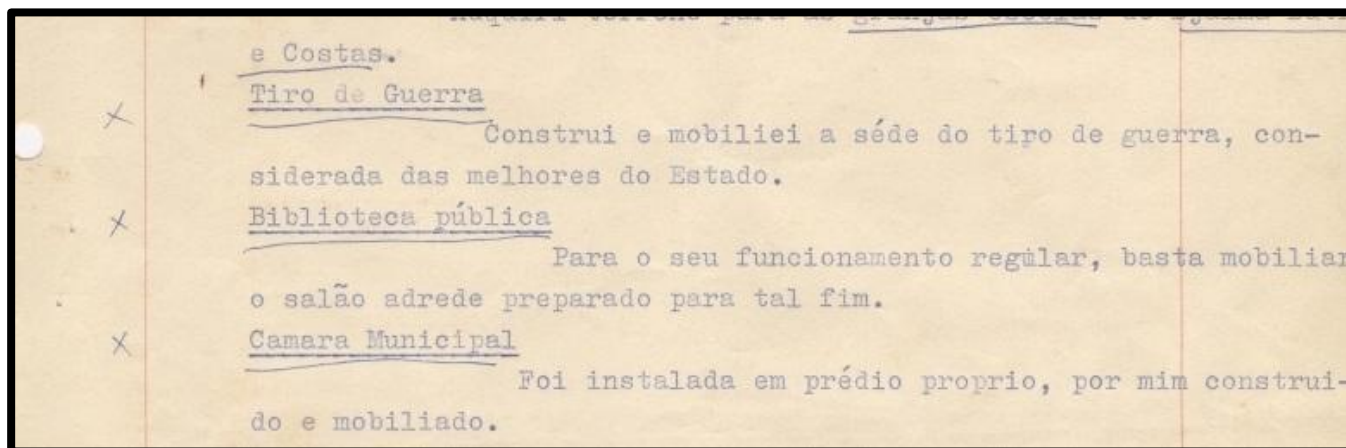
Figura 10 – *Print-screen* de trecho<sup>66</sup> extraído de possível documento de prestação de contas da Prefeitura de Divinópolis, durante a gestão do Prefeito Luís Fernandes de Souza



Fonte: Portal EMRedes<sup>67</sup>

O excerto acima sugere que a criação da Biblioteca Pública Municipal ocorreu ainda na gestão do prefeito Luís Fernandes de Souza (1955-1959) e que houve um movimento para construção da sede da instituição na Rua Formiga, no bairro Porto Velho, vizinho à região central. Entretanto, na versão final desse mesmo documento, encontra-se outra informação referente ao funcionamento da Biblioteca:

Figura 11 – *Print-screen* de trecho extraído de possível documento de prestação de contas da Prefeitura de Divinópolis, na gestão do Prefeito Luís Fernandes de Souza



Fonte: Portal EMRedes<sup>68</sup>

Esse trecho evidencia, apesar da citação anterior, que já existia a indicação de que a Biblioteca Pública Municipal deveria funcionar em um espaço previamente destinado a esse fim e não no prédio da rua Formiga.

<sup>66</sup> No documento pode-se ler o seguinte enunciado: “Criada a Biblioteca Pública Municipal e a construção da sede fixada (ilegível) na rua Formiga”.

<sup>67</sup> Disponível em: <http://www.emredes.org.br/mostrafoto.php?fotoid=58370>. Acesso em: 05 fev. 2020.

<sup>68</sup> Disponível em: <http://www.emredes.org.br/mostrafoto.php?fotoid=58371>. Acesso em: 05 fev. 2020.



Figura 13 – *Print-screen* de recibo de pagamento referente a compra de material de construção para a Biblioteca Pública

**Olaria Nossa Senhora da Guia**  
DE  
**ZUIZ ANTÔNIO DE OLIVEIRA PORFÍRIO**  
Vila Belo Horizonte — Divinópolis — Estado de Minas

Inscrição Estadual Nº. 314 Nota Fiscal Nº. 309

Divinópolis, 21 de Março de 1957

Remete à firma *Prefeitura Municipal Divinópolis*

Enderêço \_\_\_\_\_

Comprou a pedido de *Widico*

Quantidade	MERCADORIA	Preço
31500	<i>Tipos los 0,550" 0746</i>	17352,00
	<i>carroto de 4000 04109</i>	4000,00
	<i>Total 0746 17752,00 0746 1</i>	17752,00

*Divinópolis 29-06-1957*  
*Julio Antonio de Oliveira Porfírio*  
*Voto f. p. 29-3-57*

*Biblioteca Municipal*

*0746 17752,00*

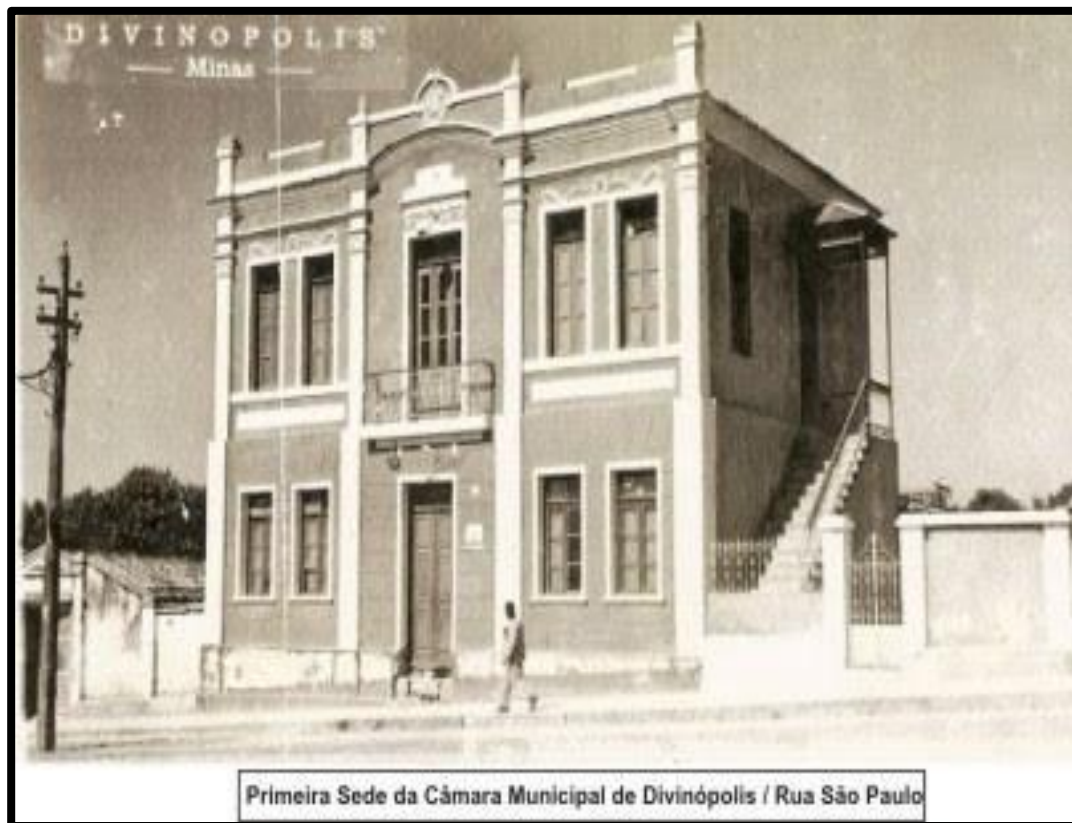
Fonte: Portal EMRedes<sup>70</sup>

Esses documentos demonstram que apesar dos esforços para a construção de uma sede para a Biblioteca Pública de Divinópolis, o que realmente ocorreu foi a sua implementação em uma edificação já existente. Desse modo, a Biblioteca Pública Municipal funcionou, em seus

<sup>70</sup> Disponível em: <http://www.emredes.org.br/mostrafoto.php?fotoid=44470>. Acesso em: 05 fev. 2020.

primeiros anos – a partir de 1957 – na Câmara Municipal de Divinópolis, situada à Rua São Paulo, região central da cidade, edificação que podemos visualizar na imagem a seguir:

**Figura 14 – Fotografia da fachada do antigo prédio da Câmara Municipal de Divinópolis**



Fonte: Blog Viagem, turismo e aventura<sup>71</sup>

Nossas fontes indicam que, nesse local, a biblioteca pública funcionava em uma pequena sala. No que tange ao público atendido pela instituição, não foi possível recolher informações, o mesmo ocorre com os processos iniciais de formação das suas coleções. Em entrevista inicial realizada com a direção da instituição, foi afirmado que não existem registros do acervo no momento da fundação da biblioteca. No entanto, alguns documentos encontrados em fontes arquivísticas referentes à memória de Divinópolis, aferiu-se indícios de que as primeiras compras de material bibliográfico foram realizadas em 1959, na gestão de Sebastião Guimarães:

---

<sup>71</sup> Disponível em: <https://viagemturismoaventura.blogspot.com/2017/11/divinopolis-minas-gerais-cem-anos-atras.html>. Acesso em: 06 fev. 2020.

Figura 15 – Recibo de pagamento referente a aquisição de acervo para a Biblioteca

*Livraria Arte e Instrução*  
TUDO PARA INSTRUIR A CRIANÇA  
REVENDEDOR DAS EDITORAS "JACKSON E MÉRITO"  
Rua da Bahia, 558 – Tel. 2-4611 – Caixa Postal 147 – Belo Horizonte – Minas

Cr\$ 950,00 Inicial N.º 427

Sr. Biblioteca Pública Municipal

Pagou a LIVRARIA ARTE E INSTRUÇÃO a importância de  
noventa e cinco reais  
relativa a Inicial de seu pedido de crédito para a compra da(s) obra(s)  
Enciclopédia Moderna

Selado Cr\$ ISENTO

Vendedor: [Assinatura] Local/Data: Divinópolis 25 agosto 1959

Obs. – O vendedor está autorizado a receber, somente a Inicial.

ASSIMALE O QUE FALTA EM SUA BIBLIOTECA

- Tesouro da Juventude
- Mando Floresco
- Horas Preciosas
- Biblioteca Infantil
- Machado de Assis
- Humberto de Campos
- Era de Ouro
- Os Clássicos
- Biblioteca de Música
- Biblioteca Colonial
- História do Brasil
- História das Américas
- História das Civilizações
- ENCICLOPÉDIAS
- Enc. Brasileira Mérito
- Enc. Prática Jackson
- Lelo Universal
- Webster's

Solicite informações:  
Caixa Postal 147  
B. Horizonte

Fonte: Portal EMRedes<sup>72</sup>

Figura 16 – Ordem de pagamento referente a aquisição de acervo para a Biblioteca

Prefeitura Municipal de Divinópolis

ORDEM DE PAGAMENTO

N.º 2058 CR\$ 950,00

Distrito de *Olinda*

Dotação orçamentária: *8-34-2 aquisição de livros para a biblioteca municipal - Bancada Pública*

Fica o Sr. Chefe do Serviço de Fazenda autorizado a pagar ao Sr. *Livraria Arte e Instrução* a quantia de *noventa e cinco reais*

proveniente de pagamento inicial da *Enciclopédia Moderna*

Prefeitura Municipal de Divinópolis, 22 de *Setembro* de 19 *59*

O Prefeito *Adalberto Farias Figueiredo* O Contador

Receb. do Sr. Chefe do Serviço de Fazenda, a importância supra de *noventa e cinco reais* da qual pass. o presente recibo triplicata

Divinópolis, 22 de *Setembro* de 19 *59*

Fonte: Portal EMRedes<sup>73</sup>

<sup>72</sup> Disponível em: <http://www.emredes.org.br/mostrafoto.php?fotoid=48979>. Acesso em: 05 fev. 2020.

<sup>73</sup> Disponível em: <http://www.emredes.org.br/mostrafoto.php?fotoid=48978>. Acesso em 05 fev. 2020.

Nota-se que a compra registrada no recibo se refere a uma enciclopédia, publicação muito comum em bibliotecas públicas. Chama a atenção nesse documento a iniciativa do próprio fornecedor de sugerir de autores e temas que poderiam compor as próximas compras da instituição.

Em 1965, com a derrubada do antigo prédio do Poder Legislativo Municipal para a construção do Fórum judiciário, o acervo foi recolhido e guardado no extinto Colégio Frei Orlando, situado na Avenida 21 de abril, no centro da cidade, ficando ali armazenado em caixas por quase uma década. Posteriormente, em 1973, na gestão do prefeito Antônio Martins Guimarães (1973-1977), a biblioteca foi reativada, sendo fixada no Centro Cultural do Povo, localizado na Praça Governador Benedito Valadares, também na Avenida 21 de abril.

Na fotografia abaixo, podemos verificar o momento da inauguração da biblioteca nesse endereço, com a presença do Diretor da biblioteca, Odilon Santiago, além de José Arimathéa Mourão, Presidente da Academia Divinopolitana de Letras e do Prefeito Antônio Martins Guimarães.

**Figura 17 – Fotografia do evento de inauguração da Biblioteca Municipal, em 1973**



De acordo com informações fornecidas por funcionários da biblioteca, somente nesse período a instituição passa a realizar empréstimos domiciliares, ação responsável por reforçar sua característica de biblioteca pública. No entanto, o espaço reservado para seu funcionamento recebeu inúmeras críticas. Segundo Márcio Ferreira dos Santos, no texto “A Biblioteca Pública em questão”, publicado em 06/10/1973 no Jornal *A Semana* (conferir Anexos), apesar de a prefeitura demonstrar grande interesse pelo desenvolvimento educacional do município, a Biblioteca Pública Municipal estaria sendo esquecida pela administração. Dentre as críticas apresentadas pelo colunista estão as más condições de ventilação e iluminação do prédio escolhido, além da falta de segurança e de espaço para dispor o acervo.

Em 1976 a instituição recebeu, por meio da Lei Ordinária nº. 1188 de 11 de maio, a denominação de Biblioteca Pública Ataliba Lago:

O povo de Divinópolis, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono a seguinte lei: Art. 1º-- A Biblioteca Pública da cidade passa a denominar-se "Biblioteca Pública Ataliba Lago"; Art. 2º-- Revogadas as disposições em contrário, entrará esta lei em vigor na data de sua publicação. (DIVINÓPOLIS, 1976).

Essa denominação foi registrada com o intuito de homenagear o Jornalista e escritor Ataliba Lago, que residiu durante muitos anos na cidade e cumpriu importante papel para a cultura de Divinópolis, o que se evidencia em notícia publicada no Jornal *A semana*, no dia 22/05/1976:

A Prefeitura, através de lei recentemente referenda (sic) pela Câmara Municipal, deu a denominação de Ataliba Lago à Biblioteca pública da cidade, prestando merecida homenagem ao jornalista que por muitos anos residiu nesta cidade, identificando-se com seu povo e suas aspirações. [...] Pela inteligência e pela cultura. Ataliba Lago soube servir a Divinópolis que tem para com sua memória o dever da gratidão [...]. (A SEMANA, 1976).

Como se pode perceber, mesmo não tendo nascido em Divinópolis, Ataliba Lago foi importante figura para a cidade, destacando-se, segundo a publicação, pela sua inteligência e cultura.

**Figura 18 – *Print-screen* de fotografia do Jornalista e escritor Ataliba Lago, retirada de reportagem audiovisual em ocasião de sua homenagem na Feira Literária de Divinópolis, em 2018**



Fonte: YouTube<sup>74</sup>

Após esse período, a biblioteca foi remanejada mais uma vez, passando a desenvolver suas atividades na Praça da Estação, Rua Rio de Janeiro, 128, próxima ao antigo prédio da Rodoviária de Divinópolis, região central da cidade.

**Figura 19 – *Print-screen* de imagem da fachada do imóvel situado à Rua Rio de Janeiro, 128, terceiro local onde a biblioteca foi instalada**



Fonte: Google Maps<sup>75</sup>

<sup>74</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YEUjWo4a1Qc>. Acesso em 06 fev. 2020.

<sup>75</sup> Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-20.1435069,-44.8865079,3a,90y,14.07h,91.86t/data=!3m7!1e1!3m5!1swjoXzFWf->



Nessa época, segundo documentos recolhidos na Hemeroteca da Biblioteca Pública, seu acervo já possuía aproximadamente 11.633 volumes. Contudo, em 19 de outubro de 1984 ela foi realocada para um imóvel localizado na Avenida Sete de setembro, n. 1148, no qual permaneceu até o ano de 1995. Durante esse período, mais precisamente em 1985, tornou-se Biblioteca-Polo Regional do Sistema Estadual de Bibliotecas.

Essa configuração delegou à Ataliba Lago novas funções e projeção, o que ocorreu, inicialmente, em sete cidades mineiras, a partir da publicação do Decreto nº. 23512, de 6 de abril de 1984, que dispõe sobre o Sistema Operacional de Cultura. No documento, intitulado “Bibliotecas-polo: uma nova realidade cultural” (conferir nos anexos), descreve-se a criação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, objetivando a “democratização da informação, cultura e educação”. Informa, ainda, que no momento da criação do Sistema, Minas Gerais contava com 545 bibliotecas públicas cadastradas que seriam organizadas em polos regionais, “catalizadores, centralizadores e disseminadores da informação, considerando as peculiaridades geográficas, econômicas e sociais de seu espaço e abrangência”. Devido a essas características, a Biblioteca Pública Ataliba Lago foi escolhida como Biblioteca-Polo, juntamente com as bibliotecas das cidades de Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Poços de Caldas, Uberaba e Uberlândia.

Com relação às funções a serem exercidas por essas bibliotecas, o documento dispõe que, nas reuniões de preparação para a implantação do Sistema, as seguintes sugestões foram levantadas para o trabalho das Bibliotecas-Polo:

1 – Fazer mapeamento dos recursos de informação existentes a nível regional (bibliotecas municipais vizinhas, centros de estudos folclóricos, casas de cultura etc.) abertas ao uso do público; 2 – verificar as necessidades prioritárias de assistência técnica; 3 – promover Encontros Regionais; 4 – providenciar cursos de treinamento de pessoal; 5 – estimular programas de animação cultural; 6 – orientar o planejamento, execução e avaliação das atividades; 7 – divulgar informações de interesse regional; 8 – colaborar com as bibliotecas públicas dos municípios vizinhos; 9 – cooperar em projetos de planejamento e execução de construção e reforma de prédios das bibliotecas públicas; 10 – cooperar em projetos de extensão bibliotecária [...] para atendimento a público de bairros afastados da sede, de zonas rurais, presos, idosos e outros usuários especiais. (BIBLIOTECAS-PÓLO: UMA NOVA REALIDADE CULTURAL, s.d.)

Pode-se afirmar que essas funções assinalam para o viés democrático que as bibliotecas públicas devem assumir, os quais serão arrolados, posteriormente, pelo Manifesto da

UNESCO/IFLA de 1994. No entanto, é preciso registrar aqui alguns questionamentos que buscaremos responder na sequência deste trabalho: em que medida a Biblioteca Pública Ataliba Lago assumiu essas funções? Ela ainda exerce o papel de biblioteca-polo? As respostas a essas questões poderão ajudar no entendimento acerca do modo como a biblioteca se relaciona com os princípios democráticos de acesso universal e com os vários grupos populacionais de Divinópolis.

Retornando ao histórico de mudanças de endereço da biblioteca, em 1995, sob a administração do Prefeito Aristides Salgado dos Santos, foi novamente transferida, nessa ocasião para a Rua Espírito Santo, n. 588, Centro. Em 1997 é movida para outro endereço, agora na Avenida Sete de setembro, n. 818, local onde funcionava anteriormente uma agência da Caixa Econômica Federal.

De acordo com a matéria “Biblioteca Pública sem espaço para atender à demanda”, divulgada em 20/09/2001 pelo Jornal *Magazine* (conferir Anexos), a Biblioteca Pública Ataliba Lago não estaria conseguindo atender à população, uma vez que se encontrava constantemente lotada, o que obrigava estudantes e pesquisadores a retornarem às suas casas pela falta de espaço para realizar suas atividades. Nesse período, ainda segundo o jornal, a instituição recebia um público que chegava a 1600 pessoas por dia, tendo a biblioteca atendido no mês anterior cerca de 25 mil usuários. Para o autor da matéria, a situação havia se complicado ainda mais após uma doação de cerca de 11 mil livros que a biblioteca recebera, mas que, pela falta de espaço, não possuía condições de serem disponibilizados ao público.

Essa mesma matéria chama a atenção para uma verba destinada à construção da sede da biblioteca que seria aplicada no ano de 2002, sugerindo que ela deveria ser construída em um lote da Prefeitura localizado ao lado da Capela de Santa Cruz, situada à Rua Minas Gerais, centro da cidade. Finalmente, sem que essa sede saísse do papel, a biblioteca foi transferida, em agosto de 2006, para os dois primeiros andares do edifício José Jaime, localizado na Avenida Sete de setembro, n. 1160, mesmo prédio onde funcionara de 1984 a 1995 e que abrigou a biblioteca até o mês de março de 2021, quando foi fechada temporariamente para a realização de uma nova realocação. Abaixo, segue fotografia da entrada da unidade, além de imagens da estrutura interna da biblioteca, quando ainda funcionava no endereço supracitado.

**Figuras 20 e 21 – Fotografias da fachada e entrada do imóvel situado à Avenida Sete de setembro, 1160, sede da Biblioteca de 2006 até 2021**



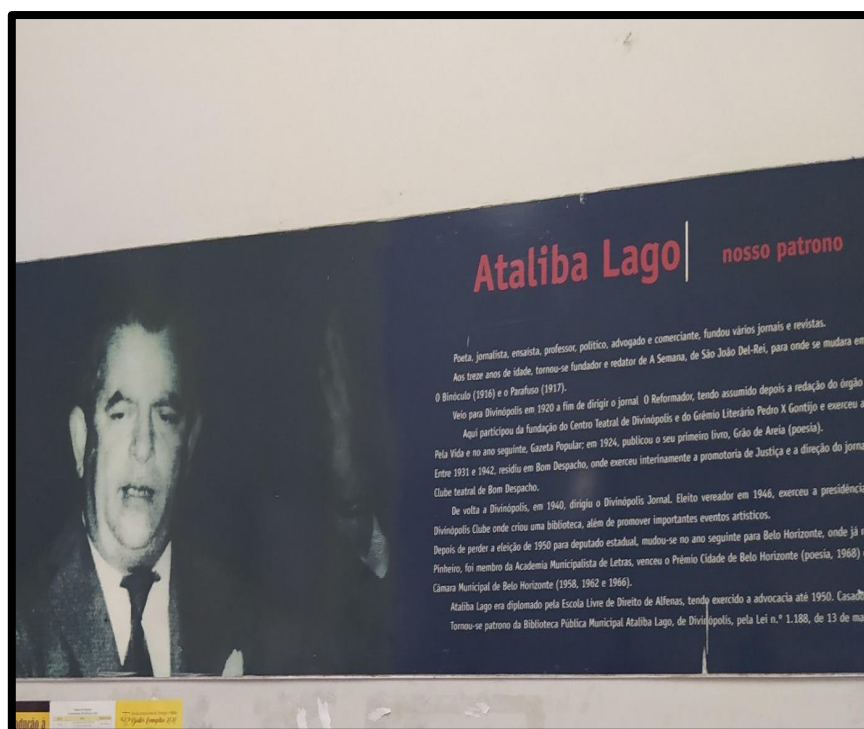
Fonte: Acervo do autor

**Figuras 22, 23 e 24 – Fotografias do espaço interno do imóvel situado à Avenida Sete de setembro, 1160 e da rampa de acesso ao segundo andar**



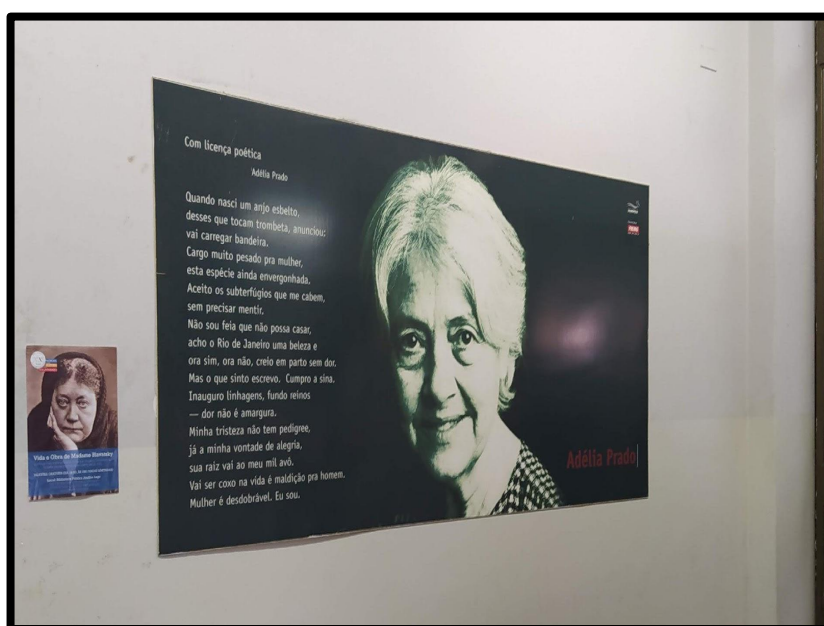
Fonte: Acervo do autor

Figura 25 – Fotografia de homenagem ao patrono da Biblioteca, Ataliba Lago



Fonte: Acervo do autor

Figura 26 – Fotografia de homenagem à Adélia Prado, uma das principais expoentes da literatura brasileira, nascida e residente em Divinópolis



Fonte: Acervo do autor

Na atualidade, diferente do que ocorrera anteriormente, quando todas as unidades ficavam concentradas no centro da cidade, a Biblioteca Ataliba Lago encontra-se localizada no Bairro Esplanada, mais precisamente na Avenida Coronel Júlio Ribeiro Gontijo, número 420. Apesar de não estar mais localizada em uma área central do município, vale ressaltar que o bairro no qual funciona sua sede fica próximo ao centro de Divinópolis. Para que a mudança ocorresse, a Prefeitura Municipal de Divinópolis, por meio do Decreto nº 14.226, de 25 de fevereiro de 2021<sup>76</sup>, suspendeu as atividades da Biblioteca Pública. No mesmo decreto foi criada a Comissão Especial para Gerenciamento, Execução e Fiscalização dos atos necessários à mudança de endereço e ao traslado do acervo patrimonial público que compõe os fundos da Biblioteca. O atendimento ao público ficou suspenso por aproximadamente noventa dias, tendo a nova sede sido inaugurada no aniversário da cidade, no primeiro dia do mês de junho.

Nas fotografias a seguir são apresentadas a entrada e o espaço interno da nova sede da biblioteca, agora denominada Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago:

**Figura 27 – Fotografia da fachada do imóvel que abriga a nova sede da biblioteca, situado no Bairro Esplanada, inaugurado no mês de junho de 2021**



Fonte: Prefeitura Municipal de Divinópolis/Divulgação

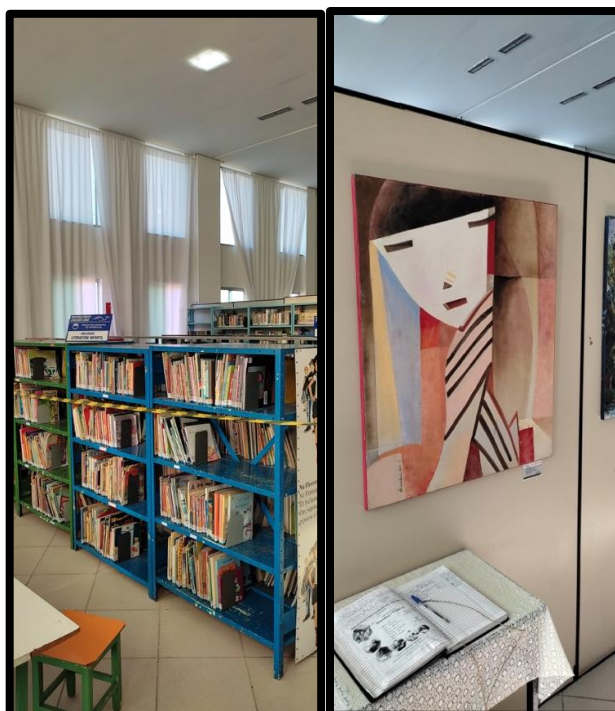
<sup>76</sup> Disponível em: <https://www.divinopolis.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/8282/ataliba-lago-suspende-atendimento-para-mudanca-de-endereco>. Acesso em: 20 jul 2021.

**Figuras 28 e 29 – Fotografias da recepção, do balcão de atendimento e de estantes da biblioteca**



Fonte: Acervo do autor

**Figuras 30 e 31 – Fotografias da seção de literatura infantojuvenil e de exposição de artes**



Fonte: Acervo do autor

Figura 32 – Fotografia do espaço interno da biblioteca, jogos de xadrez



Fonte: Acervo do autor

É preciso dizer que houve um debate público sobre a mudança de sede da biblioteca, amplificado mediante divulgação em alguns jornais locais e nas redes sociais, sendo posteriormente justificada pela administração do Prefeito Gleidson Azevedo (2021-2024). De acordo com a justificativa, o principal motivo foi econômico, uma vez que o aluguel da sede anterior girava em torno de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) mensais. Na nova sede o valor do aluguel seria de R\$ 9.000,00 (nove mil reais)<sup>77</sup>.

Sobre sua estrutura administrativa, é importante dizer que a Biblioteca se encontra vinculada à Secretaria de Cultura de Divinópolis, juntamente com o Arquivo, o Museu e o Teatro Municipal, concentrados na mesma diretoria e com gerência geral compartilhada.

No tocante à sua estrutura física, a Ataliba Lago possui os seguintes espaços: Sala de apoio à pesquisa; Centro de democratização digital; Centro de Memória do Livro; Empréstimo/Escaquinho; Extensão cultural; Hemeroteca; Infanto-juvenil; Processamento técnico; Sala de estudos; e Videoteca. Vale ressaltar, também, a existência de duas sucursais da biblioteca: a unidade "Cenira Manatta Soares" e a Biblioteca "Tito Soares Ferreira", a

---

<sup>77</sup> Disponível em: <https://www.divinopolis.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/8282/ataliba-lago-suspende-atendimento-para-mudanca-de-endereco>. Acesso em: 20 jul 2021.

primeira localizada em um bairro da periferia da cidade e a segunda instalada na zona rural do município.

A partir do levantamento que subsidia a realização desta pesquisa, foi possível apurar que a Biblioteca Pública Ataliba Lago conta com um acervo de cerca de 92.000 (noventa e dois mil) itens, dentre apostilas, livros, material multimídia e vários periódicos. Conforme o extrato do documento apresentado na sequência, consta que a Biblioteca possui, 17.595 (dezessete mil, quinhentos e noventa e cinco) usuários, os quais foram cadastrados entre os anos de 2009 e 2019.

**Figura 33 – Extrato de documento gerado pelo sistema da Biblioteca Ataliba Lago constando o número de usuários cadastrados (2009-2019<sup>78</sup>)**

Unidade	Total usuários
<sem classificação>	14
Biblioteca Central - Divinópolis	17576
Biblioteca Sucursal Cenira Manata - Divinópolis	5
<b>Total:</b>	<b>17595</b>
<b>Total:</b>	<b>17595</b>

Fonte: Biblioteca Pública Ataliba Lago

<sup>78</sup> Vale ressaltar que o documento acima demonstrado foi gerado pelo sistema da Biblioteca Pública Ataliba Lago, conforme requisitado pelo autor desta pesquisa e que os campos de datas foram preenchidos pelo funcionário que gentilmente atendeu ao nosso pedido. No entanto, existe um erro no preenchimento da data final do levantamento que optamos por não alterar, sem prejuízo para os resultados do trabalho.



O número de empréstimos realizados entre os anos de 2009 e 2019 foi de 368.188 (trezentos e sessenta e oito mil, cento e oitenta e oito), segmentados anualmente de acordo com a figura a seguir:

**Figura 34 – Extrato de documento gerado pelo sistema da Biblioteca Ataliba Lago constando o número de empréstimos por ano (2009-2019)**

Ano	Empréstimos
2009	4612
2010	39890
2011	40097
2012	45103
2013	43068
2014	37538
2015	38129
2016	27169
2017	28718
2018	33013
2019	30851
<b>Total :</b>	<b>368188</b>

Fonte: Biblioteca Pública Ataliba Lago

A partir dessa tabela<sup>79</sup> percebemos que nos últimos dez anos a Biblioteca apresentou uma média de 33.471 empréstimos anuais, contudo, vale considerar que a contabilização eletrônica das estatísticas da instituição somente começou a ser realizada apenas no ano de 2009.

Anteriormente a esse período, de acordo com os funcionários da instituição, dados esparsos sobre as rotinas da instituição somente poderiam ser recuperados a partir de publicações periódicas que davam conta do fluxo de usuários e empréstimos da biblioteca. Um exemplo desse tipo de publicação e dos dados que ela fornece pode ser apreendido a partir de matéria jornalística publicada no ano de 2000, pelo *Jornal Agora*, cujo registro pode ser encontrado nos anexos deste trabalho.

<sup>79</sup> Vale ressaltar que todos os relatórios utilizados nesta pesquisa foram fornecidos pela direção da Biblioteca a pedido do autor da pesquisa, tendo sido gerados a partir do ano em que o registro eletrônico começou a ser efetivado.

Em seu conjunto, essas informações ajudam a demonstrar como a instituição se desenvolveu ao longo dos anos. Por meio delas podemos mensurar que, se em 1999 a biblioteca possuía cerca de 2.900 usuários cadastrados, em 2019 esse número saltou para 17.576 (dezessete mil, quinhentos e setenta e seis) registros.

No que tange à sua missão, de acordo com texto publicado na página virtual da instituição, expressa-se que a Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago visa o atendimento à sociedade em geral por meio do oferecimento de serviços públicos de livre acesso à leitura, à informação e aos registros de expressão cultural e intelectual humana, independente de idade, raça, credo, grau de escolaridade, nível social, faixa etária e nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa em sua diversidade e pluralidade, desenvolvendo atividades de caráter informativo, cultural e educacional. Da forma como está disposto, percebemos de imediato que esse texto faz coro às disposições do Manifesto da UNESCO/IFLA sobre Bibliotecas Públicas.

Com relação aos serviços que a instituição disponibiliza aos seus usuários, pode-se dizer que eles são organizados por setores:

**1 - Apoio à pesquisa**<sup>80</sup>: apoia pesquisas e oferece subsídios fundamentais a todos os pesquisadores, sendo seu acervo constituído por obras de referência (dicionários, enciclopédias), bibliografias, literaturas, guias, manuais, mapoteca, livros didáticos, obras informativas, abrangendo todas as áreas do conhecimento. Possui, ainda, um vasto acervo na área de literatura das diversas nacionalidades, dando destaque para a “Literatura Divinopolitana”. Serviços prestados: atendimento ao público em geral; pesquisa bibliográfica, preservação e conservação do acervo patrimonial, orientação a trabalhos escolares e acadêmicos, orientação no uso da biblioteca e fornecimento de informações de utilidade pública;

**2 - Centro de democratização digital**<sup>81</sup>: visa garantir acesso gratuito à internet;

**3 - CML (Centro Memória do Livro)**<sup>82</sup>: tem por função reunir, preservar e divulgar registros históricos, sendo composto por obras completas, autografadas, obras com dedicatórias, obras consideradas especiais e edições de baixa tiragem, com valor único para a história da humanidade. A seção destaca-se pela sua riqueza e

---

<sup>80</sup> Disponível em: <http://177.69.246.150:8182/biblagosecoes/apoio.html>. Acesso em: 06 fev. 2020.

<sup>81</sup> Disponível em: <http://177.69.246.150:8182/biblagosecoes/digital.html>. Acesso em: 06 fev. 2020.

<sup>82</sup> Disponível em: <http://177.69.246.150:8182/biblagosecoes/cml.html>. Acesso em: 06 fev. 2020.

diversidade, reunindo dentre suas coleções a Mineiriana, composta por obras representativas da produção intelectual de escritores mineiros de todas as épocas com temas ligados à Minas Gerais;

**4 - Empréstimo / escaninho (guarda-volumes)**<sup>83</sup>: A atividade básica do setor é o empréstimo e a devolução de livros. Informa-se que o leitor da Biblioteca pode fazer empréstimo de até (2) dois livros, sendo que o prazo para a devolução é de 7 (sete) dias, podendo ser renovado por mais 7 (sete) dias caso não haja reserva da obra no sistema. Além disso, a seção conta com um guarda-volumes de uso exclusivo durante a permanência do usuário na Biblioteca;

**5 - Extensão cultural**<sup>84</sup>: tem como objetivo estabelecer uma ponte entre o conhecimento da cultura e da arte com o público por meio de visitas orientadas e outras atividades. Organiza atividades que, tanto podem ser de visitas orientadas ao público escolar, quanto a outras faixas etárias, possibilitando a realização de oficinas, noite da poesia, hora do conto, lançamento de livros, palestras, exposições diversas, ateliês, bem como atividades de lazer. Conta também com a Sala Multimeios “Adélia Prado”, espaço destinado à realização das atividades propostas pelo setor;

**6 - Hemeroteca (periódicos)**<sup>85</sup>: responde pelo atendimento às pesquisas sobre temas da atualidade, além de manter assinatura dos principais jornais e revistas nacionais. Confecciona e disponibiliza as chamadas “pastas de recortes de jornais”, as quais, como a própria denominação indica, guardam recortes de matérias jornalísticas relevantes, servindo de apoio e agilizando a realização de trabalhos escolares, projetos e pesquisas em geral;

**7 - Infanto-juvenil**<sup>86</sup>: espaço lúdico, com um acervo constituído de obras de referência, livros para pesquisa e literatura, recortes informativos, revistas em quadrinhos, arquivo de gravuras, brinquedoteca, etc.;

**8 - Processamento técnico**<sup>87</sup>: desenvolve a atividade de seleção, aquisição e organização do acervo bibliográfico e audiovisual, além de preservar, conservar, catalogar o patrimônio público e torná-lo acessível aos usuários;

---

<sup>83</sup> Disponível em: <http://177.69.246.150:8182/biblagosecoes/emprestimo.html>. Acesso em: 06 fev. 2020.

<sup>84</sup> Disponível em: <http://177.69.246.150:8182/biblagosecoes/acao.html>, Acesso em: 06 fev. 2020.

<sup>85</sup> Disponível em: <http://177.69.246.150:8182/biblagosecoes/hemeroteca.html>. Acesso em 06 fev. 2020.

<sup>86</sup> Disponível em: <http://177.69.246.150:8182/biblagosecoes/infantil.html>. Acesso em: 06 fev. 2020.

<sup>87</sup> Disponível em: <http://177.69.246.150:8182/biblagosecoes/processamento.html>. Acesso em: 06 fev. 2020.

**9 - Sala de estudos<sup>88</sup>**: espaço no qual o usuário, em grupo ou individualmente, pode estudar consultando o seu próprio material;

**10 – Videoteca**: Acervo audiovisual constituído de DVD's, CD's, CD-ROM, fitas VHS, fitas cassetes, cujos conteúdos são técnicos, didáticos e/ou de lazer, sendo sua consulta e exibição local organizadas por agendamento prévio.

É preciso dizer que faz parte das propostas da instituição a ampliação dos serviços para atender a usuários especiais, bem como a bairros periféricos por meio de unidades de extensão, de projetos como o “biblioteca na praça<sup>89</sup>”, dentre outros. Segundo a administração da Ataliba Lago, além de participar ativamente do desenvolvimento da cidade, proporcionando suporte informacional, a instituição busca realizar exposições que contem a história de Divinópolis, além de eventos que promovam a integração social e cultural da população. É preciso, no entanto, analisar a qual público a Biblioteca e o poder público se referem, o que poderá ser elucidado mais adiante, no terceiro capítulo desta dissertação, que tratará das entrevistas com representantes da Prefeitura Municipal, com a direção da biblioteca e com seus funcionários.

Outra informação relevante acerca da história da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago diz respeito ao fato de que, no ano de 1974, foi criada a Associação SAB (Sociedade Amigos da Biblioteca), entidade sem fins lucrativos posteriormente denominada Sociedade Amigos da Biblioteca - Arte & Cultura (SAB & AC).

A entidade, que se apresenta como parceira da Biblioteca desde sua criação, tem como objetivos a obtenção de recursos destinados à aplicação e atualização da Biblioteca Pública; o apoio à criação de bibliotecas sucursais, de interesse para setores organizados da sociedade, como conselhos urbanos e rurais, sindicatos e demais entidades que revelem vocação pela difusão da leitura e das expansões culturais do município, multiplicando as iniciativas nesse sentido; a promoção e apoio a movimentos sociais com vistas à expansão de atividades artísticas e científicas da comunidade, incentivando o desenvolvimento das vocações para a literatura, artes plásticas, música, teatro, dança e outras manifestações culturais locais; a participação ativa em programas educacionais do município, entre outros.

---

<sup>88</sup> Disponível em: <http://177.69.246.150:8182/biblagos/secoes/salaestudos.html>. Acesso em 06 fev. 2020.

<sup>89</sup> O projeto “Biblioteca na praça” consiste em um conjunto de ações de incentivo à leitura, oferecido pela Biblioteca Ataliba Lago em várias praças da cidade.

Um dos ganhos advindos dessa parceria foi a construção e abertura ao público do Teatro Municipal Usina do Gravatá, instalado no prédio da Usina Gravatá<sup>90</sup>, construído em 1932. Essa edificação, tombada como patrimônio histórico local, passou por uma restauração e hoje abriga a principal casa de espetáculos artísticos da cidade, além de servir como sede para a FLID – Festa Literária de Divinópolis, que em 2019 completou sua quinta edição, inserindo a cidade no roteiro das festas literárias, muito populares atualmente no Brasil.

**Figura 35 – Fotografia da Festa Literária de Divinópolis, ano 2019**



Fonte: Página Oficial da FLID 2019<sup>91</sup>

Um fato que chama a atenção e que merece destaque neste trabalho diz respeito ao itinerário percorrido pela Biblioteca Ataliba Lago ao longo dos seus mais de 60 anos de existência. Conforme foi possível constatar, a instituição ocupou diversos imóveis, todos localizados na região central da cidade, a exemplo de outras bibliotecas públicas, como a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, por exemplo. Nos mapas a seguir é possível observarmos a concentração das sedes da biblioteca na região central:

---

<sup>90</sup> A Usina de Álcool Motor de Mandioca do Estado de Minas Gerais, a primeira do gênero na América Latina, foi inaugurada na década de 1930. Nos anos de 1950 a usina passou a pertencer à Companhia Agrícola de Minas Gerais (CAMIG), sendo transformada em um depósito.

<sup>91</sup> Disponível em: <http://www.flid.com.br/>. Acesso em: 06 fev. 2020.



Essas duas figuras, além de demonstrarem que a Biblioteca Pública, apesar de suas várias transferências, sempre teve sua sede localizada na região central da cidade, assinalam que equipamentos culturais como ela sempre estão subjugados aos interesses políticos de seus administradores.

Para além dessas constatações, em virtude de ter funcionado sempre na área central da cidade e levando-se em consideração uma preocupação existente da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago de atender *in loco* seus usuários, inclusive aqueles residentes em comunidades periféricas, idealizou-se um projeto para criação de duas sucursais, a unidade "**Cenira Manatta Soares**" e a Biblioteca "**Tito Soares Ferreira**", voltadas para prestar serviços biblioteconômicos especialmente à população que vive em regiões distantes do centro da cidade.

Em termos concretos, a unidade "Cenira Manatta Soares" foi criada em dezembro de 2003 por meio da Lei nº 5816. Localiza-se no prédio do Centro de Referência de Assistência Social – (CRAS) – Nordeste, situando-se à Rua José Santos Silva, nº 45, no Conjunto Habitacional Danilo Passos, bairro construído na década de 1980, iniciativa da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB/MG). Nas fotografias abaixo podemos visualizar a fachada do edifício onde também funciona o Centro Municipal de convivência do Idoso.

**Figuras 38 e 39 – Fotografias da fachada do CRAS Nordeste e do Centro Municipal de Convivência do Idoso**



Fonte: Acervo do autor

Em termos espaciais, o Conjunto Habitacional Danilo Passos localiza-se na região nordeste do município e possui população estimada de 10 mil habitantes. Com relação aos serviços públicos oferecidos, além do CRAS e do centro de convivência, informa-se que o bairro possui duas escolas públicas, sendo uma da Rede Estadual e outra da Rede Municipal de Educação, um centro de saúde municipal e um centro de convivência destinado a crianças e adultos com limitações cognitivas.

Com relação à unidade bibliotecária localizada na comunidade, após visita ao local, afirma-se que a mesma se encontra desativada, o que pode ser constatado nas fotografias que serão apresentadas mais abaixo.

**Figura 40 – Fotografia da entrada da biblioteca “Cenira Manatta Soares”**



Fonte: Acervo do autor

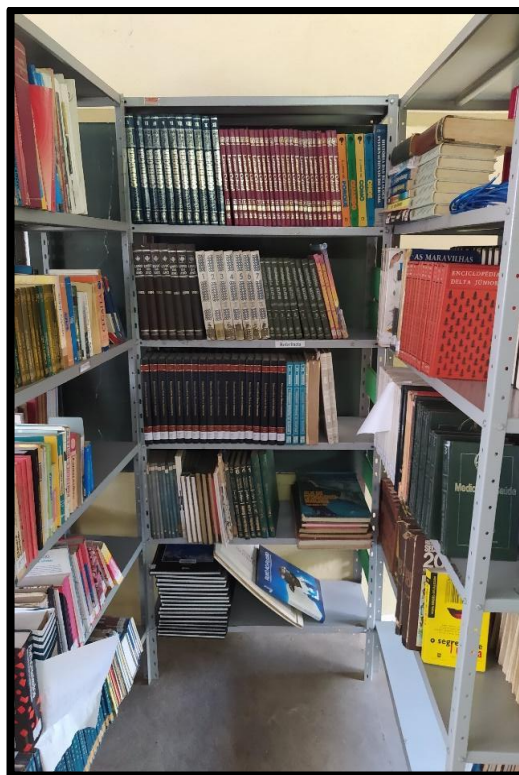


Figura 41 e 42 – Fotografias do interior e parte do acervo da biblioteca “Cenira Manatta Soares”



Fonte: Acervo do autor

Figura 43 – Fotografias do interior e parte do acervo da biblioteca “Cenira Manatta Soares”



Fonte: Acervo do autor

Conforme reportagem recolhida no Jornal Magazine, em edição de 20 de agosto de 2005, a biblioteca “Cenira Manatta Soares” foi inaugurada naquele ano, e contava com um acervo inicial de 3000 exemplares, sob responsabilidade da bibliotecária Tânia Marilza Santos, funcionária designada pela direção da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago para assumir a coordenação da unidade. Naquele momento, o CRAS Nordeste ainda não havia sido criado e a instituição que funcionava no prédio era o Centro de Educação, Apoio e Convivência do Adolescente de Divinópolis (CEACAD). Consta na matéria que a criação de tal iniciativa se deu pelo fato de muitos jovens da periferia não terem condições de se deslocar até o centro da cidade para frequentar a Ataliba Lago. Ainda de acordo com a reportagem, a biblioteca do CEACAD funcionava de 8 às 12 horas, atendendo aos alunos da instituição e de 13 às 17 horas era aberta a toda comunidade.

Como é possível perceber nos registros fotográficos, após seu fechamento, a biblioteca tem sido utilizada como depósito por parte da direção do CRAS, sendo que, juntamente com os livros que compõem a coleção da unidade, encontram-se móveis que não estão sendo utilizados pelo Centro e também outros materiais de consumo daquela instituição.

Ao indagar a direção do CRAS sobre a situação atual da biblioteca “Cenira Manatta Soares”, foi-nos informado que ela se encontra fechada devido à baixa procura que ocorreu por parte dos leitores na ocasião de seu funcionamento. Devido a isso, a Prefeitura decidiu retornar com o funcionário para a Biblioteca Ataliba Lago, deixando a sucursal temporariamente desativada. A diretora do CRAS informou, ainda, que pretende solicitar à direção da Ataliba Lago a retirada do acervo e mobiliário que lá se encontra, uma vez que ela considera existir outra destinação para a sala caso a sucursal não seja reativada. Outro fator que causa preocupação à diretora é o fato de a instituição não poder cuidar adequadamente da coleção, especialmente no que tange a questões de segurança e conservação.

No início do mês de outubro de 2021, o CRAS foi transferido para a rua Rubi nº 284, bairro Niterói, sob a justificativa de que nesse endereço atenderia melhor a população dos bairros da região Nordeste. A biblioteca “Cenira Manatta Soares”, no entanto, continua com as portas fechadas, lotada no endereço antigo, onde agora funciona somente o Centro Municipal de Convivência do Idoso.

Com relação à outra unidade avançada, a Biblioteca “Tito Soares Ferreira”, pode-se afirmar que sua sede, em termos oficiais, se localiza na comunidade rural de Amadeu Lacerda, tendo sido criada em 2004 pela Lei nº 5910, na gestão do prefeito Galileu Teixeira Machado (2001-2004), conforme destacado a seguir:

O Povo do Município de Divinópolis, por seus representantes legais, aprova e eu, na qualidade de Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Fica criada a Unidade "Tito Soares Ferreira", como extensão da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago. Art. 2º Como integrante da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago, a unidade, ora criada, fica vinculada à Secretaria Municipal de Cultura. Art. 3º A Unidade "Tito Soares Ferreira" será instalada na Estação Ferroviária da Comunidade de Amadeu Lacerda, neste Município. Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (DIVINÓPOLIS, 2004).

A extensão funcionaria, de acordo com o *site* da Biblioteca e conforme pode ser observado na fotografia abaixo, na antiga estação ferroviária localidade na comunidade.

**Figura 44 – Fotografia da fachada da Estação Ferroviária de Amadeu Lacerda, atualmente**



Fonte: *Site* da Câmara Municipal de Divinópolis<sup>92</sup>

De acordo com informações recolhidas na página da Prefeitura de Divinópolis, a Estação Ferroviária da comunidade rural de Amadeu Lacerda passou a ser protegida pela Lei complementar nº 189/2019, que estabeleceu as normas de Proteção do Patrimônio Cultural do município, devido ao seu valor artístico, estilístico, cultural e histórico.

Esse reconhecimento da antiga estação como patrimônio cultural configura-se, sem dúvidas, como importante para sua preservação e denota um valor interessante para que o imóvel sirva de sede de uma sucursal da biblioteca pública, no entanto, a realidade se apresenta de outra

<sup>92</sup> Disponível em: <https://www.divinopolis.mg.leg.br/institucional/noticias/camara-realiza-audiencia-publica-hoje-30-na-comunidade-amadeu-lacerda>. Acesso em: 06 fev. 2020.

forma: apesar da publicação do decreto de 2004 e da Lei complementar de 2019, ainda não funciona uma extensão da biblioteca naquele distrito. Nem mesmo um acervo foi destinado àquela unidade e nenhum funcionário da Ataliba Lago foi envolvido na implementação de tal iniciativa. Vale ressaltar que as informações contidas no site da instituição que davam conta do funcionamento da unidade foram retiradas do site da prefeitura da cidade, sem nenhum motivo aparente.

Dito isso, é preciso assinalarmos que será objetivo do terceiro capítulo deste trabalho indagar sobre a realidade atual dessas duas sucursais, buscando entender, sobretudo, porque encontrarem-se desativadas. Como essas iniciativas relacionam-se a projetos de descentralização, é preciso compreender por que sua implementação e sua continuidade no atendimento à população não foram levadas a cabo.

Antes disso, vale ressaltar que, a exemplo de outras bibliotecas públicas, a Ataliba Lago tem sua história marcadamente vinculada à história da comunidade de Divinópolis. Assim observado, a linha do tempo aqui estabelecida nos permite assinalar que, à medida que a cidade se desenvolvia e se tornava um polo econômica, política e culturalmente importante para o Estado de Minas Gerais, a Biblioteca Pública Municipal também crescia tanto em termos de seu acervo quanto no número de atendimentos. No entanto, por estar sujeita aos desígnios da administração pública, a Biblioteca também sofreu com a falta de investimentos e com o abandono por parte das autoridades locais, o que pode ter limitado em muito a sua capacidade de atender à população de Divinópolis.

À parte essas questões estruturais, ainda é preciso entendermos, a partir do que se apresenta no capítulo subsequente e conforme delimitado pelo objetivo geral deste trabalho, como a Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago se relaciona com sujeitos e grupos subalternizados e, também, como o poder público municipal tem enfrentado essa questão no sentido de propor serviços e ações que visem minimizar os efeitos perversos da segregação e da subalternização social.

#### **4. DIMENSÕES REPRESENTACIONAIS DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL ATALIBA LAGO E DE SUAS RELAÇÕES COM GRUPOS E SUJEITOS SUBALTERNIZADOS**

No presente capítulo, o qual consolida a parte empírica e analítica da dissertação, é estabelecido um aprofundamento acerca dos contornos metodológicos da pesquisa, bem como a sistematização dos dados coletados e a interpretação dos resultados. Nesse sentido e tendo em vista os objetivos propostos, assinala-se que a investigação realizada pode ser caracterizada como um estudo de caso<sup>93</sup> de natureza qualitativa<sup>94</sup>, conforme os apontamentos teóricos que descrevem metodologias de pesquisa social.

Dito isso, a primeira parte do capítulo tem por centralidade a descrição dos procedimentos de coleta dos dados e de sua sistematização. Em seguida parte-se para a análise das entrevistas tendo por referência as discussões teóricas e os documentos abordados nos capítulos anteriores. Intenta-se, assim, produzir um conjunto de respostas para os objetivos – geral e específicos – delineados na introdução desta pesquisa, os quais têm por foco compreender as dimensões representacionais que emergem das relações instituídas entre a Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago com grupos e sujeitos subalternizados.

##### **4.1 A CONSTRUÇÃO DO PERCURSO METODOLÓGICO EM TEMPOS DE PANDEMIA: desafios e oportunidades**

Conforme já apontado na introdução desta dissertação, é objetivo do presente trabalho compreender como os agentes públicos responsáveis pelo funcionamento da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago pensam o atendimento ao público, a formação das coleções e outras atividades realizadas pela instituição – iniciativas que tenham como escopo a democratização de seu atendimento e, conseqüentemente, a inclusão de públicos tidos como marginalizados – baseando-se, conforme o referencial teórico apresentado no primeiro capítulo, nas críticas estabelecidas pelos estudos subalternos e na teorização acerca das relações constituídas entre as bibliotecas públicas e a democracia, além da identificação da Biblioteca como espaço e/ou lugar.

---

<sup>93</sup> A opção pelo estudo de caso como método refere-se ao fato dessa estratégia de pesquisa ser, conforme Yin (2015), “[...] uma opção preferencial, quando o pesquisador busca responder questões que incluem o “como” e o “porquê” de algum fenômeno social [...]” (YIN, 2015, p.4).

<sup>94</sup> Minayo (2014, p. 47) define pesquisa social como “os vários tipos de investigação que tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica”.

Assim observado, mesmo em face do redirecionamento imposto pelo contexto da COVID-19 – também indicado no início deste texto –, assinala-se que o desenho metodológico aqui apresentado ainda se atém ao objetivo geral formulado, qual seja: analisar, a partir das discussões formuladas pelos estudos da subalternidade, como são representados e como se configuram as dinâmicas de apropriação da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago por parte dos diversos grupos que compõem a população da cidade de Divinópolis.

Desse modo, naquilo que concerne à realização das entrevistas para fins de coleta de dados, informa-se que o modelo de entrevista escolhido foi a despadronizada ou não-estruturada, do tipo focalizada – segundo definição de Lakatos e Marconi (2003) – pelo fato de o entrevistador possuir uma liberdade maior para direcionar as questões e explorar de forma mais ampla um assunto específico. Uma vantagem dessa tipologia de entrevista é que ela pode se desenvolver em uma conversação informal, com as devidas anotações.

Para tanto, foi elaborado um roteiro inicial (que consta nos anexos desta dissertação), com flexibilidade para ser adaptado no momento da entrevista. Informa-se que todas as entrevistas realizadas foram gravadas digitalmente em áudio e armazenadas em modo *on-line* e *off-line*, sendo mantidas suas transcrições em arquivo pessoal do autor deste trabalho para as consultas que se fizerem necessárias. Os procedimentos adotados para a realização e utilização das entrevistas na redação das análises efetuadas ao longo deste capítulo da dissertação encontram-se previstos nos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os quais foram devidamente lidos e assinados pelos participantes.

Dito isso, indica-se que para a sistematização dos dados e análise dos resultados obtidos considerou-se os operadores interpretativos abaixo listados, os quais foram estruturados em diálogo com o referencial teórico e com os documentos apresentados nos capítulos anteriores:

- As relações instituídas entre biblioteca pública e democracia, bem como com as escolhas políticas que subsidiam o atendimento e a prestação de serviços aos públicos que recorrem à Ataliba Lago;
- O conceito de sujeito subalterno na percepção dos participantes da pesquisa;
- A presença e a representação de sujeitos e grupos subalternizados no contexto dos serviços públicos, notadamente a Biblioteca Pública Ataliba Lago;
- A segregação socioespacial como fator de subalternização.

Por meio desses operadores analíticos buscou-se compreender como certos marcadores de subalternização emergem e são agenciados na narrativa dos entrevistados, no intuito de atingir os objetivos traçados. Vale ressaltar que, com relação aos entrevistados, no sentido de individualização do processo, optou-se por nomeá-los como “participantes da pesquisa”, substantivo que será empregado no gênero masculino, no singular e acompanhado pelo número da entrevista, preservando, desse modo, sua identidade, nos moldes do que preconiza o TCLE utilizado para a realização deste trabalho.

Esclarecidas as diretrizes metodológicas que subsidiaram a realização desta pesquisa, nas páginas que se seguem, passa-se ao relato e discussão dos “achados da dissertação”, ressaltando o que foi enunciado nas entrevistas e guiando-nos pelos operadores analíticos citados anteriormente, os quais foram definidos ao longo do processo de desenvolvimento da investigação e em consonância com as indicações sugeridas pelos pesquisadores que compuseram a banca de qualificação do presente trabalho.

#### 4.2 RELAÇÕES ENTRE BIBLIOTECA PÚBLICA E DEMOCRACIA: as escolhas políticas que subsidiam o atendimento e a prestação de serviços aos públicos que recorrem à Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago

Conforme foi possível verificar no capítulo 1, mais centrado em apresentar os fundamentos teóricos que orientam as análises desta dissertação, a dimensão democrática da biblioteca pública vai além do oferecimento, de forma gratuita e sem discriminação, de serviços e coleções à população local. Nesse sentido, as relações entre essa tipologia de instituição e a democracia devem ser pautadas, também, por ações que busquem promover a inclusão de pessoas que, por alguma razão, não têm acesso aos serviços por ela oferecidos ou que não se sintam representados por seus espaços e acervos.

Tendo em vista essas prerrogativas, durante a realização das entrevistas uma indagação surgiu: estão os funcionários da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago cientes da ampliação dessa dimensão democrática que deve amparar a atuação da biblioteca pública, sobretudo no que diz respeito ao trabalho que se pode desenvolver naquele espaço? Partindo desse questionamento, o primeiro bloco de questões colocadas aos nossos depoentes tinha por foco revelar como aquela biblioteca pauta o atendimento à população em geral.

Nesse sentido, ao serem indagados, inicialmente, sobre a importância da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago para a cidade de Divinópolis, a maioria dos entrevistados ressaltou o

fato de que a biblioteca se constitui como uma espécie de centro cultural. Nessa linha, o participante 1, por exemplo, afirmou que a biblioteca:

[...] é uma espécie de Centro Cultural que abastece toda a cidade de Divinópolis, que tem uma população de mais de duzentos e trinta mil habitantes. Então as pessoas de todos os bairros, todos os credos, todas as tendências filosóficas, ou pessoas apenas alfabetizadas, vêm pesquisar na biblioteca seus trabalhos escolares, seus trabalhos de pesquisa de pós-graduação. A biblioteca é um centro cultural de Divinópolis (informação verbal)<sup>95</sup>.

Essa fala, além de destacar a ideia de universalização do atendimento da biblioteca, faz ressoar outra modalidade de compreensão acerca do papel da Ataliba Lago que aparece de forma recorrente entre nossos interlocutores, qual seja, a de que a instituição se apresenta como um grande centro cultural. Observamos isso, também, na fala do participante 2, que afirma: “eu acredito que a cidade conta com raros espaços para entretenimento, lazer, informação, interação e cultura. Por isso, a meu ver, a Biblioteca supre esse vácuo” (informação verbal<sup>96</sup>). O participante número 3 também faz afirmações a respeito desse caráter “cultural” da biblioteca: “a importância da Ataliba Lago é levar a cultura pras pessoas, é estar podendo ajudar” (informação verbal)<sup>97</sup>. Posição compartilhada, ainda, pelo participante 4, ao acentuar a programação cultural que a Ataliba Lago oferece: “essa programação envolve a *hora do conto*, a oficina de xadrez, tem o moço da África aqui, tem a noite da poesia, as pessoas lançam livros aqui na biblioteca... eu acho que aqui é um centro cultural” (informação verbal)<sup>98</sup>.

Essa concepção de que as bibliotecas públicas se assemelham, em seu modo de atuação, a um “grande centro cultural” encontra ecos na literatura biblioteconômica e se reporta a um contexto específico do cenário sócio-histórico e cultural brasileiro, qual seja, a década de 1980 e a primeira metade dos anos de 1990. Abordando essa dimensão, Emir Suaiden (1987), por exemplo, defende que a biblioteca pública deva ser percebida como um “centro de irradiação cultural”, configurando-se, essencialmente, como um “órgão de prestação de serviços à comunidade”, que deve ter como objetivo maior “ser o reflexo das aspirações comunitárias” (SUAIDEN, 1987, p. 46).

---

<sup>95</sup> Entrevista concedida pelo participante 1. **Entrevista I.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>96</sup> Entrevista concedida pelo participante 2. **Entrevista II.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>97</sup> Entrevista concedida pelo participante 3. **Entrevista III.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>98</sup> Entrevista concedida pelo participante 4. **Entrevista IV.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.



Por sua vez, Santos (2010), citado por Borba e Martins (2015), propõe que essa caracterização das bibliotecas públicas como centros culturais remota ao século XIX, posto que, já naquele momento, essas instituições funcionavam como:

[...] centros de cultura e formação intelectual dos jovens brasileiros de classe média-alta. A concepção de biblioteca como centro de cultura se origina aqui, no entanto, como ponto de encontro para palestrarem sobre suas obras e não lugar de diversas práticas culturais” (SANTOS, 2010 *apud* BORBA, MARTINS, 2015, p. 4).

Essa citação faz emergir uma problemática: ao afirmar que a biblioteca pública, mesmo sendo vista como um centro cultural, somente representava a “cultura” de determinada parcela da população, o autor acentua o caráter elitista que por vezes define os modos de funcionamento e os acervos e espaços dessas instituições. Conforme se verá mais abaixo, essa realidade persiste e, em amplo aspecto, ainda ressoa na fala dos nos depoentes.

Outro fator bastante citado com relação à importância da Ataliba Lago<sup>99</sup> para a comunidade diz respeito à sua função auxiliar ao sistema de educação. Isso está evidenciado na fala do participante 1. Para ele, “as pessoas buscam a Biblioteca para a realização de trabalhos escolares” (informação verbal)<sup>100</sup>, modo de compreensão corroborado pelo participante número 3:

[...] como uma experiência muito boa que eu já tive através da biblioteca, aqui já saiu advogados, médicos, professores, e, assim, pessoas que não tinham condições de pagar um cursinho vinha para a biblioteca e ficava o dia todo, então é muito importante a biblioteca para a população (informação verbal)<sup>101</sup>.

No que diz respeito aos destinatários dos serviços projetados e oferecidos pela biblioteca, há um consenso em afirmar que a Ataliba Lago está ali para atender a todas as pessoas que a procurarem, devido ao seu caráter público. No entanto, um aspecto relevante para a nossa análise se apresenta nas falas da maioria dos participantes, os quais acreditam existir um determinado recorte de público. Isso ficou evidente quando se buscou abordar o perfil socioeconômico do público que majoritariamente frequenta a biblioteca e usufrui de seus serviços. Nessa linha, o participante 2 afirma que:

---

<sup>99</sup> Em alguns momentos do texto optou-se por nomear a Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago apenas como “Ataliba Lago”, na intenção de situar o leitor quanto à forma como a instituição é tratada e nomeada por grande parte dos moradores de Divinópolis.

<sup>100</sup> Entrevista concedida pelo participante 1. **Entrevista I.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>101</sup> Entrevista concedida pelo participante 3. **Entrevista III.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

[...] os serviços se destinam à sociedade como um todo, embora haja uma busca maior pela Literatura, tanto adulta, como infantil. Em relação à condição socioeconômica, percebemos uma presença maior de classes mais favorecidas, com moradores das regiões mais centrais. O que vejo aqui é que, quanto mais distante o bairro ou comunidade, menos frequente ou totalmente ausente se faz o usuário” [...] não são totalmente contemplados moradores de localidades distantes e periféricas, os idosos e também outros grupos. Acho que isso acontece devido ao descuido para com esses grupos, o que acontece devido à ausência de oferta de apoio e estrutura por parte da Administração. Quando falo sobre administração, estou falando da Prefeitura da cidade (informação verbal – grifo nosso)<sup>102</sup>.

O participante número 4, ao discorrer sobre qual público a Biblioteca Ataliba Lago atende, demarca:

[...] eu acho que aqui é tudo misturado porque aqui atende à comunidade, ela atende todo mundo. Quem mora muito longe vem, mas é menos, porque é muito difícil de eles virem pela própria condição, às vezes não tem ônibus que passa aqui (informação verbal – grifo nosso)<sup>103</sup>.

Ainda sobre essa mesma questão, o participante número 5 aponta que:

[...] o público-alvo é adolescente, uma grande parte. Tem uma parte que é antiga, que tá aqui há muitos anos, desde que começou a biblioteca, que eu fico conhecendo, conheço as histórias que eles contam, mas o público-alvo são mais adolescentes procurando por romances, e crianças também, procurando por livros de comédia, e em relação à classe, a maioria é classe-média alta. Esse grupo, em um sentido, é mais privilegiado culturalmente, né? Não pela biblioteca, até porque com as condições deles, dá até pra comprar livros, mas o incentivo deles (informação verbal – grifo nosso)<sup>104</sup>.

Já o participante 1 possui uma visão relativamente diferente em relação ao público atendido:

[...] olha, a Biblioteca Pública atinge pessoas de todas as classes sociais; são pessoas de formação superior, são pessoas que têm apenas o ensino elementar, ensino médio; as pessoas, assim, pessoas das mais diversas classes intelectuais; inclusive, assim, até pessoas autodidatas frequentam a biblioteca, gostam demais de ler, então, eu diria que a biblioteca atinge um público geral (informação verbal)<sup>105</sup>.

---

<sup>102</sup> Entrevista concedida pelo participante 2. **Entrevista II.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>103</sup> Entrevista concedida pelo participante 4. **Entrevista IV.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>104</sup> Entrevista concedida pelo participante 5. **Entrevista V.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>105</sup> Entrevista concedida pelo participante 1. **Entrevista I.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

O participante 6 retoma a questão da configuração da biblioteca como um centro cultural, refletindo sobre a carência da cidade no que diz respeito ao oferecimento de atividades culturais à população. Segundo ele:

[...] a cidade não tem muita coisa cultural, então eu acho que aqui é importante por isso, aqui é um ponto de cultura vivo e é muito reconhecido, graças a Deus, a biblioteca ainda tem essa função aqui, porque Divinópolis é uma cidade muito carente de cultura, a parte cultural. Tem alguns projetos sim, mas ela não é uma cidade que você vem e fala assim: eu vou passear, vou aonde? Não tem muito (informação verbal)<sup>106</sup>.

Com relação ao tipo de público que frequenta a biblioteca, esse mesmo depoente afirma:

[...] eu acho que não tem nenhum privilégio, porque como a gente atende a população como um todo e aqui a gente tem muita faculdade, então a gente tenta atender a todo mundo. Nosso acervo é muito amplo, não tem nenhum tipo de acervo específico para alguma população”. Mas, também, aponta: “o que seria interessante a gente buscar mesmo é a criança, né? Porque você forma o leitor a partir da criança. Então, o público-alvo nosso teria que ser a criança. O adulto que gosta de ler já pegou o hábito lá atrás (informação verbal)<sup>107</sup>.

Para além dessas reflexões, o participante faz, ainda, alguns comentários sobre os investimentos governamentais com relação ao acervo da biblioteca:

[...] não tem investimento do governo, a maioria dos políticos não querem uma população pensante, então, investir em livro pra quê? Investir em cultura pra quê? Para fazer eles pensarem e se rebelarem contra a minoria? Porque nós somos a maioria. A gente não sabe o poder que tem (informação verbal)<sup>108</sup>.

O participante número 7 também refletiu sobre o recorte de público que frequenta a Biblioteca. Para isso levou em consideração a questão da localização de sua sede:

[...] quando era na 7 de setembro o público era outro, o acesso ali era o público com mais condições, a área mais cara da cidade, do ponto de vista imobiliário. Mas ali também iam pessoas das classes mais populares, que é o que vale a pena. Diminuiu muito, pós-pandemia, mas antes da pandemia a gente sentia que estava caindo o número de pessoas que vinham pra estudar, tinha muita gente que vinha, a gente encontra muita história, era a única fonte que tinha de informação e de pesquisa. Tem um recorte sim do público, a periferia não vem, e acho que a secretaria (de cultura) tinha que pensar alguma coisa nesse sentido (informação verbal – grifo nosso)<sup>109</sup>.

<sup>106</sup> Entrevista concedida pelo participante 4. **Entrevista VI**. [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>107</sup> Entrevista concedida pelo participante 6. **Entrevista VI**. [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>108</sup> Entrevista concedida pelo participante 6. **Entrevista VI**. [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>109</sup> Entrevista concedida pelo participante 7. **Entrevista VII**. [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

Nesse relato emergiu a discussão sobre a criação de sucursais da biblioteca como possibilidade de se suprir a dificuldade de acesso pela população periférica. De acordo com esse participante:

[...] temos uma biblioteca que é, vamos dizer, afiliada a nossa, que é lá no Danilo Passos, que é subutilizada, nessa linha de atender à periferia. A de Amadeu Lacerda eu estava lá, e desse movimento tinha outras também de sociedade organizada, teve um movimento forte, a gente acompanhou, em área rural, no Choro, em Ermida tinha uma, eram movimentos de levar mesmo. A de Amadeu, tinha um sujeito que corria atrás mesmo, e as pessoas começaram a ir, mas entre uma gestão e outra muda tudo. São experiências que, se revigorassem, poderiam ajudar. Aqui tem vários projetos que poderiam ajudar a criar polos nas periferias (informação verbal – grifo nosso)<sup>110</sup>.

Discussões parecidas ganharam evidência na fala do participante número 8, ao comentar sobre o a importância da biblioteca enquanto centro de cultura e sobre o público atendido pela Ataliba Lago:

[...] acho que para a vida cultural da cidade a biblioteca é um marco muito importante porque a biblioteca é cinquentenária, tem mais de 50 anos que ela atua aqui na cidade, então 70% dos divinopolitanos passaram pela biblioteca pública, mesmo com o advento das novas tecnologias hoje. E ainda: público infantil no geral é mais o público-alvo, mas tem outras faixas etárias, pessoal mais idoso vem menos. Quando a gente estava na Sete de setembro, tem uma escola pública e três escolas particulares lá perto, então o pessoal do Instituto, que é classe média alta frequentava muito lá, aqui parece que está variando mais, mais pra classe média baixa, parece que vai mudar de público. A gente fazia muito trabalho em escola então acho que tem pessoas que tem problemas financeiros para vir aqui e também a qualificação dos pais que não incentivam, nesses trabalhos que fizemos nas periferias. A gente tem uma sucursal, mas não consegue manter aberto, porque não tem funcionários. Aqui tinha que ser uma fundação para abrir sucursais, para integrar o sistema. Mas a gente não tem nem carro para levar um livro pra lá (informação verbal – grifo nosso)<sup>111</sup>.

Como é possível se observar nos trechos apresentados, a localização da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago constitui-se em aspecto relevante para a composição do público que mais frequenta a unidade. As observações do participante número 2, por exemplo, assinalam uma maior presença de pessoas pertencentes a classes sociais mais favorecidas, principalmente moradores da região central da cidade, em relação ao público que vive em

<sup>110</sup> Entrevista concedida pelo participante 7. **Entrevista VII.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>111</sup> Entrevista concedida pelo participante 8. **Entrevista VIII.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

bairros mais periféricos, os quais são, em certa medida e de acordo com o depoente, negligenciados pelo poder público.

Percepção que o participante número 4 também compartilha, posto afirmar que quem mora em regiões muito afastadas do Centro frequenta menos a biblioteca devido aos custos com transporte, uma vez que, levando-se em consideração a nova sede da instituição, aumentou-se a dificuldade de deslocamento porque o bairro atual não dispõe de uma grande oferta de linhas de ônibus.

No que tange ao enquadramento socioeconômico dos frequentadores da Biblioteca, o participante número 5 afirma categoricamente que a maioria das pessoas que utiliza a Ataliba Lago e seus serviços pertence às classes média e média-alta, ou seja, as pessoas “mais privilegiadas culturalmente” e que residem majoritariamente na região central de Divinópolis, “a área mais cara da cidade, do ponto de vista imobiliário” nas palavras do participante número 7. Essa realidade impõe, ainda de acordo com esse depoente, um recorte de público no qual se exclui pessoas que vivem nas periferias do Município.

Outra questão problemática que esse conjunto de depoimentos fez emergir tem a ver com o conceito de “cultura” e seus modos de tratamento. Apesar de demonstrar notório comprometimento com a democratização da cultura, tanto em sua interface material quanto simbólica, grande parte dos entrevistados demonstraram tratar a cultura como algo estático, que pode ser objetificado em produtos como os livros, devendo, pois, ser “levado” às pessoas que ainda “não tem” ou que “possuem pouca cultura”, nesse caso os moradores dos bairros mais afastados do Centro. É como se fosse possível estabelecer um estatuto cultural hegemônico que devesse ser socializado com toda a população, desconsiderando o modo como se vive e como se pensa nas periferias, atribuindo à Biblioteca Pública o status de representante legítimo de um modelo privilegiado de cultura que, entre outras coisas, sufoca as diferenças em prol do estabelecimento de um consenso acerca do que é ou não é bom para ser lido, do que deve ou não fazer parte de suas coleções e divulgado na execução de seus serviços. Crítica que encontra eco nas preocupações de Jaramillo & Ríos (2000) e Meneses Tello (2008), autoras e autor com os quais dialogamos anteriormente.

Colocado nesses termos, assinala-se que, na contramão do discurso aparente, muitos dos serviços pensados para o público que frequenta a “Ataliba Lago” levam em consideração marcadores hegemônicos e de homogeneização da cultura, desconsiderando muitos aspectos que permeiam as diferenças existentes entre os diversos grupos populacionais divinopolitanos. Apreensão reforçada pela ausência, no conjunto de relatos aqui

apresentados, de políticas públicas e serviços bibliotecários pensados especificamente para atender às demandas de grupos minoritários.

Apontamentos que nos remetem, mais uma vez, às ponderações de Meneses Tello (2008), para quem a relação entre biblioteca pública e democracia deve transcender a pura dimensão do atendimento público de forma gratuita, ou seja, do livre acesso de todos aos seus acervos e serviços. Para ele, essa relação deve priorizar a vivência cidadã, na medida em que prepara homens e mulheres para serem ativos socialmente, não somente recebendo de forma passiva o que lhes é oferecido pelo Estado.

Dito isso, passa-se à próxima seção, que tem como foco analisar a percepção dos participantes desta pesquisa no que tange a sujeitos e grupos subalternizados. Sendo mais explícito, se os entrevistados estão familiarizados com os conceitos de subalternidade e sujeito subalternizado, a fim de apreendermos se os serviços e a política de atendimento em curso na instituição buscam universalizar de fato o acesso e a representação da população e da cultura local.

#### 4.3 O SUJEITO SUBALTERNIZADO: a percepção dos participantes da pesquisa

Uma questão que se mostrou muito pertinente em relação aos objetivos traçados por esta pesquisa diz respeito à percepção dos funcionários da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago acerca da presença, da representação e do atendimento a sujeitos e públicos subalternos/subalternizados. Essa percepção pôde ser aferida a partir da seguinte indagação “*o que você entende por subalternidade?*”. Como poderá ser observado, em seu conjunto, a maioria dos entrevistados relacionou a condição subalterna à questão da subserviência, da submissão, da obediência, dimensões sempre ligadas à questão da hierarquização política, social e econômica.

Como exemplo disso, o participante 1 colocou: “a subalternidade viria a ser a relação com um superior, com um intermediário, com um inferior, digamos assim, entre aspas” (informação verbal)<sup>112</sup>. Para ele, a subalternidade tem a ver com hierarquia, nos moldes das organizações militares, mas amplia-se para campos diversos, como a política, por exemplo: “Existe a classe política, que é outra casta, né? Os chamados governantes, têm seus cargos de confiança e,

---

<sup>112</sup> Entrevista concedida pelo Participante 1. **Entrevista I**. [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

de uma forma mais amena tem essa questão da obediência, existe essa hierarquia, e ela tem que existir” (informação verbal)<sup>113</sup>.

O único dos entrevistados que destoou da ideia de subalternidade ligada à hierarquia foi o participante 2, que afirmou:

[...] acredito que a subalternidade seja a condição dos que são "empurrados" e mantidos em situação de desigualdade e inferioridade no que tange ao acesso a bens, serviços, oportunidades, aprimoramento, etc. E isso acontece devido aos estereótipos estabelecidos pela sociedade, como poder aquisitivo, genótipo (sic), local de origem e moradia. E tem também um problema no que se refere à livre manifestação do pensamento, cultura, ideias, etc. Isso também gera marginalização (informação verbal)<sup>114</sup>.

Conforme é possível observarmos, essa fala se aproxima do modo de tratamento da condição subalterna levada a cabo pelos estudos subalternos, associando o conceito à marginalização social, econômica e dos saberes.

Diante dessas indagações e afirmações iniciais foi apresentado a cada um de nossos interlocutores um breve resumo das formulações dos estudos subalternos, sobretudo aquelas de matriz gramsciana e sua releitura processada por Gayatri Spivak, ressaltando-se que, apesar da ideia de subalternidade ter origem no ambiente militar, ela sofreu modificações e adaptações por estudiosos que passaram a utilizá-la para explicar o mundo e alguns fenômenos sociais, tais como a opressão sofrida por mulheres, principalmente nas periferias do capitalismo ou a marginalização de determinados grupos sociais e étnicos com relação ao usufruto de seus direitos, seja por questões econômicas, sociais, geográficas e até mesmo epistêmicas.

Após essa exposição, os entrevistados complementaram suas falas anteriores assinalando, como no caso do participante 1, que:

[...] isso existe mesmo. [...] eu considero a biblioteca, levando mais para o lado poético mesmo, filosófico, eu considero a biblioteca como o Rio Nilo, dizem que há a famosa frase “todos os inimigos se encontram no Nilo”, o Nilo abasteceu os amigos e os inimigos, todas as aves, todas as feras vinham beber água no Nilo, [...] então, a biblioteca, no bom sentido, é como o Rio Nilo, todo mundo vem aqui pegar alguma coisa, beber alguma coisa, ainda

---

<sup>113</sup> Entrevista concedida pelo Participante 1. **Entrevista I**. [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>114</sup> Entrevista concedida pelo participante 2. **Entrevista II**. [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

que entre porque a porta está aberta, o importante é que entra, e que a biblioteca está aqui para abastecer todos os públicos (informação verbal)<sup>115</sup>.

O participante 6, por sua vez, afirmou:

[...] com certeza esse conceito se aplica à realidade da biblioteca, por tudo que já te falei, localização, acesso, às vezes a pessoa não tem um vale-transporte pra poder chegar aqui, não tem política pública disso, não foi implantado nas pessoas a sementinha de que a biblioteca é um bem, que o livro é um bem, patrimônio, você pode ser pobre, pode morar em uma favela, num buraco, na roça, mas se você tem um livro, você tem tudo, você tem o conhecimento. Tem gente que não sabe que saber ler, que gostar de ler vai transformar a sua vida (informação verbal – grifo nosso)<sup>116</sup>.

No que diz respeito ao marcador analítico focado nessa seção – o conceito de sujeito subalterno na percepção dos participantes da pesquisa –, observa-se que as falas aqui apresentadas associam a questão da subalternidade a referentes de hierarquização social, bem nos moldes do ambiente militar, aproximação que encontra ressonância em Gramsci (2002), filósofo italiano em cujos escritos pontua que a condição subalterna se exhibe primeiro no ambiente militar, transbordando, posteriormente, para a esfera das relações econômicas e sociais. Especificando, contudo, que, seja em um cenário ou no outro, a marca da subalternização é a dimensão do conflito instaurada por relações desiguais de poder.

Relações que não são consideradas pelo participante número 1 ao elaborar um “discurso mais pacificador”, afirmando que a biblioteca está configurada para atender a todas as pessoas de forma igualitária, mesmo aquelas que pensam de forma diferente. Apesar de concordar com a existência de conflitos de diferentes ordens, conforme denotado pelo conceito de subalternidade, o depoente não considera que isso se estenda à Biblioteca Ataliba Lago devido ao caráter democrático de seu atendimento.

Visão que destoa, ao menos em parte, daquilo que foi dito pelos participantes número 2 e 6, que enxergam a subalternidade como uma condição marginalizante, principalmente no que se relaciona ao acesso a bens, serviços e oportunidades. O participante número 2, especificamente, reforça esse posicionamento associando a subalternização a condições concernentes ao poder aquisitivo, à etnia, ao local de moradia e à classe social. De forma correlata, o participante 6 infere que o local de moradia e a dificuldade de locomoção são fatores de subalternização de alguns sujeitos e grupos que poderiam ser melhor atendidos pela Biblioteca Pública Municipal.

<sup>115</sup> Entrevista concedida pelo participante 1. **Entrevista I**. [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>116</sup> Entrevista concedida pelo participante 6. **Entrevista VI**. [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.



Essas deduções apontam para o que se discute no tópico a seguir, que busca apreender de forma mais aprofundada a percepção dos entrevistados sobre a presença e a representação de sujeitos e grupos subalternizados no espaço e na realidade da biblioteca que aqui se estuda.

#### 4.4 A PRESENÇA E A REPRESENTAÇÃO DE SUJEITOS E GRUPOS SUBALTERNIZADOS NO CONTEXTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA ATALIBA LAGO

Após o esclarecimento acerca da abordagem que fundamenta o tratamento dos conceitos “subalterno” e “subalternidade” no âmbito desta pesquisa, inquiriu-se aos sujeitos participantes sobre a presença e representação de sujeitos e grupos subalternizados na Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago e, também, como se dá a participação deles nos serviços e ações que a instituição oferece. Sobre isso, o participante número 2 acredita que a Biblioteca Pública colabora para a manutenção de uma ordem pré-estabelecida, a qual, de certo modo, afasta os sujeitos subalternizados da instituição. Para ele, a Ataliba Lago: “[...] colabora para manter o status quo, uma vez que não são aplicadas políticas para reconhecimento, atração, inserção e apoio a esses grupos; mas não só no espaço biblioteca, mas na sociedade como um todo” (informação verbal – grifo nosso)<sup>117</sup>.

Em sua fala, o participante número 1 elabora argumentação semelhante:

[...] olha, acontece uma coisa muito grave... as pessoas da periferia, por causa da questão econômica, ainda têm amor à biblioteca, tem interesse, necessitam muito da biblioteca, mas diminuiu muito, drasticamente, e na minha análise, é por causa da questão econômica, imagina... uma lotação.... Porque quem mora na periferia anda é de lotação... à quatro reais e quinze centavos, pra ele ir e voltar já vai gastar nove e tanto, já dá pra comprar o leite... e se for a mãe com o filho, pior ainda... então eu acho que é mais a questão econômica, aí não é a questão cultural, é a questão econômica, que anda enlaçada com a questão cultural (informação verbal – grifo nosso)<sup>118</sup>.

Somada à questão econômica, esse mesmo entrevistado indica outro grupo, o de pessoas com algum tipo de limitação física, que pode ser considerado subalternizado e que não consegue frequentar plenamente a Biblioteca:

<sup>117</sup> Entrevista concedida pelo Participante 2. **Entrevista II.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>118</sup> Entrevista concedida pelo Participante 1. **Entrevista I.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

[...] por exemplo... os surdos e mudos a gente não tem biblioteca em Braille, já teve muito tempo atrás e talvez a gente possa conquistar isso e voltar a ter, então esse público, dificilmente eles tendem a frequentar a biblioteca, então não tem como eles terem acesso aos livros. Esse público é muito prejudicado, esse é um exemplo..., mas não há nenhuma discriminação, é só uma questão de estrutura mesmo (informação verbal)<sup>119</sup>.

O participante 5 efetua uma comparação entre o período antes da mudança de endereço da sede da biblioteca e os dias atuais. Nessa comparação, ele pontua que:

[...] tem o pessoal que anda de ônibus, não mudou, a dificuldade ficou a mesma. Uns colocam mais empecilhos, por falar que é bairro, mas os assíduos mesmo continuam vindo, são poucos, infelizmente, também pela questão da pandemia, diminuiu bastante... deu uma caída grande por causa da pandemia. Lá na Sete de setembro era mais longe para algumas pessoas, agora que mudou pra cá, algumas pessoas que moravam do lado pararam de vir, iam porque queriam passar o tempo, tinha o Padre Matias (escola), o Instituto (escola), então às vezes nem era pra pegar livros, era para passar o tempo (informação verbal)<sup>120</sup>.

Em seu depoimento, o participante número 6 também comenta sobre a dificuldade das pessoas que moram na periferia da cidade para frequentar a Biblioteca:

[...] com relação ao público que não tem acesso à biblioteca, tem sim, a população carente, porque apesar de ser no centro, tem muita gente que fala assim: “eu vou lá na cidade”, o poder aquisitivo cada dia pior né? Então, isso atrapalha muito. Aqui, mesmo estando mais perto dos pontos de ônibus, tem o problema da linha do trem, criança não pode vir sozinha, o adolescente já tem mais dificuldade para poder vir devido a vários fatores que impedem de vir aqui, é tempo, que hoje em dia parece que quanto mais coisa você faz menos tempo você tem (informação verbal – grifo nosso)<sup>121</sup>.

Por sua vez, o participante número 7 acredita que a mudança para a nova sede trouxe uma diferença com relação ao público que frequenta a “Ataliba Lago”:

[...] a segregação existe, eu já vi a diferença quando a gente mudou pra cá, o pessoal do bairro é operário, já vi essa diferença, o problema cultural nosso é que não tem acesso. E aí você romper isso tem que ter uma ação contínua de acesso, de produção também, hoje fica muito restrito à relação da leitura, à escola, que não é tudo (informação verbal – grifo nosso)<sup>122</sup>.

<sup>119</sup> Entrevista concedida pelo Participante 1. **Entrevista I.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>120</sup> Entrevista concedida pelo Participante 4. **Entrevista V.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>121</sup> Entrevista concedida pelo Participante 6. **Entrevista VI.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>122</sup> Entrevista concedida pelo Participante 7. **Entrevista VII.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

Em seguida, esse mesmo interlocutor reforçou a falta de continuidade das políticas públicas de inclusão relacionadas à leitura, o que poderia, a seu ver, trazer mais pessoas à biblioteca pública:

[...] Divinópolis é muito atrasada do ponto de vista de políticas públicas. Não tem continuidade, como no caso do Projeto Minha cidade lê, que no início cada aluno recebia um livro nas escolas municipais, era lindo, teve muito envolvimento, mas hoje continuou em outro nível, desmobilizou. Tinha que ganhar as pessoas (informação verbal)<sup>123</sup>.

O participante número 8 evoca sua própria vivência como morador de um bairro mais afastado do Centro para comentar sobre a presença das pessoas subalternizadas na Biblioteca Ataliba Lago:

[...] eu morei sempre em periferia, bairro bravo, e convivi com muitas pessoas que não sabem dos direitos que eles têm e os pais não ligam muito e vai chegando um ponto que eles mesmos não usam os bens públicos, chegam tímidos, achando que são inferiores àquela pessoa que está prestando um serviço para ele. Então acho que vem cultural da periferia, porque não tem nada lá para ajudar eles, pra mostrar os direitos (informação verbal – grifo nosso)<sup>124</sup>.

Esses apontamentos são importantes pois demonstram a associação entre a falta de conhecimento relativo a direitos básicos e à utilização de serviços públicos por parte das pessoas que vivem nas periferias. Além disso, enfatizam o fato de que políticas de inclusão voltadas a discutir esses direitos podem e devem ser implementadas pelo poder público com vistas a despertar nessas pessoas uma consciência cidadã.

Nesse sentido, no que tange aos processos representacionais dos diversos grupos populacionais divinopolitanos, Gomes e Silveira (2019) conjecturam que no espaço da biblioteca pública esses processos somente se efetivam quando as pessoas que utilizam seus serviços e espaços se sentem representadas por ela. Dificultar o acesso à instituição e a participação em sua realidade cotidiana implica abrir brechas para a produção de algumas “representações privilegiadas” posto que, mesmo amparado por um discurso de democratização do acervo e dos serviços, haverá sempre um público ou um grupo de sujeitos cujas demandas serão priorizadas em detrimento do reconhecimento das necessidades de outros tantos grupos e sujeitos.

<sup>123</sup> Entrevista concedida pelo Participante 7. **Entrevista VII.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>124</sup> Entrevista concedida pelo Participante 8. **Entrevista VIII.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

Essas colocações estão em consonância com a fala de alguns funcionários da biblioteca que percebem os problemas decorrentes da falta de representação de alguns grupos populacionais de Divinópolis no âmbito de sua biblioteca pública. O participante número 2, por exemplo, ao afirmar que a “Ataliba Lago” colabora para a manutenção do *status-quo*, falhando no desenvolvimento de atividades de “reconhecimento” das pessoas que não fazem parte de seu público corrente, endossa o que dizem Gomes e Silveira (2019) quando assinalam que as bibliotecas públicas podem, em muitos casos, privilegiar certos discursos de representação enquanto silencia ou negligencia a presença em seus ambientes de manifestações expressivas de outras coletividades.

Sobre essa ausência de representação, o participante número 1 indica que ela não é perceptível tão somente em relação aos moradores da periferia da cidade, posto evidenciar-se, também, no tocante às demandas de pessoas com algum tipo de limitação física que se veem excluídos da biblioteca pelo fato de seu acervo não incluir obras específicas para elas.

Outro referente analítico que ganhou evidência no conjunto desses depoimentos diz respeito às políticas de inclusão por meio de atividades previstas no calendário da Biblioteca Pública. Conforme apresentado no capítulo 2, Divinópolis é uma cidade que possui forte movimento cultural ligado às raízes africanas como o congado ou o reinado, e as pessoas que participam desses grupos religiosos estão, em sua grande maioria, concentradas em regiões mais periféricas ou em bairros centrais mais pobres. No entanto, como foi possível perceber, nenhum dos entrevistados citou atividades ligadas à valorização dessa importante herança cultural da cidade, o que poderia trazer os indivíduos que se sentem representados por ela para o interior da biblioteca. Assinalar isso é o mesmo que dizer que a Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago tem potencial para amplificar seus atributos representacionais – *falar por e falar com* seus usuários (Spivak, 2014) –, incorporando em seus espaços, acervos e serviços a demanda de grupos e sujeitos que até aqui não têm sido privilegiados.

Dito isso, convidamos nosso leitor a se encaminhar para o próximo tópico de nossas análises, o qual aborda os efeitos da segregação socioespacial sobre a dimensão representacional que a Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago tem mobilizado.

#### 4.5 A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO FATOR DE SUBALTERNIZAÇÃO: em foco o atendimento da população periférica pela Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago

A criação de sucursais para descentralizar e ampliar a atuação da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago foi um dos assuntos que mais figuraram nas entrevistas realizadas. Ao esclarecermos sobre a questão da subalternidade e seu tratamento a partir das matrizes teóricas que sustentam nossa pesquisa, percebemos de imediato que o conceito em questão foi associado pelos participantes à conformação geográfica da cidade e à iniciativa da Biblioteca de criar unidades descentralizadas. Nesse sentido, o participante número 1 ressalta que, sobre as sucursais citadas neste trabalho:

[...] até onde eu saiba, nada está funcionando, você pode olhar com a coordenação. Eu não fui chamado para o diálogo. Sim, pode ampliar, mas nós esbarramos no problema técnico, na escassez de funcionários. Mas seria interessante sim, uma biblioteca em cada bairro, com funcionários e acervo (informação verbal)<sup>125</sup>.

O participante número 3, por sua vez, comenta sobre a participação que teve no desenvolvimento de algumas atividades de expansão da Biblioteca Pública:

[...] tem a Cenira, tem a do Céu das Artes, a de Amadeu Lacerda [...] Buritys, Costas, Choro, Quilombo... a gente levava os livros... eu ia uma vez por semana em cada biblioteca. E, assim... a gente panhou uma amizade muito grande com a comunidade, a Prefeitura emprestava o carro, o motorista e eu ia uma vez por semana nas bibliotecas (informação verbal)<sup>126</sup>.

Embora essa fala chame a atenção para algumas iniciativas que não constam registradas na história da Biblioteca Ataliba Lago (capítulo 02), como é o caso do atendimento às comunidades rurais, achou-se oportuno referenciá-las para eventuais desdobramentos deste trabalho de investigação.

Ainda sobre as sucursais, o participante número 4 reflete que:

[...] o ideal seria ter outras bibliotecas sucursais aqui... tem a Cenira Manatta e tem a Céu, mas todas as duas estão fechadas. A população que mora nos bairros vai ter mais acesso se abrirem novas sucursais, é outro leque de opções que a pessoa tem... sobre Amadeu Lacerda eu não tô sabendo não, não sabia disso. Que pena, né? Poderia ter dado continuidade. Ia dar mais

<sup>125</sup> Entrevista concedida pelo Participante 1. **Entrevista I**. [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>126</sup> Entrevista concedida pelo Participante 3. **Entrevista III**. [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

oportunidade para as pessoas terem acesso se tivesse um carro-biblioteca também, um ônibus, alguma coisa parecida. As pessoas iam ter a oportunidade de conhecer a biblioteca (informação verbal)<sup>127</sup>.

Nessa fala destaca-se a sugestão de se criar o serviço de “carro-biblioteca”, ação que poderia ampliar o atendimento a grupos populacionais periféricos. Modalidade de compreensão que também figurou em outras entrevistas, como a do participante número 5:

[...] concordo com a criação de sucursais nas periferias, eu acho que deveria ter um incentivo maior dos governos, porque sempre foi muito pouco, não tem nem funcionários direito para abrir mais filiais, porque cultura sempre foi o que ficou por último (informação verbal – grifo nosso)<sup>128</sup>.

O participante número 6 expressa sua preocupação com relação à falta de pessoas na equipe para expandir o atendimento da Ataliba Lago:

A gente tem até bibliotecas sucursais, mas não funciona porque não tem funcionário. Está até pra mandar uma de nós pra lá, mas é complicado, porque depende de vários fatores para abrir, o processamento lá não vai ter como fazer, vai ter que fazer aqui, vai ter que ser uma pessoa dinâmica pra ficar lá, para poder trazer o público, no Céu das Artes tem os livros, tem tudo, mas a gente precisa de bibliotecários pra poder conseguir, porque a gente tem muito trabalho aqui, tem o Centro de Memória do Livro, tem a biblioteca infantil que é uma biblioteca dentro da biblioteca, tem muita doação que a gente recebe que tem que verificar, tem um acervo inteiro pra verificar, gigantesco, no quarto andar, gente que doa livro e vem buscar de volta. A gente tem vários projetos de doações, doa para ONG, para o Floramar [presídio], tem o Livro, leve e solto, a gente não vai colocar aqui dez livros do mesmo, né? Por isso que a gente tá tentando fazer a política para definir claramente o que vai fazer, o que vai entrar no acervo. Antes entrava praticamente tudo, a gente tem um acervo de 100 mil livros, mas tem muita coisa que é deficiente e obsoleto, os livros de informática, por exemplo, ficam obsoletos muito rapidamente e eu acho que é um tipo que a gente nem deve ter, mas precisa ter para atender quem não tem acesso à internet, que é uma coisa que precisa muito ter aqui, acesso à internet gratuita, aqui ainda não tem (informação verbal)<sup>129</sup>.

Ainda sobre o assunto em questão, o participante número 8 declara:

[...] a sucursal foi pensada como uma biblioteca que ia agir na região de lá, até então a intenção era colocar 5 sucursais, uma em cada região da cidade, mas a grande questão é a infraestrutura mesmo, não tem funcionário, cultura não é interessante, quando mais ninguém souber de nada, melhor. O público prioritário dessas sucursais seria a população mais carente e ela ampliaria a dimensão democrática, porque a biblioteca não é só pegar livro, ela tem

<sup>127</sup> Entrevista concedida pelo Participante 4. **Entrevista IV.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>128</sup> Entrevista concedida pelo Participante 5 **Entrevista V.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>129</sup> Entrevista concedida pelo Participante 6. **Entrevista VI.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

várias dinâmicas, vários cursos, tem a aula de xadrez, isso é tudo incentivo para as crianças. Acho que os governos tinham que olhar mais para a questão cultural, para as bibliotecas, mesmo com a tecnologia (informação verbal – grifo nosso)<sup>130</sup>.

Essa afirmativa, somada às outras dispostas nesta seção, constitui-se em importante referente interpretativo para as análises aqui realizadas, posto que demonstra um conjunto de preocupações relativas à expansão do atendimento realizado pela Ataliba Lago. Algumas dessas falas destacam o potencial que as bibliotecas sucursais possuem no que tange ao oferecimento de cursos e outras atividades para os adultos e crianças que frequentam o CRAS, mesmo que isso não resolva, efetivamente, o problema da subalternização de alguns sujeitos e grupos populacionais específicos, uma vez que tão somente delegam às sucursais atividades que não tratam diretamente das principais demandas desses grupos marginalizados.

Outra observação a ser feita relaciona-se à falta de investimento governamental centrado na expansão dos serviços bibliotecários. Isso perpassou praticamente todos os relatos, desde aqueles que refletem sobre o funcionamento da biblioteca até aqueles que pensam os benefícios de sua expansão para regiões mais periféricas da cidade.

Assim observado, sobressai nessas falas a percepção de que a mudança de sede trouxe novas perspectivas para a Biblioteca Pública. No entanto, mais uma vez, pode-se afirmar que as iniciativas realizadas pela Prefeitura Municipal, no sentido de deslocar a sede da “Ataliba Lago” não surtiram o efeito agregador e democratizador esperado, na medida em que não resolveu a questão da segregação espacial, ou seja, não conseguiu criar condições para que moradores de bairros mais distantes possam frequentar a unidade.

Nesse sentido, os fatos relatados pela maioria dos entrevistados, entre os quais sobressaem a histórica falta de aportes financeiros e o flagrante déficit de mão-de-obra para a realização de atividades expansionistas como a implementação efetiva de sucursais da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago e, também, do serviço de “carro-biblioteca”, apontam para a constatação de que uma simples mudança de localização da instituição não resolveu o problema da exclusão de alguns grupos de usuários específicos e de outros potenciais frequentadores.

---

<sup>130</sup> Entrevista concedida pelo Participante 8. **Entrevista VIII**. [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

Caldeira (2000) nos ajuda a entender melhor porque isso acontece ao problematizar a maneira como as pessoas se relacionam com a cidade. Para essa autora, as regras que organizam o espaço urbano representam padrões de diferenciação e segregação que estão intimamente ligados à imposição de condições diferenciadas de uso e apropriação tanto dos espaços públicos quanto dos equipamentos culturais implementados nesses espaços. Em face disso, para além de “levar a biblioteca” à periferia – o que pode ser considerado oportuno se realizado respeitando-se as demandas da comunidade e com manutenção permanente por parte do poder público – é preciso buscar formas para ampliar o acesso das pessoas a direitos fundamentais básicos, entre os quais se incluem o acesso à educação, ao lazer e à vivência da cultura mediada por equipamentos culturais como as bibliotecas públicas.

Ocorrendo isso, é possível que as pessoas se identifiquem com a Biblioteca pública e continuem a frequentá-la, criando para ela representações funcionais, de natureza coletiva e/ou intersubjetiva, responsáveis por, nas palavras de Yi-Fu Tuan (2013), inseri-las na categoria dos “lugares” onde são agenciados e preservados elementos caros à sociedade, posto representam seu passado, ou dos “espaços” que se dão a ver como símbolos de liberdade que convidam à ação e se projetam para o futuro.

Inspirando-se em Nogueira (2013) e Gupta e Ferguson (2000), pode-se acrescentar, ainda, que tais representações, ao serem percebidas pelo poder público e pela própria comunidade, poderão fazer emergir certas discontinuidades e rupturas capazes de instituírem tanto a problematização da função social das bibliotecas públicas, quanto o desenvolvimento de ações voltadas para minimizar os efeitos da estratificação social como fator de subalternização de certos sujeitos e coletividades, particularmente em termos da oposição centro *versus* periferia.

A fim de avançarmos em nossas análises, a seção abaixo apresenta e discute as percepções dos gestores – do secretário de cultura de Divinópolis, da coordenação da Biblioteca Ataliba Lago e da diretora do CRAS Nordeste – acerca das relações estabelecidas entre a Biblioteca Pública Municipal e grupos e sujeitos subalternizados.



#### 4.6 AS RELAÇÕES ENTRE BIBLIOTECA PÚBLICA E SUBALTERNIDADE: a visão dos gestores

Nesta seção serão apresentados e discutidos os principais pontos aferidos nas entrevistas realizadas com o então Secretário de Cultura de Divinópolis, com a bibliotecária responsável pela coordenação da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago e com a Socióloga diretora do CRAS Nordeste no momento de realização da coleta dos dados<sup>131</sup>.

Ao ser indagado sobre que públicos a Biblioteca Ataliba Lago atende, o Secretário de Cultura de Divinópolis, servidor de carreira no Município, afirmou:

[...] o público em geral. Acho que todo mundo tem que ter acesso e frequentar a biblioteca pública, quanto mais gente, dos diversos tipos de pessoas, de classe social, de tudo, então a biblioteca tem que ser aberta para todas as pessoas. Os serviços que são oferecidos lá, a gente tem jornais, a gente tem revistas, temos livros, tem o pessoal que atende na parte infantil, tem os brinquedos, onde as crianças podem brincar e ao mesmo tempo ler os livros infantis; nós temos os recepcionistas que atendem ao pessoal, tem o pessoal que acompanha eles até às estantes para localizar o livro que buscam (informação Verbal)<sup>132</sup>.

Ampliando sua resposta e associando a Biblioteca Pública aos demais equipamentos culturais da cidade, o depoente enfatiza que:

[...] os espaços públicos de Divinópolis, eles são abertos a todas as pessoas. Por exemplo, a Escola de Música, qualquer pessoa pode ir lá e se inscrever pra fazer as aulas, a nossa intenção, nessa gestão agora, é mais do que isso, é levar a cultura à periferia, ao invés de eles virem à biblioteca, ao teatro, à Escola de Música, nós vamos levar a cultura até eles, através do teatro, da arte, violão, a Escola de Música vai dar aulas assim, nesses lugares, através de projetos, que eu acho que faz parte da cultura também, dar aula nas escolas periféricas de Divinópolis, a gente não quer que exista nenhuma pessoa em Divinópolis que não esteja dentro da cultura, que não tenha acesso à arte, pra nós, todas as pessoas têm que ter acesso à arte sim (informação verbal – grifo nosso)<sup>133</sup>.

Sobre a questão da subalternidade, o depoente formulou sua opinião evocando o mesmo quadro de sentido exposto anteriormente pela maioria dos outros entrevistados. Para ele, a condição subalterna também está ligada a estruturas hierárquicas:

<sup>131</sup> Optou-se, conforme as diretrizes metodológicas e éticas que orientam este trabalho, por não nomear esses informantes, utilizando-se, para sua identificação, a menção ao cargo que ocupavam no momento da realização das entrevistas.

<sup>132</sup> Entrevista concedida pelo Secretário Municipal de Cultura de Divinópolis. **Entrevista IX**. [março. 2020]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>133</sup> Entrevista concedida pelo Secretário Municipal de Cultura de Divinópolis. **Entrevista IX**. [março. 2020]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

[...] para eu ser subalterno a uma pessoa é estar naquela posição de hierarquia, não é que uma pessoa possa ser melhor ou pior do que a outra porque está num cargo melhor ou pior. Essa palavra “subalterno”, eu acho ela pesada. Eu como Secretário de Cultura não considero que alguém seja subalterno a mim, eu tenho todas as pessoas que trabalham comigo como uma equipe. Pessoas que estão junto comigo, ao mesmo tempo, fazem acontecer as coisas. Subalterno? Eu não vejo bem assim não (informação verbal)<sup>134</sup>.

No entanto, ao ser informado sobre as teorias advindas dos estudos subalternos, conforme abordado nesta pesquisa, nosso interlocutor estabeleceu a seguinte conexão entre o que se propõe considerar acerca das pessoas que moram nas regiões mais periféricas da cidade e o processo de democratização dos espaços públicos:

[...] quando você leva a biblioteca até à pessoa ele percebe que tem o poder de ler, a valorização de ter uma biblioteca no seu bairro, de subalterno, de menos beneficiado, ela se torna uma pessoa beneficiada, ela passa a ser uma pessoa incluída, vista como uma pessoa que tem direitos. Todos têm os seus direitos. (informação verbal – grifo nosso)<sup>135</sup>.

Percebe-se, nessas afirmações, certo cuidado por parte do gestor em assinalar a importância de se promover políticas de inclusão das pessoas que até então não seriam contempladas por determinados serviços públicos, indivíduos que, segundo ele, podem ser considerados pertencentes a grupos subalternizados, principalmente no que se refere aos locais onde residem.

No entanto, é preciso problematizar afirmativas como: “[...] a nossa intenção, nessa gestão agora, é mais do que isso, é levar a cultura à periferia, ao invés de eles virem à biblioteca, ao teatro, à Escola de Música, nós vamos levar a cultura até eles [...]” ou “[...] quando você leva a biblioteca até à pessoa ele percebe que tem o poder de ler, a valorização de ter uma biblioteca no seu bairro, de subalterno [...]”. Para além de demagógicos, esses dois apontamentos parecem indicar tanto um desconhecimento das funções sociais da biblioteca pública e de suas potencialidades enquanto equipamento cultural, quanto uma concepção enviesada de política pública de reparação social, à qual, assentada na ideia de “levar a cultura”, mais contribui para a manutenção das estruturas hegemônicas de estratificação social que para a ampliação de direitos sociais básicos e a apropriação democrática da cidade, de seus espaços públicos e dos equipamentos culturais que nela existem.

<sup>134</sup> Entrevista concedida por pelo Secretário Municipal de Cultura de Divinópolis. **Entrevista IX**. [março. 2020]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>135</sup> Entrevista concedida pelo Secretário Municipal de Cultura de Divinópolis. **Entrevista IX**. [março. 2020]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

Por isso nos perguntamos: na condição de principal gestor da política cultural do município, será que esse depoente realmente conhece a realidade das pessoas que moram na periferia da cidade? Por que no contexto de idealização de uma política de reparação social optou-se por partir do pressuposto que sujeitos e grupos subalternizados “não possuem cultura” e que é, em face disso, preciso “levar a cultura”, “levar a biblioteca” e “levar a leitura” para eles? Que tipo de estudo ou pesquisa sobre o público potencial da biblioteca pública foi realizado para se chegar a essas conclusões e afirmativas? Algum estudo de usuário foi idealizado ou realizado por parte da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago para se mapear as necessidades informacionais, sociais, educacionais e culturais desses moradores em relação ao uso e apropriação de seus espaços, coleções e serviços? Embora não possamos responder esses questionamentos, faz-se importante demarcarmos que sua elaboração é pertinente pois pode orientar o estabelecimento de políticas públicas melhor direcionadas a esses grupos populacionais, inclusive em termos da participação da Biblioteca Pública em todas as etapas desse processo.

Dando continuidade, o Secretário refletiu sobre a possibilidade de se viabilizar serviços públicos, neste caso a criação de sucursais da Ataliba Lago, para atender a população que reside em bairros mais distantes do Centro:

[...] a política pública é voltada para o público. [...] a intenção, como te falei, é de levar a biblioteca para lugares mais próximos das pessoas que estão nos bairros. Na gestão atual, a preocupação [...] é de as pessoas terem acesso ao que é de direito. As portas da Secretaria, da Escola de Música, da Biblioteca, a intenção é de que estejam sempre abertas ao público. Nós como servidores públicos, as pessoas de Divinópolis, nós trabalhamos é para eles e eles têm o direito de ter acesso a tudo (informação verbal)<sup>136</sup>.

No que se relaciona à discussão sobre subalternidade, um apontamento colocado pelo Secretário merece ser destacado. Diz respeito à possibilidade de reversão do quadro de subalternização das pessoas que não utilizam os serviços da Ataliba Lago por meio da implementação de ações focadas em “levar a Biblioteca Pública” à bairros mais distantes do centro da cidade:

[...] a biblioteca atua para a reversão desse quadro, a intenção da biblioteca é justamente essa, é mostrar que todos podem ir lá, que todos podem ler o mesmo livro, sem distinção, todos têm direitos iguais. Nós firmamos alguns projetos para as periferias, a gente fez também um projeto que a gente colocava livros no ponto de ônibus, aí a pessoa pegava um livro, lia e depois colocava no ponto de ônibus de novo. No desfile de primeiro de junho, aniversário da cidade, teve um ano que a gente fez distribuição de livros para

---

<sup>136</sup> Entrevista concedida pelo Secretário Municipal de Cultura de Divinópolis. **Entrevista IX**. [março. 2020]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

as pessoas lerem, para provocar na pessoa o gosto pela leitura. No pré-carnaval do ano passado a gente montou um espaço da biblioteca, uns poderiam estar pulando carnaval e outros poderiam ter ali seu momento de leitura. Nós temos um projeto agora, que foi até parado devido à pandemia, que é a biblioteca indo até a pessoa, a gente leva nas praças, livros, brinquedos, contação de história, porque eu acho que a contação de histórias é um dos meios mais interessantes de você levar o interesse pela leitura, você encanta a pessoa contando a história, a biblioteca trabalha muito com isso (informação verbal – grifo nosso)<sup>137</sup>.

Embora essa fala evidencie, mais uma vez, a intenção da gestão pública de ampliar o atendimento da biblioteca para além dos seus usuários habituais, faz-se necessário aprofundar a problematização acerca da ideia de “levar a cultura” e “levar a leitura” à periferia como medidas que ajudariam a reparar quadros sociais e históricos de subalternização.

Nesse sentido, não se desconsidera aqui que falas como essa acenam para uma preocupação com a inclusão de leitores oriundos de grupos subalternizados, contudo, a ideia de “levar cultura” e “levar leitura” é, como foi destacado acima, muito incipiente para ser instituída como diretriz norteadora de uma política pública efetiva de reparação social. Por ser um problema histórico e claramente enraizado em marcadores de segregação social e econômica, não é levando o serviço público até bairros com grande concentração de pessoas e grupos subalternizados que essa realidade se transformará de imediato ou por si só. Mais que isso é preciso ter em vista que o usufruto de direitos é amparado pela garantia das pessoas poderem utilizar determinado serviço público em iguais condições e em qualquer local da cidade que habitam, uma vez que a vivência da democracia se configura a partir da liberdade de deslocamento e da livre escolha de onde e quando procurar atendimento por parte dos equipamentos públicos.

Falas parecidas foram identificadas na entrevista com a bibliotecária encarregada pela coordenação da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago, interlocutora que já no início de seu depoimento ressaltou a influência da instituição na formação acadêmica e cultural dos cidadãos de Divinópolis, destacando seu importante papel social e algumas mudanças de contexto que ocorreram nos últimos anos:

[...] a Ataliba Lago, nos seus 63 anos de existência, já formou muita gente, profissionalmente – hoje temos médicos, engenheiros, advogados, que passaram por uma faculdade porque estudavam aqui na biblioteca, acredito que a biblioteca tem formado muitos leitores e cidadãos críticos, acho que é o papel social que ela desenvolve nesses anos todos, à princípio muito na

---

<sup>137</sup> Entrevista concedida pelo Secretário Municipal de Cultura de Divinópolis. **Entrevista IX**. [março. 2020]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

parte da educação, porque até há algum tempo atrás o que tinha para estudar era a biblioteca; hoje, eu já acho que é muito de lazer (informação verbal)<sup>138</sup>.

Essa fala pode ser considerada importante pois denota a visão da coordenadora com relação às várias funções que a biblioteca pública pode e deve assumir, quais sejam: as funções educativa, cultural e de lazer. Fato interessante de ser destacado é que a questão da inclusão de leitores marginalizados aparece, na maioria dos depoimentos, quando nossos interlocutores são provocados pela apresentação das teorias da subalternidade, o que se nota tanto na fala dos funcionários da biblioteca quanto na opinião dos gestores entrevistados.

Ainda com relação à entrevista com a bibliotecária coordenadora, em outro trecho ela refletiu sobre a formação do acervo e demarcou as dificuldades enfrentadas pela unidade em função da falta de investimento público:

[...] nosso acervo está desatualizado, temos vivido de doações, desde 2009 o que vem muito é literatura, que é o que acho que tem segurado muito hoje as bibliotecas no geral, é a literatura e a infantil. A biblioteca, com esses anos todos, nunca teve uma política de desenvolvimento de acervo; como a gente veio para esse espaço que é menor, e, na ocasião da mudança existiu uma conversa de que parte do acervo ia ser distribuído, nós corremos no braço, colocando estante para não fazer isso (informação verbal)<sup>139</sup>.

Avançando nessa reflexão, a depoente destacou que está sendo elaborada uma política de desenvolvimento de coleções para a biblioteca e que ela não deve considerar o atendimento amplo à população, sem “nenhum tipo de privilégio”:

[...] na política que está sendo criada não existe o privilégio de determinado público, mas estamos abertos caso apareça a necessidade. Não tem nada fechado ainda. A gente entende que a biblioteca é pública e não pode privilegiar ninguém, não pode ter censura para o que entra, a gente procura distribuir e abranger tudo o que for importante (informação verbal – grifo nosso)<sup>140</sup>.

Sobre a mudança recente de endereço, a entrevistada ressaltou algumas diferenças no perfil dos frequentadores da Ataliba Lago:

[...] vou te falar que quando a gente estava lá em cima, a gente tinha um público mais de elite, as escolas perto, a região que era, ônibus você tinha que subir quatro quarteirões para chegar lá, era muito estudante e o público dali no entorno, agora, eu nunca olhei para esse lugar aqui como espaço para

<sup>138</sup> Entrevista concedida pela Coordenadora da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago. **Entrevista X**. [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>139</sup> Entrevista concedida pela Coordenadora da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago. **Entrevista X**. [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>140</sup> Entrevista concedida pela Coordenadora da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago. **Entrevista X**. [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

uma biblioteca, mas, se você ver o que está de diferente, tem gente vindo do Belvedere, fazendo carteirinha, Bela Vista, Antônio Fonseca, Paraíso<sup>141</sup>, porque descem também do Dona Antônia Valadares, os estudantes passam por aqui, é caminho, a gente está a um quarteirão da Pernambuco, dois da Goiás, da Primeiro de Junho, do Centro. Ficou distante para o pessoal de lá de perto da antiga sede, mas é um pessoal que vem de carro. Na semana que abriu, vieram uma mãe e a filha e disseram que sonhavam em ir a uma biblioteca, vieram, fizeram carteirinha, então aqui acho que ficou melhor para ônibus também, e eu achei que o público ia reclamar, mas não, tem é gente nova fazendo cadastro e frequentando. A gente entusiasma por ver isso, a pandemia ainda tá deixando o povo em casa, mas vai melhorar (informação verbal)<sup>142</sup>.

Sobre o conceito de subalternidade, tal como os outros funcionários, a depoente descreveu essa categoria a partir da ideia de hierarquia. Porém, ao ser informada sobre o uso que esta pesquisa faz do termo, apresentou as seguintes considerações:

[...] de acordo com o que você me explicou, olha que a gente ainda está deixando muita gente sem assistência, tem muitos bairros que não tem acesso. Com relação a isso, a gente sempre quis ir aonde o povo não tem acesso à cultura, à informação, a gente tem um projeto que é desenvolvido desde 2019, que chama “leitura em toda parte”, que consiste em a gente, em um determinado período, pegar parte da biblioteca, mobiliário, acervo, equipamentos, a gente leva e coloca na praça pública, faz contação de histórias, trabalha com empréstimos. E temos também o projeto “livro, leve e solto”, em que a gente disponibiliza livros que não compõem o acervo da biblioteca para a comunidade, a pessoa pega o livro e passa pra frente. Então com essas coisas a gente vai para essas regiões e leva, nessa linha. (informação verbal – grifo nosso)<sup>143</sup>.

Distendendo sua análise, após apontar a importância da manutenção e criação de novas sucursais da Ataliba Lago, nossa interlocutora forneceu uma informação significativa sobre a unidade “Cenira Manatta”. Segundo ela,

[...] na Cenira Manatta, que fechou há 6 anos atrás, hoje a gente quer reativar, mas estamos na dependência de marceneiro para reformar o teto e uma porta, já estamos refazendo livros para ela, porque na passagem pelo inventário, vimos muita coisa que não é o foco para lá, que é o caso de materiais de estudos que já estão velhos, tem que ser mais uma coisa de lazer mesmo, como literatura e autoajuda, livros espíritas que saem muito até aqui mesmo, então estamos refazendo o acervo (informação verbal – grifo nosso)<sup>144</sup>.

<sup>141</sup> Os três bairros citados nesse trecho da entrevista compõem exemplos de bairros periféricos do município de Divinópolis.

<sup>142</sup> Entrevista concedida pela Coordenadora da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago. **Entrevista X**. [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>143</sup> Entrevista concedida pela Coordenadora da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago. **Entrevista X**. [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>144</sup> Entrevista concedida pela Coordenadora da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago. **Entrevista X**. [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

Essas observações fazem transparecer, na superfície do discurso, uma preocupação com a escolha do acervo, no sentido de direcionar a coleção ao atendimento do maior número possível de pessoas. No entanto, podem encobrir concepções perigosas acerca dos possíveis usuários dessas coleções, uma vez que parecem ser guiadas pela premissa de que grupos e sujeitos menos favorecidos econômica e socialmente devem ter acesso apenas a determinado tipo de literatura (no nosso exemplo, livros de autoajuda e de cunho religioso). Percebe-se, em afirmações como essa, a manutenção de estruturas de dominação que reforçam a divisão entre uma possível “alta cultura”, elitizada, excludente, e outras “formas de cultura” que, supostamente por pertencerem às camadas mais pobres da sociedade, seriam menos elaboradas, edificantes e legítimas de preservação e difusão.

Especificamente sobre esses enquadramentos, vale evocarmos mais uma vez Felipe Meneses Tello (2014), pesquisador que, tendo por referência o modelo britânico, associa os tipos de bibliotecas existentes naquele país a processos históricos de estratificação social. Para ele, as bibliotecas (chamadas de protopúblicas) surgidas ao longo dos séculos XVIII e XIX refletem elementos da divisão social do trabalho, dado privilegiarem o atendimento às classes mais abastadas. Desse modo, era justificado a existência de bibliotecas direcionadas às pessoas mais favorecidas econômica e socialmente, bem como bibliotecas destinadas ao atendimento a usuários das classes trabalhadoras. O autor elenca, em seu texto, várias diferenças entre essas duas tipologias de bibliotecas como, por exemplo, no que diz respeito à composição dos seus acervos. Segundo ele, enquanto as bibliotecas circulantes (destinadas à classe trabalhadora) continham em seus acervos grandes volumes de livros de ficção, de baixo custo e de pouco cuidado editorial, nas bibliotecas por assinatura (voltadas à burguesia inglesa) figuravam em sua grande maioria obras que estavam em concordância com as tradições culturais das classes com maior nível social e econômico, tanto em relação à forma quanto ao conteúdo das obras selecionadas.

Esse exemplo demonstra claramente como a estratificação social britânica serve de referência para interpretarmos o *modus operandi* de muitas bibliotecas brasileiras, entre elas a Ataliba Lago. Nesse sentido, a fala dessa nossa interlocutora faz ressoar elementos enraizados no senso comum que, quase sempre, promovem equivocadamente a associação da periferia com produtos de baixa qualidade, sem valorização estética e, no caso dos livros, de leitura facilitada e pouco edificante.

Na sequência da entrevista, um fato que chamou a atenção e vale ser inserido nessa discussão diz respeito à mudança de endereço da sede do CRAS Nordeste. De acordo com

a bibliotecária, a mudança de endereço do CRAS provocou certa insegurança com relação ao funcionamento da unidade avançada Cenira Manatta Soares:

[...] o CRAS vai mudar para o Bairro Niterói<sup>145</sup> para facilitar o acesso de todos os bairros. Achei que a biblioteca ia ficar sem lugar, eu desesperei, pensei: vamos arrumar outro lugar para a biblioteca, nem que seja no Danilo Passos I; depois, quando conversei com o Diniz e com a Janete (vice-prefeita), é que fui entender que não era bem assim: eles não vão fechar, vai continuar a parte do idoso, eles vão levar aquela Gráfica Chichico Santiago, que é de formação profissional, então a biblioteca vai funcionar lá sim. Para mim, não é o lugar ideal, tinha que estar lá no Danilo Passos I ou no Niterói, mas, por enquanto, se ela reabrir ali mesmo, para mim está ótimo (informação verbal)<sup>146</sup>.

Esse fato veio a se confirmar, conforme relatado no segundo capítulo desta dissertação. Procedeu-se a mudança do CRAS, mas não da sucursal “Cenira Manatta Soares”, que permaneceu no mesmo local vinculada ao Centro de Convivência do Idoso. No entanto, é preciso informar que, mesmo com a alteração no endereço, a biblioteca ainda se encontra fechada, sem previsão de funcionamento.

A discussão acerca da sucursal criada no CRAS mobilizou a depoente a refletir sobre a possibilidade de abertura de novas unidades. No que diz respeito a essa possível expansão, ela esclareceu que:

[...] a biblioteca do Céu das Artes, no caso, a iniciativa perdeu o foco de ser uma administração compartilhada. Na gestão anterior, a coisa foi muito política, a comunidade não participou e a biblioteca ficou fechada. Agora a gente já escolheu um nome, de uma senhora da comunidade, vai fazer o decreto de criação, mas ainda não foi formalizado. Já tem um pouco de acervo lá, estamos organizando. A gente já separa livros para as duas sucursais. Iremos fazer algumas trocas de acervo e falta somente a formalização para começar o processo de catalogação centralizado aqui. Não vai ter bibliotecário lá. [...] com relação a Amadeu Lacerda, eu não tenho informações, pois estou aqui desde 2017. Parece que a biblioteca lá está envolvida em questões políticas e locais, mas não tenho muitas informações, mas parece que tem a ver com questões políticas mesmo. Acho que se fosse criar uma biblioteca lá, era melhor que fosse em Ermida, que atenderia a todas as comunidades rurais do entorno, lá naquele prédio da estação. A gente até foi lá, com o secretário de cultura da época, e até pensamos em reformar a estação para fazer um centro cultural com uma biblioteca, mas não foi para frente. Tomara que aconteça, pois o prédio ainda está lá (informação verbal – grifo nosso)<sup>147</sup>.

<sup>145</sup> Na ocasião da realização dessa entrevista, a mudança de endereço ainda não havia ocorrido.

<sup>146</sup> Entrevista concedida pela Coordenadora da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago. **Entrevista X.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>147</sup> Entrevista concedida pela Coordenadora da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago. **Entrevista X.** [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.



Em seguida, ainda refletindo sobre a inclusão de públicos periféricos nas dinâmicas de uso corrente da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago, a entrevistada assinala algumas ações que poderiam ser desenvolvidas:

[...] essas iniciativas de criar sucursais e projetos colaboram um pouco com a diminuição da subalternização. Elas não vão acabar com isso, mas colaboram, agora, projeto a gente tem vários, para mim, biblioteca não tem que ser em apenas um ponto central. Eu cheguei a fazer uma proposta, aí a gente esbarra na visão de um outro governo e a visão deles é a que prevalece. A minha era a seguinte, vamos criar caixas para colocar em um ponto comercial, trocando os livros semanalmente. Pode ser de madeira, de ferro, mas quando falei isso, me disseram que estão pensando em um carro biblioteca, uma biblioteca itinerante (informação verbal – grifo nosso)<sup>148</sup>.

Fica evidente, ao analisarmos os trechos acima e estabelecermos um diálogo com os relatos anteriores, que é consenso entre os funcionários que o público mais frequente da Biblioteca é formado por pessoas de classes mais favorecidas economicamente, o que se evidencia devido ao fato de esse público ser formado, em sua maioria, por pessoas que moravam no entorno de seu antigo endereço, ainda na região central da cidade. Outro ponto de consenso entre nossos interlocutores refere-se à lacuna de investimentos que há por parte do poder público tanto no que diz respeito aos recursos humanos quanto à infraestrutura necessária para se tentar ampliar o atendimento da Biblioteca Pública Municipal a outros públicos, sendo necessário, para tanto, diversificar seus serviços e coleções.

De forma correlata observa-se que há por parte da coordenação da Ataliba Lago e dos demais funcionários entrevistados um desejo explícito de ampliar o atendimento da biblioteca para além da região central, preocupação que se materializa na proposição de ações ou iniciativas – criar unidades descentralizadas ou mesmo implantar o serviço de carro-biblioteca – que busquem atender às pessoas que não frequentam a instituição por algum motivo, inclusive por questões relativas a processos de subalternização. No entanto, é preciso problematizar essas afirmações. Levar a biblioteca a regiões mais longínquas garante que os processos de subalternização sejam revertidos? Abrir sucursais, montar acervos e operacionalizar sistemas para o funcionamento da unidade garante que os processos de representação dos sujeitos subalternizados ocorram e sejam ampliados? Há, de forma generalizada, como mostram as entrevistas, uma ideia de que somente a abertura de filiais pela cidade resolveria o problema da inclusão de leitores marginalizados pela segregação espacial, mas o que dizer sobre a biblioteca pública falar *para e sobre* essas pessoas?

---

<sup>148</sup> Entrevista concedida pela Coordenadora da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago. **Entrevista X**. [outubro. 2021]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

Conforme se verá abaixo, a ausência de respostas para essas questões gera um conjunto de preocupações que também foram evidenciadas em várias passagens da entrevista feita com a Coordenadora do CRAS Nordeste, que começou a coordenar o órgão municipal de serviço social pouco tempo após a implantação da sucursal “Cenira Manatta”, mantendo-se no cargo até o fechamento dessa unidade avançada da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago.

No sentido de contextualizar qual é o público atendido pelo CRAS Nordeste, a então coordenadora da unidade deu a seguinte declaração:

[...] o nosso público socioeconômico é de extrema pobreza, a gente permeia entre a extrema pobreza e a pobreza, então a gente tem pessoas com renda per capita de até R\$ 179,00, até R\$ 200,00, sendo este o nosso público prioritário, de extrema pobreza até a pobreza. Nós atendemos outras demandas também, mas a maior demanda aqui do CRAS são os benefícios federais, que é o BPC, benefício de prestação continuada para pessoas deficientes ou idosos com mais de 65 anos, né? E temos o público do bolsa família. E hoje eu poderia te dizer que temos o público do auxílio emergencial, por causa do Cadastro Único (informação verbal – grifo nosso)<sup>149</sup>.

Para ela, a localização do CRAS não era, no momento de sua implementação, a ideal, posto estar fixado em uma região muito extensa, na qual vários bairros não possuem ligação direta e facilitada por meio dos serviços de transporte coletivo:

[...] quando se coloca o CRAS Nordeste aqui nesta localização, hoje, eu posso te dizer que visivelmente não é o nosso local de maior vulnerabilidade, não é? A nossa região de maior vulnerabilidade é lá no São Simão, no Nova Suíça, no Grajaú. Se você perguntar, estrutura física está muito bem. Sala para técnico, sala para coordenação, sala para pagar as contas, a pessoa que vem aqui, ela é muito bem atendida, até agora nessa questão da pandemia, com o distanciamento. A grande questão é: as pessoas não conseguem chegar até aqui, por quê? Por causa da questão do ônibus (informação verbal)<sup>150</sup>.

Essas reflexões suscitaram, ao longo da entrevista, discussões sobre a subalternização desse público, que, mesmo tendo acesso a serviços de assistência social em sua região, ainda enfrentavam muitas dificuldades para acessá-los. A fim de exemplificar como isso se dá, a coordenadora do CRAS citou a dificuldade que moradores de determinados bairros enfrentam por não possuírem acesso fácil ao bairro onde o CRAS estava instalado, o que ocorre devido ao fato de que nem todos os bairros da mesma região possuem ligação direta por transporte coletivo. Para a entrevistada, moradores de alguns bairros possuíam acesso mais fácil ao

---

<sup>149</sup> Entrevista concedida pela Coordenadora do CRAS Nordeste. **Entrevista XI**. [Março. 2020]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>150</sup> Entrevista concedida pela Coordenadora do CRAS Nordeste. **Entrevista XI**. [Março. 2020]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

Centro da cidade do que ao Bairro Danilo Passos e isso ocasionaria, dentro desse contexto, um processo de subalternização por segregação espacial. Outra discussão concernente a essa temática que veio à tona diz respeito ao fato de o Bairro Danilo Passos ser formado por pessoas com poder aquisitivo um pouco maior se comparado aos bairros mais longínquos da região nordeste. Para a coordenadora, esse fator pode acarretar problemas na identificação dessas pessoas mais vulneráveis – social e economicamente – com os serviços ofertados no CRAS Nordeste, para além da assistência social.

Especificamente com relação à implementação do serviço bibliotecário no espaço do CRAS Nordeste, a entrevistada apresentou um breve histórico acerca de seu funcionamento:

[...] eu não peguei a implementação. Quando eu vim trabalhar aqui tinha pouco tempo que estava funcionando, não vou te precisar quando, depois você pode até me dizer quando foi implementada, eu não me lembro, mas ela já estava a todo vapor. O que eu sei da história é que tinha essa possibilidade de abrir, parece que foi um programa, né?... de bibliotecas nas periferias, e aí veio o recurso, né?... parece que federal, se não me engano, para a instalação das bibliotecas. Então, assim, é como se ela fosse um anexo da Biblioteca Pública Ataliba Lago aqui conosco. Assim, quando eu vim trabalhar aqui a biblioteca era super ativa [...]. Tinha contação de histórias, tinha teatro, então a gente utilizava a biblioteca enquanto CRAS, muito... a gente fazia, tinha os grupos, então assim, as mães ficavam no grupo e as crianças participavam de contação de histórias, a gente tinha uma funcionária da biblioteca que trabalhava aqui, ali onde é a minha sala hoje, ali tudo era a biblioteca, aí tinha um tapete com almofadas, que as crianças podiam ter contato com os livros, tinha coisa de fantoche (informação verbal)<sup>151</sup>.

Falas como essa nos permite elaborar a seguinte observação: a forma como a biblioteca instalada no CRAS estava configurada acabou por condicioná-la a funcionar mais como um lugar de entretenimento das crianças enquanto suas mães resolviam os mais distintos problemas de assistência social, do que como um espaço de mediação ou de formação daqueles sujeitos, o que reforça a ideia apresentada anteriormente de “levar a cultura”, “levar a biblioteca” e “levar a leitura” como ações objetificadas e planejadas de cima para baixo. É como se os gestores públicos acreditassem que a existência pura e simples de uma unidade bibliotecária naquele lugar fosse capaz de resolver os problemas que colocam e mantém certos grupos e sujeitos em condição de subalternização.

Continuando seu depoimento, ao fazer uma avaliação de como a unidade descentralizada “Cenira Manatta Soares” era importante para o funcionamento do CRAS, a depoente relatou

---

<sup>151</sup> Entrevista concedida pela Coordenadora do CRAS Nordeste. **Entrevista XI**. [Março. 2020]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

um fato interessante, que foi a inserção da biblioteca nos trabalhos desenvolvidos pelo Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM)<sup>152</sup>:

[...] tinha o PROJOVEM adolescente que funcionava no CRAS, né? O serviço funcionava junto com o CRAS, e a biblioteca era muito usada, a gente até falava assim, porque era realmente os jovens da periferia, jovens daquela faixa etária perigosa, onde que o tráfico seduz, onde que tá precisando ali de um dinheirinho, e, assim, tinha vez de a gente estar fazendo atividade com os técnicos do PROJOVEM e com os meninos do PROJOVEM, que era a primeira vez que o menino tinha contato com determinado livro, com determinado autor, menino de 14, 15, 16 anos. [...] eram feitas oficinas na biblioteca, usando-se o espaço físico, e as obras da biblioteca, dinâmica, sabe, então era muita coisa que fazia. Então era muita coisa que o CRAS tinha para oferecer pro nosso usuário. A biblioteca conseguiu se inserir nas atividades do CRAS, tanto, que a gente sente falta até hoje, porque era um instrumento, uma opção, um atrativo para nosso usuário. Então, assim, quantas vezes o assistente social, o psicólogo foi fazer um atendimento e levou pra biblioteca as crianças daquela mãe, porque as crianças não podiam estar naquele atendimento, devido ao sigilo ali do momento, e as crianças tiveram contato com as revistinhas da Turma da Mônica, elas desenhavam, elas ouviam histórias, então a biblioteca era um serviço que o CRAS tinha para oferecer para a comunidade. Mesmo que não fosse da assistência social, era uma parceria muito bacana (informação verbal – grifo nosso)<sup>153</sup>.

Nota-se nessa passagem, apesar do profundo conhecimento que a diretora responsável pelo espaço aparenta ter sobre seu público, que a biblioteca era tratada como mais um serviço que o CRAS oferecia aos seus usuários que um local de pertencimento e representação da comunidade atendida, modalidade de compreensão que reforça as colocações anteriores acerca de seu uso como “local de entretenimento” e de apoio para o cuidado com as crianças e os jovens enquanto suas mães e ou responsáveis resolviam outras demandas vinculadas à assistência social.

Mais adiante, segundo a depoente, começaram a surgir os problemas de estrutura organizacional:

[...] aí começou assim.... “Não pode ficar aberto o dia todo”, qual foi a primeira grande mudança? “Vamos transformar parte da biblioteca num telecentro” ... aí foi onde pôs aquela parede, e ali na sala ia ser um telecentro. Aí encheu ali de computador e ia ser um telecentro. A biblioteca continuou funcionando pequenininha, puseram os computadores, uns negócios ali, uma semana depois recolheram, que não ia ser mais lá naquele modelo não. Aí nós acabamos tendo aquela sala ali ociosa, ficavam três pessoas naquela salinha do cadastro único, aí a gente mudou pra lá. Então começou essa questão de

<sup>152</sup> O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM é um programa educacional destinado a jovens com 18 a 29 anos residentes em áreas urbanas que, por diversos motivos, foram excluídos da escolarização, com o objetivo de reintegrá-los ao processo educacional, elevar sua escolaridade e promover sua formação cidadã e qualificação profissional por meio de cursos com duração de dezoito meses. Fonte: FNDE/MEC.

<sup>153</sup> Entrevista concedida pela Coordenadora do CRAS Nordeste. **Entrevista XI**. [Março. 2020]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

ficar menor a biblioteca, e de abrir menos parte do tempo (informação verbal – grifo nosso)<sup>154</sup>.

Uma questão surge aqui: por que o Telecentro foi fechado uma semana após sua inauguração? Haveria receio de que os equipamentos fossem roubados, ou o modelo foi revisto em função de não existir funcionários disponíveis para a realização dos treinamentos e do trabalho de mediação? Nossa interlocutora garante que a falta de funcionários foi o principal motivo para que o Telecentro fosse repensado.

Posteriormente, ainda segundo essa depoente, houve várias tentativas de manter a biblioteca aberta, mas sem sucesso:

[...] ela está cem por cento fechada já tem uns 5 anos, ela ficou um tempinho fechada, depois a gente conseguiu uma estagiária, muito bacana, a estagiária veio e ficou aqui conosco, ela ficou aberta, e depois fechou, depois veio outra estagiária, aí depois fechou. Assim, totalmente fechada, quase cinco anos se não me engano. Funcionou um tempo então, veio funcionário, depois a Valéria veio e ficou com a gente, mas depois fechou de novo, assim “não tem mais jeito, precisa das funcionárias lá na biblioteca” [...] depois veio estagiárias, assim, como o espaço físico é do CRAS, mas a gestão era da Secretaria de Cultura, ou seja, eu não tenho gestão nenhuma sobre o funcionário lá, nada. E aí, até chegar no ponto de fechar totalmente (informação verbal – grifo nosso)<sup>155</sup>.

Na tentativa de manter o espaço aberto, a entrevistada relata ter feito várias propostas, inclusive de um intercâmbio de atividades em parceria com outros serviços públicos que são oferecidos na região:

[...] eu ainda fiz uma proposta: gente, vamos só meio horário, primeiro mês, falei com a moça. Ainda com relação às políticas públicas, por exemplo, a gente tem uma parceria com o pessoal do posto de saúde, aí o posto de saúde fala que esse mês vamos trabalhar a questão do diabetes, a gente pode utilizar a biblioteca pra fazer um momento desses... por exemplo, a questão da educação... a gente tem idosos aqui que não sabem assinar o nome, então imagina se a gente consegue um trabalho lá de... que seja de início de alfabetização, ensinar esses idosos a terem a dignidade de escrever seu próprio nome, uma parceria com a Educação para ensinar esses idosos... aqui tem uma lista de presença, eles pedem pra gente assinar pra eles. Você imagine a dignidade da pessoa saber escrever o nome dela. E isso pode ser feito via biblioteca... Parceria com a Educação, parceria com a saúde, com a Assistência social já é imbuído aqui dentro, então, pra mim, a biblioteca pode trabalhar com todas as outras políticas públicas. Pode ser o que vai unir e o que vai espalhar e agregar, na minha opinião (informação verbal)<sup>156</sup>.

<sup>154</sup> Entrevista concedida pela Coordenadora do CRAS Nordeste. **Entrevista XI**. [Março. 2020]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>155</sup> Entrevista concedida pela Coordenadora do CRAS Nordeste. **Entrevista XI**. [Março. 2020]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>156</sup> Entrevista concedida pela Coordenadora do CRAS Nordeste. **Entrevista XI**. [Março. 2020]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

No que diz respeito às discussões sobre a subalternidade, ao ser questionada se uma biblioteca funcionando naquela região poderia diminuir os marcadores de subalternização por meio da disponibilização e uso de serviços públicos, a depoente foi taxativa:

[...] claro! Por quê? Por causa da questão do acesso, então, assim, a criança... talvez se ela fosse na periferia o acesso seria maior, lá na minha periferia, quero dizer (risos). Então assim, Danilo Passos, Vila Romana, Manoel Valinhos, é uma região em que a gente vê muita criança na rua, em que infelizmente o índice de criminalidade é muito alto, então se a gente tem uma biblioteca, a gente tem uma possibilidade a mais, então eu acho que é isso, enxergar a biblioteca como um start pra um tanto de coisas, pra trabalhar questões de higiene pessoal, fazer uma parceria com o pessoal da saúde pra falar sobre gravidez na adolescência, a gente usa o espaço da biblioteca, as pessoas vão ter contato com as obras, com os livros, vamos fazer carteirinha... quem sabe a gente não desperta na pessoa, naquela criança, a vontade de ler um livro, né? Porque aí ela vai ler, conhecer outras coisas no mundo, melhorar o vocabulário, melhorar a matemática, o inglês, tudo, o português, que é a questão da leitura fundamental (informação verbal – grifo nosso)<sup>157</sup>.

Mais uma vez nota-se a associação de várias atividades ao funcionamento da biblioteca, mas sua apreensão como espaço de representação é ignorada. A leitura é tida como importante, mas é apresentada como algo objetificado e estático, em que as pessoas precisam de outros motivos para se dirigirem até a biblioteca e dela se apoderarem.

Dentro dessa perspectiva, ainda segundo a entrevistada, uma biblioteca funcionando perto da casa dessas pessoas diminuiria o processo de subalternização e seria mais oportuna, uma vez, que na realidade atual, as pessoas que moram nas periferias não se identificam com muitos dos espaços públicos da cidade:

[...] com relação às pessoas marginalizadas eu não tenho dúvidas de que acaba que, por estarmos numa região mais periférica, a gente já tem uma grande concentração de pessoas marginalizadas, afrodescendentes e de muitas outras questões, então, são possibilidades que a pessoa tem, não sei, eu tô pensando agora... uma pessoa que mora aqui não se sentiria à vontade, por exemplo, de estar lá na biblioteca do Centro junto com uma pessoa que estuda no Integral... só que aqui é o cantinho dela, o pessoal já conhece ela, ela se sentiria mais à vontade, eu tenho certeza que sim (informação verbal – grifo nosso)<sup>158</sup>.

<sup>157</sup> Entrevista concedida pela Coordenadora do CRAS Nordeste. **Entrevista XI**. [Março. 2020]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>158</sup> Entrevista concedida pela Coordenadora do CRAS Nordeste. **Entrevista XI**. [Março. 2020]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

Vale destacarmos nesse trecho um simbolismo representacional muito marcante para as discussões que esta dissertação tem desenvolvido: para nossa interlocutora o processo de representação é objetivado não pelo direito ao uso do espaço público, mas, sim, pela classe social que o usuário da biblioteca pertence. Isso reforça nossa compreensão de que abrir sucursais da Biblioteca Pública nas periferias da cidade pode, caso não haja a conjunção dessa ação com outras políticas de reparação social e de sensibilização/mediação para apropriação desse equipamento cultural, vir a manter o processo de subalternização dos indivíduos ao invés de incluí-los na plenitude do uso do serviço público ou de democratizar e universalizar o acesso deles a direitos fundamentais básicos.

Ao final de sua entrevista, a depoente lamenta o fechamento da unidade afirmando que, como diretora do CRAS Nordeste, fez de tudo para que isso não acontecesse:

[...] a gente batalhou muito pra que isso não acontecesse, mas a gestão não era nossa, a gestão era da Cultura. [...] eu posso te dizer que no início era de brilhar o olho, o trabalho que era feito aqui. Talvez por isso eu tenha querido tanto que ele retornasse, eu via funcionando e muito bem. Pessoal do bairro pegava livro, igual lá no centro, tinha carteirinha, tinha tudo, e o pessoal da biblioteca me fala que o acervo aqui, em números, não é igual o de lá, mas em obras, tem obra que tem aqui que não tem lá. Semana passada a Sandrinha teve aqui pegando livro que não tinha lá. Hoje está só como depósito, por isso eu cheguei no ponto de falar assim: ou vocês abrem ou recolhem o acervo, porque não justifica aqui ficar como um depósito da biblioteca, porque a responsabilidade é minha, se sumir um livro lá como eu vou falar? (informação verbal – grifo nosso)<sup>159</sup>.

A essas observações acrescenta uma reflexão acerca do sentimento de pertencimento que as pessoas poderiam desenvolver com a biblioteca funcionando em seus bairros e faz uma avaliação de como aquele espaço e suas coleções eram positivos para o CRAS Nordeste:

[...] a pessoa estaria lá no Centro junto com pessoas que estudam em escola particular, aqui ela ficaria mais à vontade... eu até sou suspeita pra falar, porque a biblioteca é um grande sonho... eu sou uma defensora dos livros... minha menina ganha presente de aniversário, é livro... porque eu acredito nisso... A biblioteca aqui... fechada... fechada, seria difícil montar uma biblioteca, seria bastante difícil...pela questão financeira e de espaço. Mas nós temos espaço, temos prateleiras, as obras, só falta funcionário, alguém vir pra cá e começar de novo... primeiro mês vai ser pouco? Vai! Mas nós vamos chamando o povo, criando atrativos, vamos fazendo coisas... volto a dizer, a biblioteca aqui era um atrativo para o trabalho do CRAS, porque a pessoa vinha por causa da biblioteca e conhecia nossos serviços (informação verbal)<sup>160</sup>.

<sup>159</sup> Entrevista concedida pela Coordenadora do CRAS Nordeste. **Entrevista XI.** [Março. 2020]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

<sup>160</sup> Entrevista concedida pela Coordenadora do CRAS Nordeste. **Entrevista XI.** [Março. 2020]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

Tendo por referência essa fala, percebe-se que o pleno funcionamento da unidade avançada “Cenira Manatta Soares” era visto como uma ação importante pela coordenação e pelos usuários do CRAS Nordeste, talvez por agregar valor aos serviços ali prestados e por se configurar como um local estratégico para “chamar a atenção” dos frequentadores para o uso da coisa pública, além de iniciá-los ou intensificar sua relação com o mundo dos livros e da leitura.

Em face disso, essa entrevista tem um peso importante na construção das análises e dos resultados aferidos por este trabalho, uma vez que reconstitui como se deu os processos de implantação e fechamento da unidade avançada na realidade do CRAS Nordeste, assinalando, ainda, o pensamento que a coordenação desse espaço tem acerca da presença de uma biblioteca pública em regiões mais periféricas. Colocado nesses termos, encaminha-se para as discussões do material coletado, tendo-se em vista oferecer respostas aos objetivos anteriormente propostos, sem negligenciar a mobilização do referencial teórico como chave de leitura dos dados aqui sistematizados.

#### 4.7 DIMENSÕES REPRESENTACIONAIS QUE EMERGEM DAS RELAÇÕES INSTITUÍDAS ENTRE A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL ATALIBA LAGO E GRUPOS/SUJEITOS SUBALTERNIZADOS

O conjunto de depoimentos acima sistematizados nos possibilita observar que, do ponto de vista de um discurso oficial, os funcionários e os gestores da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago acreditam que a instituição deve estar aberta a todas as pessoas e que o atendimento a elas pressupõe ser realizado de forma igualitária, a fim de se combater qualquer forma de discriminação. Isso se daria tanto em relação ao planejamento e disponibilização dos serviços, quanto na composição e desenvolvimento de seus acervos.

Contudo, na contramão desse discurso, parte significativa dos relatos evidencia a dificuldade que a Biblioteca enfrenta para estabelecer uma política robusta de formação de coleções, bem como o planejamento e a execução de uma gama mais diversificada e inclusiva de ações e serviços. Assim observado, nossas análises fazem emergir duas explicações para isso: a primeira está relacionada à falta de recursos financeiros destinado a essa finalidade; a segunda decorre do aparente desconhecimento por parte dos servidores envolvidos, mesmo os que se encontram em cargos de gestão – pelo menos no que tange à abordagem proposta por este trabalho – do impacto que a subalternização e a segregação socioespacial exercem



nas experiências de apropriação dos espaços públicos e de certos equipamentos culturais como a própria biblioteca por parte de sujeitos e grupos em situação de vulnerabilidade econômica e social. Isso talvez possa ser explicado em decorrência de as discussões sobre subalternidade ainda ressuarem com mais força no ambiente acadêmico, sendo pouco percebidas pelo senso comum.

Com relação à presença e à representação de sujeitos e grupos subalternizados na realidade da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago, foi possível constatar que a instituição *não fala por e nem com* todos os moradores da cidade em iguais condições. Para além de marcadores sociais de diferenciação e a manutenção por parte do poder público de estruturas históricas de privação de certos direitos fundamentais a parcela significativa da população que compõe o município, a segregação socioespacial foi identificada como fator efetivo de subalternização e marginalização no que diz respeito ao uso da Biblioteca Pública. Não sem razão, para nossos interlocutores, a distância e o custo do transporte público impedem que muitas pessoas acessem a Ataliba Lago e isso certamente impacta no estatuto representacional que elas edificam para a biblioteca e no modo como a própria instituição percebe e incorpora em seus espaços, acervos e serviços as demandas de grupos e sujeitos que residem na periferia.

A fim de dirimir esse problema, os entrevistados foram unânimes em apontar a criação de sucursais descentralizadas da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago como principal medida de reparação social. Contudo, mesmo levando em consideração o empenho dos servidores da Ataliba Lago em incluir novos usuários oriundos das periferias da cidade no rol de frequentadores da biblioteca pública, identifica-se que há subjacente a esse esforço a crença de que “levar a biblioteca”, “levar a cultura” e “levar a leitura” solucionaria tanto os processos estruturais e hegemônicos que modulam localmente a segregação espacial, quanto ampliaria e democratizaria o acesso a direitos fundamentais básicos. Concepção que, a nosso ver, carece de ser repensada posto que a subalternização, segundo Spivak (2014), consiste no emudecimento e em não ouvir aqueles(as) a quem não é – histórica, epistêmica e culturalmente – concedido o direito de aparecer e ser reconhecido como legítimos participantes de certos contextos e planos da vida coletiva. Por tanto, quando se afirma que o referente norteador dessa política pública “[...] é levar a cultura à periferia, ao invés de eles virem à biblioteca, ao teatro, à Escola de Música [...]”<sup>161</sup> o que se está fazendo é mascarar a origem desses processos e contribuindo para sua manutenção e acirramento.

---

<sup>161</sup> Entrevista concedida pelo Secretário Municipal de Cultura de Divinópolis. **Entrevista IX**. [março. 2020]. Entrevistador: Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, 2021.

Isso ressoa, ainda, na forma como nossos interlocutores compreendem a “cultura” e transpõem esse conceito para a esfera das políticas públicas, tanto aquelas vinculadas à Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago quando outras mais centradas na democratização cultural. Afirmativa que tem por referência o fato dos depoentes, quase sempre, vincularem a “cultura” a produtos e processos que podem ser levados a “quem não tem” ou que “possuem baixo nível cultural”, nesse caso os moradores mais periféricos.

Evocando apontamentos anteriormente acentuados, compreender a cultura nesses termos e estruturar políticas públicas ancoradas nessa ideia significa privilegiar estatutos culturais hegemônicos e desconsiderar o modo como se vive e como se pensa nas periferias. Implica, também, atribuir à Biblioteca Pública o status de representante legítimo de um modelo cultural privilegiado, o qual, entre outras coisas, sufoca as diferenças em prol do estabelecimento de um consenso acerca do que é ou não é bom para ser lido, do que deve ou não fazer parte de suas coleções e ser transformado em serviços para a comunidade. Mais importante que operar nessa lógica é entender quais as reais necessidades desses usuários e que conjunto de atividades podem ser realizadas pela Biblioteca Pública para que ela seja capaz de falar “para”, “por” e “com” seus usuários.

Em face disso, dado o objetivo geral da nossa pesquisa ser apreender como são representados e como se configuram as dinâmicas de apropriação da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago por parte dos diversos grupos que compõem a população da cidade de Divinópolis, as análises aqui realizadas, as quais se fundamentam nos depoimentos coletados, nos autorizam a pontuar que, apesar do esforço por partes dos agentes públicos envolvidos, a Biblioteca Pública concebe espaços e meios muito modestos para que *sujeitos e grupos subalternizados possam falar* (Spivak, 2014).

Essa conclusão se faz possível em decorrência de uma série de fatores, destacando-se: o grande contingente populacional que não frequenta a biblioteca; a segregação socioespacial que mantém modos hegemônicos de apropriação do espaço público e de seus equipamentos culturais, fazendo com que sujeitos e grupos subalternizados no apareçam e sejam vistos como pertencentes a esse espaço; a falta de investimentos e de políticas públicas centradas em reverter quadros historicamente estabelecidos de segregação socioespacial; o déficit de mão-de-obra qualificada que possa atuar para que a Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago expanda seus serviços e ações; e, a concepção de cultura que está na base das atividades de descentralização da Ataliba Lago, a qual desconsidera em muitos aspectos as demandas, o modo de vida e as produções simbólicas que mobilizam a realidade de grupos e sujeitos subalternizados, razão pela qual a Biblioteca Pública se preocupe mais em “levar a cultura, o

livro e a leitura” à periferia e menos em criar condições para que esses mesmos grupos e sujeitos sejam agregados à realidade da instituição e encontrem espaços ou brechas para romperem com a lógica representacional instituída.

Por tudo isso, apreendemos que a Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago tem *falado* mais *de* e *por* públicos econômica e socialmente privilegiados que *ouvindo*, *representando* e *dando* voz àqueles sujeitos e grupos que são, por força dos sistemas e estruturas de dominação e poder, colocados à margem e subalternizados em termos da vivência plena de seus direitos fundamentais, inclusive aqueles que definem as funções sociais de uma biblioteca pública: direito ao lazer, à leitura, à educação, à informação de qualidade e à preservação e à valorização de suas memórias e expressões culturais.

Estabelecida essa síntese, encaminha-se para as considerações finais deste trabalho, seção que buscará destacar as contribuições que pesquisas como a nossa trazerem para os estudos informacionais, sobretudo no que diz respeito à compreensão acerca das funções sociais das bibliotecas públicas, sua importância enquanto equipamento cultural e o que se deve considerar na elaboração de políticas públicas de combate à segregação social e à subalternização de certos sujeitos, grupos e comunidades específicas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido nos permite destacar a importância da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago para a cidade de Divinópolis. Nos seus quase 70 anos de existência ela tem exercido o papel de apoiar o sistema escolar, de dinamizar a cultura local, de preservar, organizar e disseminar informações de distintas naturezas, além de ser utilizada como espaço de convívio e de produção de conhecimento.

De forma correlata, o estudo acerca da história de Divinópolis e da “Ataliba Lago” aqui realizado viabilizou construirmos um entendimento sobre a constituição urbana da cidade, bem como o desenvolvimento de sua rede de espaços públicos, o alcance de seu atendimento e o modo como os cidadãos divinopolitanos interagem com esses espaços e seus equipamentos culturais.

Em outra mirada, o diálogo com conceitos e com autores(as) vinculados aos “estudos subalternos” deixou claro um problema estrutural que deve ser encarado pelos agentes e as políticas públicas do município, qual seja: apesar do desenvolvimento alcançado por Divinópolis em pouco mais de cem anos de emancipação, muitas pessoas e grupos sociais específicos estão sendo deixadas/colocados à margem dessas conquistas e avanços, sobretudo em termos de acesso à direitos fundamentais básicos. Por conseguinte, para além daquilo que os indicadores econômicos e culturais tornam visível, como graves problemas de distribuição de renda, é perceptível que as pessoas subalternizadas têm sido privadas, por vários motivos, entre os quais se incluem fatores socioespaciais, do direito de frequentar e de serem vistos/representados nos espaços públicos, incluindo-se aí a Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago.

Empiricamente, a pesquisa revelou que, tal como em outros lugares e contextos, a falta de investimento em Cultura e Educação ditam a tônica do poder público. Bibliotecas são abandonadas e museus são fechados em nome de um “espírito do tempo” que, em ampla medida, mira no desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação como uma utopia capaz de resolver todos os problemas de acesso e emancipação tanto pessoal quanto social. Isso certamente impacta na manutenção de estruturas hegemônicas de poder e no desenho de políticas públicas de reparação ou de equiparação de direitos.

Não obstante, as entrevistas aqui realizadas colocaram em cena mais que a falta de recursos financeiros e profissionais para que a Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago seja capaz de ampliar seus serviços e descentralizar suas ações. A esses entraves soma-se certo equívoco

por parte de servidores e de gestores da política cultural da cidade em termos de como essa ampliação deve ocorrer. O mais evidente deles refere-se ao uso feito da noção de cultura, largamente tratada como algo elitizado e operacionalizada em ações e produtos que sejam capazes de “levar a cultura”, “levar a biblioteca”, “levar o livro e a leitura” àquelas pessoas que supostamente não os têm ou não reconhecem seu valor.

Essa distorção no modo de se compreender a cultura nos impulsiona a indicar que antes de qualquer trabalho de busca por novos leitores ou usuários para a biblioteca, programas de qualificação centrados em discutir temáticas e conceitos como os formulados pelos estudos subalternos devem ser implementados no sentido de preparar melhor os servidores para o atendimento às demandas e a acolhida às pessoas e grupos que, devido às contingências de inúmeros processos de subalternização, não frequentam e não se sentem representados pela Biblioteca Pública Municipal.

Em tempos tão sombrios, em que a ciência e a educação são amplamente demonizadas e sucateadas, o discurso politicamente correto pode ser uma armadilha empregada para mascarar as reais mudanças pelas quais a sociedade brasileira necessita passar. Antes de criar sucursais da Biblioteca Pública pela cidade, oferecendo determinado tipo de leitura às pessoas que moram nas periferias, deve-se pensar em investigar quais as necessidades informacionais e demandas sociais que esses cidadãos possuem. Portanto, antes de se pensar em “levar” de forma aleatória e paternalista “os livros, a leitura, a biblioteca e a cultura” aos bairros mais periféricos, deve-se buscar formas de se conhecer a realidade dessas pessoas e de valorizar suas produções simbólicas, sua história, memórias e identidades.

Da mesma forma, eventos que insiram na realidade da instituição bibliotecária o debate sobre as dicotomias existentes na sociedade certamente seriam bem vindos, tanto quanto iniciativas que valorizem diferentes abordagens culturais como apresentações, seminários e/ou exposições que tenham por objetivo integrar à vivência no espaço público grupos minoritários e pessoas que se encontram em processo de marginalização social.

Desse modo, e tendo em vista que o objetivo geral desta pesquisa centrou-se em apreender como são representados e como se dão as dinâmicas de apropriação da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago por parte dos diversos grupos que compõem a população da cidade de Divinópolis, as discussões aqui efetuadas evidenciam que a Biblioteca é sim um lugar de notória relevância para a comunidade e já integra a história da cidade, sendo considerada por muitas pessoas uma das instituições públicas mais importantes de Divinópolis.

No entanto, em decorrência de processos históricos de subalternização e de segregação socioespacial, muitas pessoas não se sentem representadas pela Biblioteca, nem contempladas por seus serviços e acervos. Isso implica dizer que, apesar de balizar seu atendimento em premissas democráticas e de acesso universal, e de se constatar a existência de uma série de esforços dos funcionários para proporcionar a inclusão de novos usuários que até então não utilizam os serviços da biblioteca, a Ataliba Lago ainda falha em atender determinados grupos, seja por falta de infraestrutura e pessoal, seja por certo desconhecimento por parte dos servidores públicos dos conceitos de subalternidade e representação conforme abordados aqui.

Sendo assim, podemos dizer que a Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago fala *por* e *para* os diversos grupos populacionais que busca atender de maneira diversa, privilegiando alguns e negligenciando outros. O que não quer dizer que esse quadro não possa ser revertido ou que os agentes públicos que a dinamizam não tentem mudar tal realidade.

Conclui-se então que, apesar de existirem discursos que constantemente decretam a morte dos livros e das bibliotecas públicas, eles ainda se configuram como dispositivos e espaços fundamentais para o desenvolvimento social de qualquer comunidade. Razão pela qual é premente e necessário que os governos, os gestores públicos e a própria comunidade voltem seus olhos para a ampliação das potencialidades imanentes aos livros e às bibliotecas públicas – informacionais, educativas, mnêmicas, de integração social, só para citarmos algumas – de modo a cativar nos cidadãos tanto o desejo de valorização de sua cultura, quanto os índices de representação que garantem voz e o direito de aparecer no espaço público a qualquer pessoa ou grupo social, inclusive aqueles e aquelas historicamente subalternizados.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, André Alcântara; VERTELO, Anna Caroline Oliveira Teixeira; AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de. As diversas dimensões do patrimônio cultural: patrimônio e cidade. *In*: MESTRES E CONSELHEIROS: educação para o patrimônio, 11., 2019, Belo Horizonte. [Anais...] Belo Horizonte: 2019.

AKINRULI, Luana Carla Martins Campos; AKINRULI, Samuel Ayobami. Territórios de Congada nas Gerais: memórias de exclusão do tecido urbano. *In*: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 12., 2017, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: 2017.

ATALIBA Lago suspende atendimento para mudança de endereço. **Site oficial da Prefeitura Municipal de Divinópolis**. Disponível em: <<https://www.divinopolis.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/8282/ataliba-lago-suspende-atendimento-para-mudanca-de-endereco>>. Acesso em: 20 jul 2021.

BARRETO, Joanice Maria. **Tramando pequenos fios de um longo tecido**: as costureiras de Divinópolis. 2010. 88 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL ATALIBA LAGO. 2017. Página inicial. Disponível em: < Disponível em: <<http://177.69.246.150:8182/biblago.html>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

BIBLIOTECA PÚBLICA ATALIBA LAGO. Apoio. 2020. Disponível em: <<http://177.69.246.150:8182/biblago/secoes/apoio.html>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

BIBLIOTECA PÚBLICA ATALIBA LAGO. Digital. Disponível em: <<http://177.69.246.150:8182/biblago/secoes/digital.html>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

BIBLIOTECA PÚBLICA ATALIBA LAGO. Seções. Disponível em: <<http://177.69.246.150:8182/biblago/secoes/cml.html>> . Acesso em: 06 fev. 2020.

BIBLIOTECA PÚBLICA ATALIBA LAGO. Empréstimo. Disponível em: <<http://177.69.246.150:8182/biblago/secoes/emprestimo.html>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

BIBLIOTECA PÚBLICA ATALIBA LAGO. Ação. Disponível em: <<http://177.69.246.150:8182/biblago/secoes/acao.html>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

BIBLIOTECA PÚBLICA ATALIBA LAGO. Hemeroteca. Disponível em: <<http://177.69.246.150:8182/biblago/secoes/hemeroteca.html>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

BIBLIOTECA PÚBLICA ATALIBA LAGO. Seção Infantil. Disponível em: <<http://177.69.246.150:8182/biblago/secoes/infantil.html>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

BIBLIOTECA PÚBLICA ATALIBA LAGO. Processamento técnico. Disponível em: <<http://177.69.246.150:8182/biblago/secoes/processamento.html>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

BIBLIOTECA PÚBLICA ATALIBA LAGO. Sala de estudos. Disponível em: <<http://177.69.246.150:8182/biblago/secoes/salaestudos.html>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

BIBLIOTECAS-polo: uma nova realidade cultural. [S.n], [S.l], [S.d.].

BLOG VIAGEM, TURISMO E AVENTURAS POR LUGARES INCRÍVEIS. O que o mundo tem de melhor, mostramos. 2020. Disponível em: <<https://viagemturismoaventura.blogspot.com>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

BLOG TRAÇANDO LINHAS. Página inicial. 2019. Disponível em:  
<<http://tracandolinhasmg.blogspot.com/2015/09/o-blogueiro.html>>. Acesso em 21 nov. 2019.

BORBA, Adeneri Nogueira de; MARTINS, Elaine Cristina da Silva. Biblioteca pública espaço de mediação cultural. *In*: SIMPÓSIO INTEGRADO DE PESQUISA, 13., 2015, Joinville. **Anais [...]** Joinville: FURB-UNIVALI-UNIVILLE, 2015.

BUTTIGIEG, Joseph. Sulla Categoria gramsciana di 'subalterno'. *In*: BARATA, G.; LIGUORI, G. (Org.). **Gramsci da un secolo all'altro**. Roma: Editori Riuniti, 1999, p. 27-38.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CÂMARA realiza audiência pública na comunidade de Amadeu Lacerda. **Site oficial da Prefeitura Municipal de Divinópolis**. Disponível em:  
<<https://www.divinopolis.mg.leg.br/institucional/noticias/camara-realiza-audiencia-publica- hoje-30-na-comunidade-amadeu-lacerda>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS. Economia. Disponível em:  
<<http://www.camaradiv.mg.gov.br/index.php/sobre-divinopolis/economia>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS. 2020. Página inicial. Disponível em:  
<<https://www.divinopolis.mg.leg.br>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS. 2020. Página inicial. Disponível em:  
<<http://www.camaradiv.mg.gov.br>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS. História. Disponível em:  
<<https://www.divinopolis.mg.leg.br/institucional/historia>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

CARDOSO, Francilene do Carmo; NÓBREGA, Nanci Gonçalves da. A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 14., 2013, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: [s.n.], 2013.

CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

CRUZ, Edna Sousa. Os sentidos do poder/saber dizer. **Entreletras: Revista do Curso de Mestrado em Ensino de Língua e Literatura da UFT, Araguaína**, n.2, v. 3, 2011.

D'ANGELO, Ed. **Barbarians at the Gates of the Public Library: how postmodern consumer capitalism threatens democracy, civil education and the public good**. Duluth, Minnesota: Library Juice Press, 2006.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, n. 29, p. 63-78, nov. 2007.

DITZION, Sidney. **Arsenals of a Democratic Culture: A Social History of the American Public Library Movement in New England and the Middle States from 1850 to 1900**. Chicago: American Library Association, 1947.

DIVINÓPOLIS. Geografia. 2020. Disponível em:  
<<https://www.divinopolis.mg.gov.br/portal/servicos/1003/geografia/>>. Acesso em: 05 fev. 2020.



DIVINÓPOLIS. Lei Ordinária nº. 1188, de 11 de maio de 1976. Denomina a Biblioteca Pública da cidade como "Biblioteca Pública Ataliba Lago". Divinópolis: Prefeitura Municipal, [1976].

DIVINÓPOLIS. Lei Ordinária nº. 87, de 30 de junho de 1949. Autoriza o Prefeito Municipal de Divinópolis a instalar a Biblioteca Pública Municipal na cidade. **A semana**, Divinópolis, n. 156, ago. 1949.

DIVINÓPOLIS. **Lei nº 5910, de 12 de maio de 2004**. Fica criada a Unidade "Tito Soares Ferreira", como extensão da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago. Divinópolis: Prefeitura Municipal, [2004].

EMREDES. Portal da Memória do Centro-oeste mineiro. 2020. Disponível em: <<http://www.https://emredes.com.br>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

EMREDES. Sobre o projeto. 2020. Disponível em: <<http://www.emredes.org.br/sobre-o-projeto.php>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

ESCOLA de música abre 215 vagas em processo seletivo. **Site oficial da Prefeitura Municipal de Divinópolis**. Disponível em: <<https://www.divinopolis.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/2400/escola-de-musica-abre-215-vagas-em-processo-seletivo>>. Acesso em: 05 fev 2020.

ESTEVES, Maria Aparecida Vargas; NOGUEIRA, Marly. A proliferação e a consolidação de condomínios fechados: um estudo de caso em uma cidade média-Divinópolis (MG). **Revista Geografias**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 23-39, 2013.

FESTA LITERÁRIA DE DIVINÓPOLIS. Página inicial. Disponível em: <<http://www.flid.com.br/>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

FIGUEIREDO, Carlos. Estudos subalternos: uma introdução. **Raído**, Dourados, v. 4, n. 7, p. 83-92, 2010.

GHISO, Alfredo. Bibliotecas populares comunitárias: trânsitos y negociaciones socioculturales. In: COLÓQUIO LATINO-AMERICANO Y DEL CARIBE DE SERVICIOS DE INFORMACIÓN A LA COMUNIDAD, 1., 2001, Medellín. **Anais [...]** Medellín: Universidad de Antioquia, 2001.

GOMES, Fernando Cesar; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca pública e representação da subalternidade? uma questão pertinente In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos (Orgs.). **Bibliotecári@s Negr@s: informação, educação, empoderamento e mediações**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019.

GORDILLO SÁNCHEZ; Daniel Guillermo. Decolonización, bibliotecas y América Latina: notas para la reflexión. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 31, n. 73, p. 131-155, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

GRATTAN, C. H. **Libraries: a necessity for democracy**. Sydney: Free Library Movement, 1938.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da "cultura": espaço, identidade e política da diferença. In: **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, p. 30-49, 2000.

HAFNER, Arthur W. (Editor). **Democracy and the public library**: essays on fundamental issues. Westport: Greenwood Press, 1993, p. 336.

IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil** : uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. **Divinópolis**. 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/divinopolis>>. Acesso em: 05 out. 2021.

JARAMILLO, Orlanda; RÍOS, Mónica Montoya. Revisión conceptual de la biblioteca pública. **Revista interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 23, n. 1-2, 2000.

JOHNSON, G. W. Role of the public library. In: **Public library service**. Chicago: American Library Association, 1956, p. vii.

KELLY, Barbara. Reflecting the lives of aboriginal women in Canadian public library collection development. **Partnership: The Canadian Journal of Library and Information Practice and Research**, Toronto, v. 5, n. 2, p. 1-28, 2010.

KRANICH, N. **Libraries and democracy**: the cornerstones of liberty. Chicago: American Library Association, 2001.

LEONEL, Guilherme. Guimarães. Estratégias de resistência e perspectivas de controle, coerção e tolerância às Festas do Reinado em Divinópolis, MG. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 1, n. 2, 11.

MACULAN, Benildes. Coura Moreira dos Santos. **Manual de normalização**: padronização de documentos acadêmicos do NITEG/UFGM e do PPGCI/UFGM. 2. ed. atual. e rev. Belo Horizonte: UFGM, 2011. E-Book. ISBN 978-85-914076-0-6. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/normalizacao>>. Acesso em: 20 jun 2022.

MENESES TELLO, Felipe. Bibliotecas y división de clases: las bibliotecas cuasi públicas em el sistema burgués británico durante los siglos XVIII-XIX. **Información, cultura y sociedade**, Buenos Aires, 31, p.11-28, 2014.

MENESES TELLO, Felipe. Bibliotecas y democracia: el caso de la biblioteca pública en la construcción de una ciudadanía activa. In: **Anales de documentación**. Facultad de Comunicación y Documentación y Servicio de Publicaciones de la Universidad de Murcia, 2008. p. 93-128.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia; DOS PRAZERES, Lílian Lima Gonçalves. A produção da Subalternidade sob a ótica pós-colonial (e decolonial): algumas leituras. **Temáticas**, Campinas, n. 45/46, 2015.

MINAS GERAIS. [Informações turísticas]. 2020. Disponível em: <<http://www.minasgerais.com.br/pt/eventos/divinopolis/missa-conga-2019>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2014.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia UFGM**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 7-54, mar. 1984.

MUSEU histórico continua interditado. **Portal G37**. Disponível em: <<https://www.guiadasartes.com.br/minas-gerais/divinopolis/museus/museu-historico-de-divinopolis>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

NOGUEIRA, Maria de Lourdes Couto. **Sustentabilidade e questão urbana: o setor confeccionista de Divinópolis.** 2016. 321 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

NOTA sem título. **A semana**, Divinópolis, 22/05/76. Variedades.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE DIVINÓPOLIS. **Mapa das regiões de Divinópolis.** Disponível em: <<https://planodiretordedivinopolis.wordpress.com/2013/03/21/mapa-das-regioes-de-divinopolis/>>. Acesso em 05 fev. 2020.

PREFEITURA adquiriu espaço para Teatro Usina Gravatá. **Site oficial da Prefeitura Municipal de Divinópolis.** Disponível em: <<https://divinopolis.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/4806/Prefeitura-adquiriu-espaco-para-Teatro-Usina-Gravat-em-89>>. Acesso em: 05 fev 2020.

RAPOSO, Mauro Corgozinho. **Antônio Martins é História.** Divinópolis: [s.n.], 2000.

RENDON ROJAS, M. A. Democracia: identidad y diferencia. **Metapolítica.** v. 1, n. 2, Abr-Jun, 1997, p. 277-282.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE. **Localização das regiões de Minas Gerais.** Disponível em: <<http://www.meioambiente.mg.gov.br/suprams-regionais/localizacao>>. Acesso em: Acesso em 20 jun. 2021.

SHARMA, Pandey. S. K. **Libraries and society.** New Delhi: Ess Ess Publications, 1987.

SILVA, Deise Rosalio. **Hegemonia e educação: proposta gramsciana de superação da subalternidade.** 2016. 435 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, Deuzenise Maria da. **A biblioteca pública no contexto de vida de moradores em situação de rua e vulnerabilidade social: estudo de caso em Porto Alegre - RS.** 2017. 121 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca pública, identidade e enraizamento: elaborações intersubjetivas ancoradas em torno da Luiz de Bessa.** 2014. 253 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da UFMG, Belo Horizonte, 2014.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 41-49, Jun. 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2014.

SUAIDEN, Emir. Biblioteca pública e comunidade. **Revista Interamericana de Bibliotecologia**, Medellín, 10 (1), p. 33-46, 1987.

Terceirização se torna tendência no setor confeccionista em Divinópolis. **G1 Centro-oeste mineiro.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2014/09/terceirizacao-se-torna-tendencia-no-setor-confeccionista-em-divinopolis.html>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: perspectiva da experiência.** SciELO, 2013. Disponível em: <<https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/32285756/espac3a7o-e-lugar1.pdf?>>. Acesso em: 28 out. 2019.

UNESCO, I. F. L. A. **Atualização do Manifesto da IFLA sobre Bibliotecas Públicas.** 2009.

UNESCO, I. F. L. A. **Manifesto sobre Bibliotecas Públicas.** 1994.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2015.

## DEPOIMENTOS

### Fontes orais:

1, Participante. **Entrevista I.** [Entrevista concedida a] Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, out 2021. 1 arquivo .mp3. (38 min.)

2, Participante. **Entrevista II.** [Entrevista concedida a] Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, out 2021. 1 arquivo .mp3. (42 min.)

3, Participante. **Entrevista III.** [Entrevista concedida a] Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, out 2021. 1 arquivo .mp3. (35 min.)

4, Participante. **Entrevista IV.** [Entrevista concedida a] Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, out 2021. 1 arquivo .mp3. (53 min.)

5, Participante. **Entrevista V.** [Entrevista concedida a] Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, out 2021. 1 arquivo .mp3. (56 min.)

6, Participante. **Entrevista VI.** [Entrevista concedida a] Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, out 2021. 1 arquivo .mp3. (37 min.)

7, Participante. **Entrevista VII.** [Entrevista concedida a] Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, out 2021. 1 arquivo .mp3. (27 min.)

8, Participante. **Entrevista VIII.** [Entrevista concedida a] Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, out 2021. 1 arquivo .mp3. (45 min.)

9, Participante. **Entrevista 9:** [Entrevista concedida a] Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, mar 2020. 1 arquivo .mp3. (39 min.)

10, Participante. **Entrevista IX:** [Entrevista concedida a] Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, out 2021. 1 arquivo .mp3. (59 min.)

11, Participante. **Entrevista XI:** [Entrevista concedida a] Fernando Cesar Gomes. Divinópolis, mar 2020. 1 arquivo .mp3. (75 min.)

ANEXOS

Anexo A – Fotografia de extrato de publicação sobre a Biblioteca Municipal



Fonte: Jornal A Semana, 06/10/1972

Anexo B – Fotografia de extrato de publicação sobre o número de atendimentos realizados pela Biblioteca Ataliba Lago em 1997

## Biblioteca Municipal registra recordes de atendimento

A Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago nos últimos três anos de atendimento alcançou o recorde de público, passando de 50.500 em 1997 para 115.000 em 1999. O mesmo se deu em relação ao número de usuários inscritos, que saltou de 1800 para 2900, respectivamente, em igual período mencionado. Equivalente também ao mesmo tempo, a marca da seção de empréstimos constatou acentuada demanda, passando dos 15.500 para 43.600 solicitações de obras diversas.

Na seção de Apoio à Pesquisa, o usuário sempre preenche uma ficha onde anota os dados relacionados ao assunto procurado. Dessa forma a biblioteca, ao tomar conhecimento das deficiências de seu acervo, na medida do possível, busca supri-las.

Na seção infanto-juvenil, específica para estudantes de 1ª a 4ª série, constam obras de referência, livros

para pesquisa e literatura, recortes informativos, com arquivo de gravuras distribuídas para ilustração de trabalhos escolares. Também tem a parte de empréstimos e uma agenda cultural motivadora não só para os estudantes, como para pais e escolas.

Um outro espaço que envolve grande público é a Sala Multimeios.

Vem sendo utilizada para uma série de apresentações culturais como palestras, oficinas, Hora do Conto, exibição de filmes, debates, clubes de leitura, teatro, bate-papo com leitores e demais eventos dessa natureza.

Já o Centro de Memória do Livro, criado em 1995, tem um trabalho voltado à preservação de obras raras, a serem utilizadas para pesquisas históricas sobre o município e o Estado. A difusão da imagem da Biblioteca como pólo difusor da cultura parte também do Centro de Memória.

Fonte: Jornal Agora, 07/01/2000  
 Anexo C – Fotografia de extrato de publicação sobre a Biblioteca Pública

## Biblioteca Pública sem espaço para atender a demanda

*Domingos Sávio deixou dívida de R\$200 mil na Fundação de Cultura*

Fundada no ano de 1957, a Biblioteca Pública Ataliba Lago ainda não possui sua sede própria e o atual prédio onde funciona não está comportando o número de usuários. O pior ainda é que a tão sonhada construção poderá ocorrer somente no próximo ano ou seja em 2002.

Desde a sua fundação a biblioteca já funcionou em vários locais diferentes, sendo que de 1976 a 1984, na rua Rio de Janeiro em frente ao JB, de 1984 a 1995 na avenida 7 de Setembro esquina com Rio de Janeiro, de 1995 a 1997 na rua Espírito Santo e a partir de 1997 até hoje na 7 de Setembro, 818. De todos os prédios o único que teve condições físicas para comportar os pesquisadores e expor o grande acervo da biblioteca foi o da rua Rio de Janeiro esquina com avenida 7 de Setembro.

Hoje sediada na avenida 7 de Setembro, 818, a biblioteca não tem conseguido oferecer à população o serviço necessário. Constantemente a biblioteca está lotada de pesquisadores e estudantes o que obriga a vários frequentadores a retornarem para casa por não comportar a todos.

No governo de Domingos Sávio, durante as reuniões do Orçamento Participativo a escolha da construção do



*Biblioteca Ataliba Lago sem espaço para os pesquisadores*

prédio próprio da biblioteca foi unânime. Mas por incrível que pareça o ex-prefeito Domingos Sávio não deixou verbas e recursos para a compra do lote e até mesmo a construção do prédio.

Segundo o Diretor Executivo da Fundação de Cultura, Osvaldo André de Melo, o ex-prefeito ao sair da prefeitura deixou uma dívida de cerca de R\$ 200 mil na Fundação, sem falar no 13º e alimentação dos servidores públicos.

Para Osvaldo André de Melo, o tão sonhado prédio provavelmente será construído no próximo ano, pois o município possui uma verba que em 2002 será destinada à construção e instalação da biblioteca. A prefeitura possui um lote na rua Minas Gerais ao lado da Capela da Santa Cruz e lá poderá ser construída a sede da biblioteca.

### Precariedade

Enquanto a sede não é construída, os pesquisadores estão enfrentando diversos problemas em termos de acomodação. Hoje a biblioteca possui várias seções como a de empréstimo, processamento técnico, pesquisas, hemeroteca (Jornal e Revista), Infantil, CMI (Centro da Memória do Livro), Multimídia e Videoteca.

Atendendo a um público que chega a 1.600 pessoas por dia, no mês de agosto foram atendidas 25 mil pessoas. A situação da biblioteca se torna caótica e quase todos os dias, os pesquisadores não conseguem uma mesa para realizarem suas pesquisas.

A situação se tornou ainda mais complicada após Leandro Souto doar um riquíssimo acervo (cerca de 11 mil livros), sendo que maioria das obras não constavam no acervo da biblioteca.

Anexo D – Fotografia de extrato de publicação sobre bibliotecas-polo, constante na Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago



Fonte: [S.l.: s.n.]



### **Anexo E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

Você está sendo convidado a participar, como voluntário, de uma pesquisa acadêmica. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine este documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

#### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do projeto: **Espaço público e subalternidade: considerações em torno da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago e de suas dimensões representacionais.**

Pesquisador responsável: Fernando Cesar Gomes

Telefone para contato: (37) 3025-2125; (31) 993206052 (WhatsApp)

E-mail do pesquisador: [nandocesargomes@gmail.com](mailto:nandocesargomes@gmail.com)

Endereço: Rua Marquês de Olinda, no. 381, Bairro: Catalão, Divinópolis. CEP: 35501-222.

#### DADOS DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFMG (Para maiores informações)

Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Administrativa II - 2o andar - Sala 2005

Campus Pampulha - Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901

Telefone: (31) 3409-4592

E-mail: [coep@prpq.ufmg.br](mailto:coep@prpq.ufmg.br)

1. Será realizada uma entrevista como parte da pesquisa de mestrado intitulada Espaço público e subalternidade: considerações em torno da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago e de suas dimensões representacionais, sob orientação do Prof. Dr. Fabrício José Nascimento da Silveira e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG.
2. O objetivo dessa entrevista é estritamente acadêmico e para fins didáticos, não havendo nenhuma outra finalidade oculta.
3. A entrevista deverá durar por volta de 60 (sessenta) minutos, dependendo da sua disponibilidade. Haverá, com seu consentimento, gravação em formato digital e todos os arquivos ficarão sob guarda do pesquisador.
4. Vale salientar que a participação é voluntária e a entrevista pode ser interrompida a qualquer momento, não havendo qualquer ônus por sua desistência. O sigilo será garantido e sua identidade não será revelada sob nenhuma hipótese.
5. O material coletado na pesquisa poderá ser utilizado em futuras publicações (livros e/ou periódicos científicos), mas, novamente reforça-se o sigilo, pois em nenhum momento sua identidade será revelada.

6. A pesquisa não trará nenhum risco para você e nem oferecerá qualquer vantagem financeira.

---

Fernando Cesar Gomes - Pesquisador Executor  
Aluno de Pós-Graduação em Ciência da Informação – ECI/UFMG

---

Fabício José Nascimento da Silveira – Orientador da Pesquisa e Professor da Escola de  
Ciência da Informação – ECI/UFMG; Contatos: (31) 3409-6116 ou (31) 99284-7551

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, portador (a) do RG.: \_\_\_\_\_ e do CPF: \_\_\_\_\_, concordo em participar do estudo Espaço público e subalternidade: considerações em torno da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago e de suas dimensões representacionais. Estou devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador Fernando Cesar Gomes sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Assinatura do Pesquisador:

\_\_\_\_\_

Data e local: \_\_\_\_\_

**Anexo F – Roteiro das entrevistas realizadas com a coordenação e com os funcionários da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago**

1. Como você define, em relação à cidade de Divinópolis, a função e a importância da Biblioteca Pública Ataliba Lago?
2. Como são idealizadas e executadas as políticas de formação e de desenvolvimento de coleções/acervos da Biblioteca Pública Ataliba Lago? Há algum público ou grupo de sujeitos que é privilegiado por essa política? Qual e por quê?
3. Quais serviços a biblioteca busca oferecer e como esses serviços são planejados?
4. Qual o público-alvo da Biblioteca Pública Ataliba Lago? Poderia descrever como se dá a composição desse público em termos socioeconômicos e em relação à dimensão geográfica da cidade de Divinópolis?
5. Há algum público ou grupo de sujeitos que, na sua opinião, a biblioteca não contempla plenamente suas demandas? Qual e por que isso acontece?
6. Você tem conhecimento do conceito de subalternidade? Poderia explicá-lo?
7. Tendo em vista esse conceito, em sua opinião, a Biblioteca Pública Ataliba Lago colabora para a manutenção da subalternização de alguns públicos ou grupos de sujeitos específicos ou atua para a reversão desse quadro? Poderia explicar como e/ou por que isso acontece?
8. E sobre as unidades descentralizadas, como essas unidades foram pensadas e qual a função delas?
9. Que tipo de público ou grupos de sujeitos elas buscam ou têm em vista atender? Quais serviços elas realizam ou pretendem realizar?
10. Em sua opinião essas unidades descentralizadas ampliam ou poderiam ampliar a dimensão democrática da Biblioteca Pública Ataliba Lago? Como e por quê?

**Anexo G – Roteiro da entrevista realizada com a coordenação do CRAS Nordeste**

1. Poderia descrever sua Ligação com o CRAS e as ações que desenvolve na instituição?
2. Poderia reconstituir a história de implementação do CRAS e descrever onde ele está localizado, em termos da localização geográfica, e quais serviços ele presta à população de Divinópolis?
3. Poderia descrever o perfil socioeconômico do público atendido pelo CRAS e quais os serviços mais acessados por esse público?
4. Com relação à unidade Cenira Manatta Soares, poderia descrever como se deu o processo de sua implementação no CRAS?
5. Após a implementação, poderia descrever como essa unidade descentralizada da Biblioteca Pública Ataliba Lago se inseriu na realidade das atividades desenvolvidas e dos serviços prestados pelo CRAS e do público que o frequenta?
6. Em termos de políticas públicas, qual a justificativa para se manter uma unidade descentralizada da Biblioteca Pública Ataliba Lago no CRAS-Nordeste e na comunidade onde ele está localizado?
7. Em sua opinião essa unidade descentralizada amplia ou poderia ampliar a dimensão democrática da Biblioteca Pública Ataliba Lago? Como e por quê?

**Anexo H – Roteiro da entrevista realizada com o Secretário de Cultura de Divinópolis**

1. Como você define, em relação à cidade de Divinópolis, a função e a importância da Biblioteca Pública Ataliba Lago?
2. Como são idealizadas e executadas as políticas públicas para o funcionamento e incremento da Biblioteca Pública Ataliba Lago? Há algum público ou grupo de sujeitos que é privilegiado por essas políticas? Quais e por quê?
3. Levando-se em consideração as diretrizes da Secretaria Municipal de Cultura, qual deve ser o público-alvo da Biblioteca Pública Ataliba Lago?
4. Atualmente, há algum público ou grupo de sujeitos que, na sua opinião, a biblioteca não contempla plenamente suas demandas? Qual e por que isso acontece?
5. Você tem conhecimento do conceito de subalternidade? Poderia explicá-lo?
6. Tendo em vista esse conceito, em sua opinião, a Biblioteca Pública Ataliba Lago colabora para a manutenção da subalternização de alguns públicos ou grupos de sujeitos específicos ou atua para a reversão desse quadro? Poderia explicar como e/ou por que isso acontece?
7. E sobre as unidades descentralizadas, como essas unidades foram pensadas e qual a função delas?
8. Que tipo de público ou grupos de sujeitos elas buscam ou têm em vista atender? Quais serviços elas realizam ou pretendem realizar?
9. Em sua opinião essas unidades descentralizadas ampliam ou poderiam ampliar a dimensão democrática da Biblioteca Pública Ataliba Lago? Como e por quê?